

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais (IREL)
Graduação em Relações Internacionais

Alex Lopes Marques

**A DIPLOMACIA CLIMÁTICA CHINESA COMO INSTRUMENTO DE
PROJEÇÃO DE IMAGEM**

Brasília
2021

ALEX LOPES MARQUES

**A DIPLOMACIA CLIMÁTICA CHINESA COMO INSTRUMENTO DE
PROJEÇÃO DE IMAGEM**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão da disciplina “Dissertação em Relações Internacionais”, como item opcional de conclusão de curso do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dra. Danielly Silva Ramos BeCARD

Brasília

2021

Alex Lopes Marques

A diplomacia climática chinesa como instrumento de projeção de imagem

Monografia apresentada como requisito para a conclusão da disciplina “Dissertação em Relações Internacionais”, como item opcional de conclusão de curso do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Danielly Silva Ramos Becard
Instituto de Relações Internacionais (UnB)
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, de início, a meus pais, Maria e Alexandre, por terem se esforçado para me dar oportunidades que não tiveram. Além disso, o apoio deles e de minha irmã foi essencial para que eu prosseguisse estudando, apesar das adversidades.

Agradeço também à Prof.^a Dr.^a. Danielly Silva Ramos Becard, que, desde o primeiro semestre, nas aulas de IERI, me inspirou a entrar nos estudos sobre China. Sou grato ainda pela orientação desde a elaboração do projeto até sua conclusão e pelo incentivo em investir em uma carreira acadêmica.

Ademais, agradeço à Prof.^a. Dr.^a. Cristina Yumie Aoki Inoue pela minha primeira orientação, em um projeto de iniciação científica sobre os investimentos chineses em energia elétrica na Amazônia brasileira. Tal projeto foi essencial para que eu me sentisse motivado a escrever mais um trabalho a respeito da China.

Agradeço também a todos os meus professores, desde a alfabetização até a faculdade, por terem me auxiliado nessa jornada de aprendizado. Cada orientação, cada conselho, cada aula foram essenciais para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje.

Por fim, gostaria de agradecer a vários amigos e amigas que tive a oportunidade de conhecer durante estes cinco anos como graduando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Por dividirem comigo momentos alegres, tristes e confusos de nossas vidas, tenho certeza que nossa amizade seguirá por vários anos.

“Taking a driving seat in international cooperation to respond to climate change, China has become an important participant, contributor, and torchbearer in the global endeavor for ecological civilization”

(Xi Jinping, na cerimônia de abertura do XIX Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em outubro de 2017)

Man and nature form a community of life; we, as human beings, must respect nature, follow its ways, and protect it. Only by observing the laws of nature can mankind avoid costly blunders in its exploitation. Any harm we inflict on nature will eventually return to haunt us.

This is a reality we have to face

(Xi Jinping, na cerimônia de abertura do XIX Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em outubro de 2017)

RESUMO

O presente trabalho propõe-se à análise da diplomacia climática chinesa como instrumento de projeção de imagem internacionalmente, durante o período de 1992 e 2019. Entende-se que, durante este período, a diplomacia verde praticada por Pequim passou por processos de mudança e continuidade, tendo ficado mais receptiva às preocupações envolvendo a mudança do clima. Para entender como a diplomacia foi utilizada para projetar a imagem, o trabalho baseia-se na definição de imagem proposta por Robert Jervis, no conceito de *nation branding* e projeção de imagem de Simon Anholt e na definição de diplomacia climática de Nick Mabey, Liz Gallagher e Camilla Born. A presente pesquisa sustenta-se, igualmente, no conceito de *framing* e seus componentes desenvolvidos por David Snow e Robert Benford. Além da pesquisa qualitativa a respeito de diplomacia climática e do papel da China no combate à mudança do clima, foi realizada uma análise a respeito dos periódicos *Al Jazeera English*, *The Economist* e *The Guardian* para avaliar como se deu a recepção da imagem projetada pela China a partir de sua diplomacia.

Palavras-Chave: Diplomacia Climática, China, Mudança do Clima, Projeção e Recepção de Imagem, Framing

ABSTRACT

This dissertation analyses the Chinese climate diplomacy as an instrument to project China's image abroad between 1992 and 2019. During this period of time, Beijing's green diplomacy practiced went through processes of change and continuity, having become more receptive to issues involving climate change. To understand how climate diplomacy was used to project the image, the dissertation uses the definition of image proposed by Robert Jervis, the concept of nation branding and image projection by Simon Anholt and the definition of climate diplomacy proposed by Nick Mabey, Liz Gallagher and Camilla Born. It is also on the concept of framing developed by David Snow and Robert Benford. In addition to qualitative research on climate diplomacy and the role of China in combating climate change, an analysis was carried out on the journals *Al Jazeera English*, *The Economist* and *The Guardian* to assess how the image projected by China was received by these media vehicles.

Keywords: Climate Diplomacy, China, Climate Change, Image Projection and Reception, Framing

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO E REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
1.1 A Evolução do tema das mudanças climáticas no cenário internacional (1992-2019)	18
1.2 O <i>Framing</i> como instrumento analítico	26
1.3 Imagem como instrumento de projeção internacional	29
CAPÍTULO 2 – A CHINA E O COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	35
2.1 A China e seu papel no combate global à mudança do clima	35
2.2 A Mudança do clima nos planos quinquenais da China	38
2.3 Iniciativas Chinesas de combate à mudança do clima	41
2.3.1 Incentivo às energias renováveis	42
2.3.2 Guerra à Poluição	45
2.3.3 Comércio de Emissões	46
CAPÍTULO 3 – PROJEÇÃO DA DIPLOMACIA CLIMÁTICA DA CHINA E PROMOÇÃO DE IMAGEM	48
3.1 A Diplomacia Verde da China de 1992-2019	48
3.1.1 Da Rio-92 até a COP de Berlim (1992-1993)	50
3.1.2 De Berlim a Buenos Aires (1994-2004)	51
3.1.3 De Montreal a Copenhague (2005-2009)	52
3.1.4 De Cancún a Paris (2010-2015)	54
3.2 A Projeção da Imagem Chinesa no Cenário Internacional	57
3.3 Análise dos discursos nas principais conferências	59
CAPÍTULO 4 – RECEPÇÃO DA IMAGEM DA CHINA A PARTIR DA DIPLOMACIA: ANÁLISE DE PERIÓDICOS	65
4.1 <i>Al Jazeera English</i>	65
4.2 <i>The Economist</i>	67
4.3 <i>The Guardian</i>	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2020, o presidente da China Xi Jinping assumiu, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, o compromisso de reduzir as emissões de gás carbônico de seu país e alcançar a neutralidade de carbono até 2060. Ou seja, o governo chinês anunciou a pretensão de diminuir as emissões do país até não emitir mais gás carbônico (MFOA, 2020; Myers, 2020). No mesmo pronunciamento, o líder chinês assegurou que “a China aumentará suas Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (submetidas durante o processo do acordo de Paris), adotando políticas e medidas mais vigorosas” (MFOA, 2020, tradução nossa).

Ainda que tenha havido certo ceticismo com relação ao anúncio feito pelo mandatário chinês (Myers, 2020), principalmente devido à grande quantidade de adaptações necessárias na economia para alcançar tal neutralidade, uma parte significativa da mídia internacional destacou o fato como um *turning point* para a política climática global (Harvey, 2020; Mallapaty, 2020; Myers, 2020). Tal entendimento ocorreu não só por conta do papel central da China no combate à mudança do clima, mas também pela pressão que o país colocou sobre os Estados Unidos (Myers, 2020).

Desde 2017, quando os Estados Unidos, então sob a presidência de Donald Trump, anunciaram sua saída do Acordo de Paris, os governantes chineses passaram a reivindicar uma posição de liderança na seara climática (Li, 2020; Beeler, 2017; Rauchfleisch, 2017; Hilton, 2016). Isso pode ser percebido pela maior quantidade de projetos ambientais ambiciosos lançados por Pequim, principalmente a partir de 2012 (Engels, 2018; Karakir, 2018). A partir disso, a imagem da China, mesmo cercada por desconfiança, passou a estar ligada com sua capacidade de liderança e vetor de pressão sobre outro importante ator da governança climática, no caso, os EUA. Assim, acredita-se que a diplomacia climática chinesa poderia estar sendo usada como uma estratégia para melhorar a imagem do país, por meio da promoção de bens públicos globais na área ambiental¹ (Scott, 2010; Rabinovich, 2008).

A partir do exposto, o tema da presente pesquisa é a diplomacia climática da China e como esta contribuiu para a projeção da imagem do país internacionalmente. Tal temática está inserida dentro do grande campo das Relações Internacionais, na área de estudos

¹De acordo com Viola & Basso (2016), bens públicos globais são aqueles em que não há exclusividade para seu uso, ou seja, que beneficiam mesmo as pessoas que não contribuem para provê-lo.

diplomáticos, uma vez que se propõe a analisar a diplomacia verde da China como instrumento de inserção internacional do país por meio da promoção de imagem de ator responsável e comprometido com as demandas globais; nesse caso, o controle das emissões de gases de efeito estufa. Assim, chega-se às duas perguntas centrais que serão respondidas com esta pesquisa: Como a diplomacia climática da China auxiliou em sua projeção internacional de líder global? Como os resultados alcançados pela China na área da diplomacia verde / mitigação das mudanças climáticas ajudaram na projeção internacional da imagem chinesa?

Para responder às perguntas propostas, o objetivo geral do trabalho é compreender como a China projeta sua imagem em relação ao combate à mudança do clima e como essa projeção é percebida. Para auxiliar na compreensão deste objetivo geral, a pesquisa conta com objetivos específicos. São eles: 1) Entender mudanças e continuidades nas estratégias chinesas de enfrentamento à crise climática e respectivos posicionamentos da China nas Conferências climáticas; 2) Avaliar como ocorre a atuação de sua diplomacia climática; 3) Compreender como a atuação diplomática foi percebida internacionalmente e como sua imagem foi projetada e ajustada a partir das críticas recebidas.

A hipótese levantada por este trabalho é que, a partir de 2012, a diplomacia climática chinesa passou a manifestar maior preocupação com a mudança do clima, tendo lançado grandes iniciativas, a exemplo da estratégia *Blue Sky*². Essa maior preocupação teria gerado uma melhora na imagem internacional do país, principalmente observada em periódicos como o *Financial Times*, que já falava na existência de um *green soft power* chinês (Hu; Montero, 2019). O maior ativismo chinês pode ser percebido tanto pelas grandes iniciativas mencionadas anteriormente quanto pela maior presença do tema da emergência climática nos discursos de suas lideranças. A projeção dessas duas vertentes teria ajudado a China a construir uma imagem positiva, tendo passado a ser vista como membro atuante e responsável da comunidade internacional.

Para examinar a hipótese mencionada acima, será feita uma revisão histórica a respeito da evolução do tema das mudanças climáticas no cenário internacional, tendo como enfoque principal os debates realizados dentro das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (*United Nations Framework*

²A iniciativa *Blue Sky* é um projeto guarda-chuva, no qual estão incluídas diversas ações para atacar problemas estruturais de poluição e incentivar a reestruturação do consumo de energia, layout industrial e meios de transporte. Nesse plano, são colocadas restrições severas para a emissão de partículas PM2.5 em 82 cidades, bem como recomendações para se aumentar a qualidade do ar. Uma das partes mais significativas do plano é o enfoque dado ao gás natural como substituto do carvão (Cornot-Gandolphe, 2019).

Convention on Climate Change, UNFCCC na sigla em inglês e CQNUMC em português). O intuito é entender como diferentes temas foram levantados e qual o comportamento relacionado ao combate à mudança do clima apresentado por atores-chave do sistema, incluindo a China. Logo após, a pesquisa analisará o papel recente da China dentro das mudanças climáticas, avaliando suas principais contribuições e colocando em evidência sua responsabilidade. Segue-se uma linha similar àquela proposta por Kopra (2018) que entende que a China tem uma responsabilidade de grande potência para com a questão das mudanças climáticas tanto por conta do crescimento alcançado nos últimos anos, quanto pelo seu alto nível de emissões.

Depois da análise a respeito do papel de Pequim no combate à mudança climática, o foco se dará sobre a diplomacia climática do país realizada entre 1992 e 2019 e como sua atuação foi projetada internacionalmente. Assim, o trabalho mostrará como o governo chinês realiza a promoção de sua imagem utilizando a diplomacia climática como instrumento. Por fim, o trabalho buscará avaliar como foi a recepção dessa imagem no plano internacional, analisando alguns periódicos selecionados pelo autor.

No que diz respeito aos métodos, a pesquisa analisará tanto fontes primárias (discursos, acordos, relatórios e documentos oficiais) quanto secundárias (artigos científicos, livros e dissertações e teses sobre o tema) a partir de uma metodologia eminentemente qualitativa, tendo como marco analítico o conceito de *Framing* desenvolvido por Snow&Benford (1986). Tal instrumento objetiva organizar a experiência interpretativa da audiência em frames interpretativos, e guiar sua ação de modo a cumprir os objetivos estabelecidos pelo ator estratégico (Snow et al. 1986 apud Carvalho Pinto, 2016, pp. 164).

Nesse sentido, a abordagem de *Framing* permitirá a observação tanto da projeção da imagem chinesa por meio de sua diplomacia climática quanto da recepção por parte dos jornais escolhidos com base em critérios de localidade geográfica, disponibilidade em língua inglesa e alcance. Ademais, de modo a dar suporte ao marco analítico escolhido, utiliza-se contagem de palavras com o intuito de demonstrar se o tema tem recebido mais destaque em reportagens veiculadas online. Por fim, para se compreender a correlação entre posicionamento chinês nas conferências climáticas e promoção e percepção da imagem chinesa, será realizado um histórico da diplomacia verde chinesa a partir da Rio-92.

Além do *Framing*, o entendimento de outros conceitos se faz necessário. São eles: imagem e diplomacia verde. A ideia de imagem utilizada nesta pesquisa deriva da chamada teoria das imagens, que tem como um de seus precursores o autor Kenneth Boulding. Em seu artigo *National images and International Systems* (1959), ele argumenta que os tomadores de

decisão baseiam suas ações tendo como guia as percepções a respeito de determinadas nações, o que depois originaria a ideia de imagens internacionais. Boulding analisou como um país percebe a intenção de parceria ou ameaça de outra nação a partir de sua concepção de imagem. Cabe aqui salientar que tal autor entende a imagem como uma estrutura cognitiva, afetiva e avaliativa da unidade de análise (Boulding, 1959).

De maneira similar, outros trabalhos no campo da teoria das imagens internacionais desenvolvem esse entendimento de que imagens importam dentro da política internacional (Hermann, 2013; Alexander et al, 2005). Alexander et al. (2005), por exemplo, entendem que as concepções a respeito de outros atores no sistema internacional são guiadas por imagens, que, por sua vez, são compostas pelas motivações, lideranças e principais características de um país. A partir disso, são criadas imagens internacionais positivas ou negativas que guiam a elaboração de políticas externas.

De forma similar, Hermann (2013) enfatiza como a teoria da imagem é utilizada para se estruturar os estudos das percepções dentro das relações internacionais, o que é feito a partir de uma análise de interdependência de objetivos, poder e status relativo. Sendo assim, determinado país A cria para si uma imagem do país B, que vai guiar as ações do primeiro para com o segundo. Isso significa dizer que se o país A enxerga o B como uma ameaça (mesmo que ela não venha a ser real), suas políticas serão guiadas por estratégias militares. Analogamente, se A vê B como uma nação responsável, capaz de ser um possível cooperante, as ações serão desenvolvidas no sentido de estreitar laços (Hermann, 2013).

Observa-se que uma parte significativa dos trabalhos dentro da teoria das imagens está ligada com a percepção que se tem do outro (no caso, outro país) e de como tal ideia impacta nas relações entre os países. Apesar disso, há entendimentos dentro da teoria das imagens que englobam também o papel do emissor. De acordo com Jervis (apud Kecskemeti, 1972), por exemplo, compreende-se que a formação de imagens está ligada tanto ao comportamento do “cultivador” quanto do receptor. Além disso, para ele, o processo de comunicação de uma imagem inclui as mensagens verbais e não-verbais mostradas por um país e sua liderança. Tais comunicações são recebidas e interpretadas pelos recipientes, que poderão dar uma nova visão sobre aquilo que lhes foi transmitido. Jervis (apud Kecskemeti, 1972) salienta ainda que o produtor da imagem tem a capacidade de manipular as comunicações sobre a imagem, o que altera também o recebimento e a interpretação da imagem.

Uma das formas de se moldar essa percepção internacional é a partir do *nation branding*. Este conceito é bastante utilizado nas áreas de Marketing e Turismo, pois busca

analisar como países criam imagens de modo a vender seus destinos no exterior e ao mesmo tempo viabilizar a comercialização de seus produtos. Se aplicado às Relações Internacionais, o conceito entende que um país constrói certa imagem para melhorar suas relações com outros atores. Ainda assim, o essencial de se ter em mente a respeito deste conceito para a pesquisa são os critérios definidos por Anholt (2013) para que um país comunique sua imagem com sucesso, sendo eles estratégias, substância e ação simbólica. A partir disso, a nação molda positivamente sua percepção internacional.

Outro conceito essencial para este trabalho é o de diplomacia climática. A fim de se compreender adequadamente esse conceito, é importante entender o que se entende por diplomacia. Atualmente, trabalha-se com uma ideia expandida de diplomacia, que envolve a condução das relações internacionais utilizando a negociação ou outros meios pacíficos como instrumento (Broadhurst; Ledgerwood, 1998). Nesse conceito, a diplomacia é entendida como uma atividade profissional conduzida por atores estatais, mas que pode ser feita por outros atores, tais como empresas e organizações não-governamentais (Broadhurst; Ledgerwood, 1998). Apesar da existência desse conceito expandido, o trabalho utilizará uma ideia mais restrita, tratando apenas das ações do governo chinês. A partir desse entendimento, é possível avançar para o conceito de diplomacia climática.

Segundo Mabey & Gallagher & Born (2013, p. 12, tradução nossa), diplomacia climática compreende a “interseção entre os debates de interesse nacional e cooperação internacional”. Em particular, o objetivo da diplomacia climática é criar o regime internacional da mudança climática e garantir seu funcionamento efetivo. É importante mencionar que a diplomacia climática deve alinhar expectativas e ações internas com a ação internacional (Mabey; Gallagher; Born, 2013). Wulansari (2016) aponta que o governo chinês entende que sua diplomacia climática deve: proteger sua soberania, adquirir assistência financeira e tecnológica dos países desenvolvidos, promover o desenvolvimento econômico da China, e promover a China como uma potência responsável e líder dos países em desenvolvimento. Já Moreira & Ribeiro (2016) apontam que, ao se analisar a atuação da diplomacia climática chinesa, é possível ver alguns pontos constantes, como o envolvimento ativo nas discussões sobre aquecimento global tendo como base o princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas³” (CDBR, na sigla em inglês).

³ O Princípio das “Responsabilidades Comuns, Mas Diferenciadas” defende que as Partes da Convenção-Quadro contribuam para a causa das mudanças climáticas “em benefício das gerações presentes e futuras com base na equidade e em conformidade com suas respectivas capacidades” (MMA, 2020). Assim, os países mais desenvolvidos devem contribuir mais para mitigar o problema da mudança do clima.

A partir dessas ideias, é possível uma melhor visualização a respeito dos objetos de estudo desta pesquisa: compreender a ideia de imagem como um produto cognitivo formado a partir das ações de um determinado emissor, que possui um objetivo específico, e do receptor, que vai receber e interpretar a imagem comunicada. No caso da pesquisa, a emissora de imagem é a China que, utilizando-se do instrumento de diplomacia climática, busca transmitir a percepção de um ator que está engajado em lidar com a questão climática. Nesse processo de comunicação, os discursos feitos nas Conferências Climáticas serviriam como a mensagem verbal (definida por Jervis, 1970) e as ações práticas de combate às emissões e adaptação à mudança do clima seriam as mensagens não-verbais. Pelo mesmo raciocínio, os periódicos analisados serão os veículos receptores, uma vez que irão analisar a mensagem que o governo chinês busca passar ao enfatizar suas ações de combate à mudança do clima. Assim, o que se ambiciona ao utilizar a teoria das imagens é demonstrar como imagens podem alterar percepções.

Ademais, Jervis (1970) aponta como os países (no caso da pesquisa, a China) podem se utilizar de instrumentos para manipulação da imagem. Aqui os critérios elencados por Anholt para uma melhora na percepção da imagem dentro da técnica do *nation branding* são importantes para sistematizar as ações que um país desenvolve. Dessa maneira, o trabalho analisará, primeiramente, como Pequim tem tentado construir uma imagem positiva dentro do cenário internacional, o que pode ser entendido como o critério da estratégia de Anholt (2013). Em segundo, será feita uma análise das ações tomadas pelo governo chinês, o que permitirá demonstrar a substância, em outras palavras, a execução das ações. Por fim, há a ideia de ação simbólica, na qual estão incluídos os discursos. Percebe-se então que as mensagens verbais e não-verbais desenvolvidas por Jervis (1970) e as estratégias elencadas por Anholt (2013) para a consolidação de uma imagem positiva são semelhantes.

O instrumento escolhido para análise neste projeto é a diplomacia climática chinesa. Tendo em mente a importância da temática da mudança do clima, Lahn & Rowe (2015) argumentam que países que exercem uma diplomacia climática ativa, ou seja, que conseguem construir consensos internacionalmente, atuando de modo a solucionar o problema, conseguem aumentar seu prestígio internacional e aprimorar a percepção que outros países têm dele. O exemplo mais notável de país que utiliza a diplomacia climática como instrumento para construir uma imagem de prestígio é a Noruega, tendo em vista sua atuação para sustentar uma imagem de criadora de pontes e líder no debate climático internacional (Lahn & Rowe, 2015). A partir disso, pensa-se que a China também pode vir a comunicar uma imagem positiva utilizando a diplomacia climática como instrumento. Nesse sentido, o

país projetaria suas ações climáticas para construir uma imagem (estrutura cognitiva) de ator engajado com o problema a partir das mensagens verbais e não-verbais mencionadas por Jervis (1970) e dos critérios salientados por Anholt (2013) para um *nation branding* de sucesso. Por fim, como colocam os teóricos da teoria das imagens, a recepção feita por parte dos periódicos serviria para validar ou não o sucesso da abordagem chinesa.

O trabalho encontra sua justificativa tanto na importância do estado de emergência⁴ do clima quanto na contribuição chinesa para a problemática. É sabido que a mitigação das mudanças climáticas é um dos temas mais significativos da agenda internacional nos dias de hoje, pois, como apontam os relatórios do IPCC, dela depende a continuação da espécie humana. Dessa forma, caso não seja estudado e controlado, o estado de emergência climática pode causar eventos climáticos extremos, a exemplo da redução de produtividade agrícola, dos danos a recursos naturais e à infraestrutura (Viola & Basso, 2016). Assim, o controle das emissões de gases de efeito estufa acaba sendo um bem público de importância global (Viola & Basso, 2016). Neste sentido, o trabalho tem importância não apenas por auxiliar na compreensão da questão climática, mas também por demonstrar como a posição de um ator central do sistema internacional (no caso, a China) pode colaborar para ampliar a discussão do tema por meio de sua diplomacia e imagem projetada.

O exemplo chinês é significativo porque se trata do principal emissor de poluentes em números absolutos, bem como o maior consumidor de energia no mundo (Banco Mundial, 2019; Shambaugh, 2013). Assim, faz-se importante entender como se deu a evolução de sua atuação diplomática com relação às mudanças climáticas e qual impacto as variações em seu posicionamento geraram em sua imagem.

Literatura recente sobre o tema

A literatura sobre diplomacia climática da China é relativamente recente, tendo sido ampliada à medida que o tema da mudança do clima dentro das relações internacionais cresceu em importância. Em geral, os estudos abordam a importância da China como ator dentro da mudança do clima (Engels, 2018; Kopra, 2018; Barbi, 2016; Li, 2016; Sun, 2016) e as estratégias chinesas de combate às emissões de GEE (Kostka & Chunman, 2018; Karakir,

⁴Em 2019, emergência climática foi escolhida como a palavra do ano pelo dicionário de Oxford por conta do aumento exponencial de seu uso. Segundo o dicionário, emergência climática é “uma situação em que é necessária uma ação urgente para reduzir ou interromper a mudança **climática** e evitar danos ambientais potencialmente irreversíveis”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/nov/21/oxford-dictionaries-declares-climate-emergency-the-word-of-2019>

2019; Hung & Tsai, 2012). Algumas das análises consultadas sobre o tema realizaram ainda uma revisão histórica da atuação chinesa nos fóruns internacionais de meio ambiente, assim como do histórico de políticas ambientais na China (Lewis, 2013; Economy, 2010; Chen, 2009; Shapiro, 2001; Cai & Voigts, 1993).

No primeiro grupo, os autores enfatizam que a China possui responsabilidades de grande potência para com o combate à mudança do clima uma vez que é a principal emissora bruta de gases de efeito estufa no planeta (Kopra, 2018). Nessa mesma linha, Barbi (2016), Li (2016) e Sun (2016) mencionam a participação chinesa dentro da governança do clima, enfatizando desafios e contribuições do país. A partir disso, chega-se ao entendimento de que a mitigação dos efeitos da mudança do clima só será solucionada se contar com participação ativa dos chineses (Kopra, 2018). Atores como Engels (2018) já afirmam que a China tem tido um papel positivo no combate à mudança do clima.

O segundo grupo de autores traz uma abordagem semelhante ao grupo anterior no que concerne à importância da China para a emergência climática. Contudo, o foco se dá sobre as iniciativas chinesas de mitigação e adaptação. Hung & Tsai (2012), por exemplo, apontam os investimentos chineses em energias renováveis e de eficiência energética, os projetos para consolidação de sumidouros de carbono por meio da criação do *Green Wall Project*. Kostka & Chunman (2018), para além dessas estratégias, ainda discutem o papel da reformulação das legislações ambientais internas da China e uma possível utilização de novas tecnologias e big data para se chegar a políticas cada vez mais eficientes.

Por fim, cabe destacar o terceiro grupo de trabalhos, que apresenta uma abordagem político-histórica para o avanço de questões ambientais na China, bem como para sua atuação dentro do regime multilateral do clima. Os trabalhos de Economy (2010) e Shapiro (2001) são uma introdução à problemática de meio ambiente, vista como uma questão interna da China. Em *The River Runs Black*, Economy realiza um estudo profundo da evolução das questões ambientais na China, passando pela exposição de graves problemas com o meio ambiente, como a “morte” do rio Huai, a questão da exploração dos recursos naturais, até chegar no processo de “*Greening China*”, que significa tornar a China um país mais verde. Já Shapiro (2001) levanta o histórico de degradação do meio ambiente e aumento da poluição a partir das políticas implantadas durante a era de Mao Zedong.

No que concerne especificamente o tema da presente pesquisa, destacam-se os trabalhos realizados por Cai & Voigts (1993), Chen (2009) e Lewis (2013). No primeiro, os autores resgatam a atuação chinesa no debate ambiental e climático, tendo como ponto de partida a Conferência de 1972 em Estocolmo. Já no segundo e terceiro trabalhos, Chen e

Lewis revisitam os posicionamentos apresentados por Pequim durante as Conferências das Partes da CQNUMC e como foi a sua evolução com o passar dos anos. Apesar dessa semelhança, os textos se diferem no enfoque dado. Enquanto Chen (2009) analisa os posicionamentos chineses e tenta ligá-los ao regime internacional do clima, Lewis (2013) traça um paralelo entre a evolução do posicionamento chinês nas Conferências e o nascimento da gestão ambiental doméstica.

Já a literatura sobre projeção de imagem chinesa compreende estudos que envolvem, de um lado, a preocupação da China com sua imagem, considerada como uma questão política (Zhao, 2013; Rabinovich, 2008; Yong, 2008) e, de outro, o processo de construção de uma percepção positiva da China no exterior (Wang, 2003).

Nos textos de Zhao (2013), Rabinovich (2008) e Yong (2008), é trabalhada a ideia da importância da construção de uma imagem positiva para os governantes chineses. Para Zhao (2013) e Yong (2008), ter uma imagem positiva no cenário internacional está ligado à obtenção de um maior status, de modo que seja possível a criação de um cenário externo favorável aos chineses em termos econômicos, políticos e até militares (Yong, 2008). Já Rabinovich (2008) entende que, para além da criação de um ambiente externo favorável à política externa chinesa, a construção de uma imagem favorável para a China está ligada com “um compromisso profundo com a imagem relacionado aos valores culturais. Isto tem sido enquadrado como o conceito de "face, ou um desejo de respeito. A China está culturalmente ofendida pela percepção (internacional) dela como uma ameaça” (Rabinovich, 2008, p.34). Nesse sentido, a China tem se preocupado cada vez mais com a maneira como é percebida por outras nações e tem buscado melhorar essa imagem.

Seguindo essa linha, chegam-se aos estudos que buscam explicar o processo de construção da imagem chinesa e como ela é percebida internacionalmente. Wang (2003) buscou estudar como os governantes chineses buscaram projetar a imagem do país, as divergências entre o que se projetava e o que era percebido no exterior e qual o impacto dessas imagens no comportamento de política externa da China. Para realizar tal estudo, foram criadas categorias de imagem que a China tentou construir no sistema internacional ao longo dos anos. São elas: amante da paz, vítima de agressão estrangeira, país socialista, bastião da revolução, força anti-hegemônica, país em desenvolvimento, grande potência, cooperador internacional e ator autônomo. Ao realizar a análise das discrepâncias, a autora observou que a projeção da imagem da China como um ator colaborativo no sistema internacional e amante da paz encontra dificuldade em se estabelecer. Pelo contrário, o país é muitas vezes visto como militante e, por vezes, agressivo (Wang, 2003). A principal

contribuição dessa linha de estudos de imagem é traçar um paralelo entre as ambições que o governo projeta e a real percepção do público analisado. Apesar disso, a principal crítica a ser feita é a pouca diversidade dos públicos analisados, como o estudo de Wang (2003), que foca exclusivamente na recepção pelo público norte-americano.

A presente monografia está dividida em quatro capítulos e uma conclusão. No primeiro, será realizada uma retomada histórica a respeito da evolução do tema das mudanças climáticas dentro das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas. Além disso, o capítulo também trará uma discussão dos principais conceitos deste projeto: *Framing*, Imagem e Diplomacia Climática. No segundo capítulo, será estudado o papel da China no combate às mudanças climáticas, a presença do tema em seus planos quinquenais e as principais iniciativas do país para lidar com o problema. O terceiro capítulo foca na evolução da diplomacia climática chinesa e na projeção de sua imagem no cenário internacional. Por fim, o quarto capítulo analisa a recepção da imagem projetada, tendo como base alguns periódicos selecionados.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO E REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esse capítulo realiza, na primeira seção, uma retomada histórica das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas com o intuito de compreender como o debate em torno do aquecimento global evoluiu ao longo do tempo e qual foi o lugar da China dentro do debate. Além disso, serão analisados, nas seções seguintes, os conceitos de *Framing*, Imagem e Diplomacia climática com o intuito de fortalecer a base teórica deste projeto.

1.1A Evolução do tema das mudanças climáticas no cenário internacional (1992-2019)

Nas relações internacionais, as questões ambientais tornaram-se objeto de preocupação crescente da comunidade internacional a partir da segunda metade do século passado. O ponto de início dos debates multilaterais sobre o tema foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, cujo principal resultado foi o estabelecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA ou UNEP, na sigla em inglês). Naquele momento, a imagem chinesa era de opositora aos debates sobre meio ambiente (Lewis, 2013). Isso porque, ainda que tenha participado ativamente da construção do texto da conferência, o país optou por não assinar a declaração final sob a alegação de que ela não continha princípios socialistas em número suficiente. Além disso, Pequim apontou que o acordo era apolítico ao não apontar as políticas imperialistas e neocolonialistas das superpotências como causa da degradação ambiental (Lewis, 2013).

O período pós-Estocolmo marcou o surgimento de regramentos internacionais ambientais (Quadros, 2017). Naquela época, a diplomacia ambiental da China foi bastante ativa, tendo o país assinado cerca de 31 acordos e tratados internacionais entre 1980 e 1992 (Cai; Voigts; 1993). Um exemplo da proatividade chinesa foi a proposta de criação de um fundo específico para a proteção da camada de ozônio, que teria como foco prover recursos financeiros e tecnológicos para os países em desenvolvimento. Tal sugestão foi levantada

durante a primeira reunião dos signatários do Protocolo de Montreal e contou com apoio unânime do Grupo dos 77⁵ (G-77). A partir disso, a China melhorou sua reputação na comunidade internacional, conseguindo até elogios do diretor executivo da UNEP por suas conquistas na legislação de proteção ambiental (Cai; Voigts, 1993).

Em 1992, tem-se o segundo marco das discussões ambientais multilaterais, a Rio-92, que ocorreu no Rio de Janeiro. Também chamada de Rio-92 e Cúpula da Terra, tal encontro trouxe grande enfoque para o tema do desenvolvimento sustentável⁶ (Stiefelmann, 2011), ao mesmo tempo em que foi palco de grande tensão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento a respeito das responsabilidades que cada nação deveria ter para lidar com o meio ambiente (Pessini & Sganzerla, 2016). Além disso, a Cúpula da Terra trouxe instrumentos internacionais para lidar com demandas ambientais. Para Monique de Souza (2011):

O resultado mais importante da Conferência do Rio foi a adoção da Agenda 21: um documento estruturado em 40 capítulos, que aponta ações para um novo tipo de desenvolvimento em que é possível conciliar crescimento econômico com proteção ambiental. Além da Agenda 21, foram avanços significativos da reunião a redação da Carta da Terra⁷, a declaração do Rio⁸ e a declaração de princípios sobre florestas⁹ (De Souza, 2011).

Outra contribuição importante da Rio-92 foi a elaboração de um tratado vinculativo sobre a questão climática, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (de Carvalho et al., 2019; Quadros, 2017; Avzaradel, 2009). Tendo como objetivo combater as mudanças climáticas, o mecanismo da Convenção-Quadro “reconhece que o sistema climático é uma fonte compartilhada, cuja estabilidade pode ser afetada por emissões de dióxido de

⁵O Grupo dos 77 (G-77) é uma aliança de países em desenvolvimento formada em 1964, cujo nome vem dos setenta e sete países signatários originais da Declaração Conjunta dos Setenta e sete países na conclusão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O principal objetivo desse grupo é defender os interesses econômicos de seus membros ao mesmo tempo em que advoga por sua independência e soberania (Brittanica, 2021)

⁶O conceito de desenvolvimento mais utilizado atualmente deriva do chamado relatório Brundtland, iniciativa propagada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que era chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. De acordo com este relatório, entende-se desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Pereira, 2011).

⁷A Carta da Terra é uma declaração elaborada durante a Rio-92 com o intuito de orientar a humanidade “a caminhar com o desenvolvimento sustentável e criar uma ética globalizada, um código de conduta para pessoas e nações rumo à sustentabilidade, capaz de refrear o consumismo predatório dos países ricos e eliminar a escassez extrema, não só de alimentos, como de educação, oportunidades, informação e meios de sobrevivência básicos” (Gonçalves, s.d, p. 1)

⁸A declaração do Rio é um documento que reúne os princípios-base que guiarão os países em suas políticas de desenvolvimento sustentável.

⁹A declaração de princípios sobre florestas é o “primeiro acordo global a respeito do manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas” (Pereira, 2011, p. 11).

carbono e outros gases” (de Souza, 2011, p.14; UNFCCC, 2011). Nesse sentido, o CQNUMC determinou que as Partes da Convenção (países que a compõem) assumissem compromissos, levando em consideração o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (de Carvalho et al., 2019).

Dentro do âmbito da Convenção-Quadro, cabe destacar a Conferência das Partes (COP), que corresponde ao órgão supremo deste acordo. Por meio da COP, são realizadas reuniões mundiais entre as Partes com o intuito de tomar decisões a respeito dos temas referentes à CQNUMC, que só podem ser executadas por unanimidade. Segundo de Carvalho et al (2019, p.158), ainda compete à “COP regular e promover a efetiva implementação da Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos que possam ser adotados. Além disso, ela acompanha periodicamente as obrigações das Partes e os mecanismos institucionais estabelecidos e promove o intercâmbio de informações entre os Estados-membro”.

A Primeira Conferência das Partes que obteve resultados concretos foi a COP 3, realizada em Kyoto no Japão em 1997. Ela se destaca por ter sido palco do mais importante acordo do clima até aquele momento, o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas, estratégias e objetivos para redução de emissões de GEE de “38 países industrializados e a União Europeia (nações desenvolvidas e economias de transição do Leste Europeu e Rússia)” (Pereira, 2016, p.15). De acordo com o Protocolo, estas nações, que ficaram enquadradas no anexo 1, deveriam reduzir suas emissões em 5% no período entre 2008 e 2012 com relação ao nível emitido em 1990 (Rocha, 2016). Por outro lado, os países que não faziam parte do anexo 1 estavam livres dessa obrigação, tendo a possibilidade de auxiliar na mitigação do clima a partir de esforços voluntários. Outro ponto importante de Kyoto foi a inclusão dos chamados mecanismos de mercado¹⁰.

Durante o período 1992-1997, a posição da China, no que diz respeito às questões climáticas, foi marcada pela relutância em se comprometer com o tema dadas as incertezas científicas sobre as causas do aquecimento global. Para os líderes chineses, não seria válido negligenciar o desenvolvimento econômico em nome da proteção ambiental, pois essas

¹⁰Há três tipos de instrumentos de mercado de Acordo com o Protocolo de Kyoto. O primeiro é o comércio de emissões, que dá liberdade para que os países do Anexo I que não tenham atingido suas metas compremem “créditos de carbono” daqueles que emitiram menos (Pessini & Sganzerla, 2016; Rocha, 2016). O segundo lugar é a implementação conjunta, que se refere à possibilidade de países desenvolvidos contabilizarem “em seus inventários nacionais, as reduções de emissões de GEE obtidas a partir de projetos de mitigação executados em outros países desenvolvidos” (Rocha, 2016, p.7). Por fim, o terceiro é o mecanismo de desenvolvimento limpo, que permite que países industrializados contabilizem “em suas metas de redução os resultados alcançados em projetos de mitigação desenvolvidos em países não-Anexo I” (Rocha, 2016, p.7)

demandas seriam questões de soberania nacional. Neste sentido, o país atuou ao lado do G-77 para defender o princípio de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” ao mesmo tempo em que fez lobby para evitar a imposição de metas obrigatórias aos países em desenvolvimento dentro do Protocolo de Kyoto (Lewis, 2013; Chen, 2009).

Mais de dez anos após Kyoto, a questão climática ganhou maior importância tanto para Estados quanto para outros atores do sistema internacional. Em 2007, foi lançado pelo Painel Intergovernamental das Nações Unidas o quarto relatório referente a essa temática, cuja contribuição foi trazer firmes evidências científicas a respeito da contribuição humana para a crise climática (Observatório do Clima, 2015). Dentro deste contexto de maior importância dada à temática do clima, foi acordado na COP-13 o chamado “Mapa do caminho de Bali”, que estabelecia duas frentes de ação. Na primeira os países envolvidos em Kyoto negociariam metas para um segundo período do protocolo. Já na segunda, seria criada uma força-tarefa para lidar com:

[...] a implementação do Plano de Ação de Bali, este último voltado ao aprofundamento da regulação internacional nas áreas de financiamento, visão compartilhada para ação cooperativa em longo prazo, mitigação, adaptação e transferência e desenvolvimento de tecnologia (Souza, 2016, p. 10).

Sob esse pano de fundo, a Conferência de Copenhague foi realizada em 2009 (Rocha, 2016). Cercada de expectativas por conta do ambiente criado, a reunião acabou produzindo apenas uma declaração genérica e não-vinculante sobre mudanças do clima, que colocava a meta de se conter o aumento da temperatura do planeta abaixo de 2°C (Rocha, 2016; De Souza, 2011). Nesse sentido, muito se fala de Copenhague como um fracasso diplomático e científico (Abranches, 2010). Ainda assim, há aqueles que enxergam a Conferência como um sucesso político (De Souza, 2011). Isto porque se entende que o debate em torno de mudanças climáticas ficou menos “bloqueado”, no sentido de quais posições das Partes são difíceis de mudar e quais estão numa situação melhor. Ademais, houve consenso entre os países sobre a importância de ações voltadas para a adaptação climática e não apenas mitigação (de Souza, 2011). Por fim, houve o comprometimento dos países desenvolvidos de ceder US \$10 bilhões ao ano, entre 2010 e 2012, aos países em desenvolvimento, valor que poderia chegar a US \$100 bilhões anuais a partir de 2020 (Rocha, 2016, p.17).

Os resultados alcançados em 2009, tanto positivos quanto negativos, foram obtidos por conta da atuação dos Estados Unidos junto com o BASIC (Brasil, Índia, China e África do Sul)

(Lewis, 2013). Estes países redigiram declaração final pouco ambiciosa a portas fechadas por não concordarem com grande parte dos argumentos levantados durante a Conferência sobre mudança do clima (Lewis, 2013). Dentro destes, a imagem da diplomacia chinesa foi uma das que foram arranhadas (Watts&Vidal, 2009) porque se reconheceu que a relutância chinesa foi a principal responsável pelo acordo fraco. Assim, o tipo de engajamento de Pequim em questões climáticas, mais voltado à manutenção do *status quo* e contra mudanças concretas, fez com que os chineses fossem vistos como uma potência conservadora com relação às temáticas ambientais (Viola & Basso, 2016).

Após a frustração em torno da Conferência de Copenhague, as expectativas com o alcance de um acordo climático amplo foram restabelecidas com a Conferência de Cancún, já em 2010 (Rocha, 2016). Dois anos mais tarde, em 2012, foi aprovado um segundo período para a vigência do Protocolo de Kyoto, a Emenda Doha, que teve baixa aderência (apenas 80 países avançaram na ratificação da proposta) por conta das negociações do novo acordo. Em 2015, os debates desse acordo foram concluídos dentro da COP-21 com a assinatura do Acordo de Paris, que inovou ao incentivar contribuições voluntárias para a redução de emissões. Esse compromisso colocou como metas a contenção da temperatura global abaixo de 2°C, com esforços para se chegar a 1.5°C, (de Carvalho et al., 2020), bem como:

Busca por envolver todos os países na luta contra a mudança do clima, não apenas os países desenvolvidos; 2) Apoio aos países em desenvolvimento na mitigação de suas emissões; 3) Definição de metas e compromissos não obrigatórios e 4) Acompanhamento regular do progresso dos países em suas metas (UNFCCC, 2015)

Recentement as nações negociam a operacionalização do acordo por completo (Quadros, 2017; Rocha, 2016; Chen, 2009). Em 2018, na COP-24 ocorrida em Katowice, aprovou-se o “Pacote Climático de Katowice”, que é um marco para a implementação do Acordo de Paris pelas partes, auxiliando na implementação de ações efetivas. Ainda assim, tal pacote não abordou os mecanismos de mercado, assunto que segue pendente, tendo em vista o novo fracasso ocorrido na COP-25 em 2019 (de Carvalho et al., 2020).

No período pós-Copenhague, a posição chinesa começou a mudar, principalmente a partir de 2012 com o início da ascensão de Xi Jinping ao poder, o que fez com que o país buscasse tanto continuar trilhando seu crescimento econômico quanto aumentar sua liderança no cenário internacional (Hodzi & Chen, 2018; Zicheng, 2010). A partir desse momento, o

mundo assistiu ao início de um maior engajamento chinês para lidar com as mudanças climáticas (Engels, 2018; Karakir, 2018). Por exemplo, o país foi um dos principais articuladores para a construção do acordo de Paris, tendo atuado de maneira conjunta com os Estados Unidos para buscar soluções para os entraves na negociação entre os dois países (Georgetown University, 2017). Em 2017, após o anúncio da saída dos Estados Unidos do acordo de Paris, os chineses passaram a reivindicar ainda mais uma posição de liderança nessa seara. Por fim, em 2018, a ideia de Civilização Ecológica¹¹ foi incluída dentro da Constituição chinesa, simbolizando uma preocupação central do governo com temáticas ambientais (Engels, 2018; Karakir, 2018; Sun, 2016; Lewis, 2013). Argumenta-se que essa mudança de postura chinesa veio acompanhada de uma mudança de imagem, principalmente após a retirada dos EUA do acordo (Rauchfleisch, 2017).

É interessante ressaltar que o entendimento apresentado acima de marcos do regime climático serve apenas para se compreender os principais acontecimentos registrados dentro do período da criação da CQNUMC até os dias atuais. Contudo, é necessário salientar que, ainda que existam aquelas conferências mais importantes, como são as de 1992, 1997, 2009 e 2015, os debates têm início em conferências anteriores, que estabelecem mandatos para discussão dos temas, e continuam em anos posteriores com reuniões para discutir a operacionalização dos compromissos assumidos pelos países.

Dessa maneira, com o intuito de complementar este contexto, a tabela abaixo sintetiza os acontecimentos mais importantes das Conferências das Partes ocorridas até hoje. O intuito é observar como as discussões avançaram com o passar do tempo e ter uma visão mais ampla de como o trabalho evoluiu. De modo a facilitar a visualização, as Conferências foram organizadas nos seguintes blocos temporais: 1995-2004, 2005-2009, 2010-2015 e 2016-2019. Por fim, enfatiza-se que essa divisão de blocos temporais será seguida quando for feita a análise da diplomacia climática chinesa.

¹¹O conceito de civilização ecológica se refere a um entendimento de desenvolvimento sustentável com características chinesas e que está ligado às tradições filosóficas da China. Ele busca complementar as três dimensões centrais do desenvolvimento sustentável (dimensão econômica, ecológica e social). De acordo com esse entendimento, a natureza faz parte e está intimamente ligada à vida (Kuhn, 2019).

COPs	ANO	RESULTADOS MARCANTES
De Berlim a Buenos Aires	1995-2004	<p>COP 1 – Início das Negociações sobre metas e prazos para redução de emissões partir do estabelecimento do Mandato de Berlim. Criação da força-tarefa para criação de um acordo internacional.</p> <p>COP 2- Foi assinada a Declaração de Genebra, que estipula a criação de obrigações legais de metas e reduções</p> <p>COP 3 – Fim do Mandato de Berlim com a adoção do Protocolo de Kyoto, acordo vinculante para os países do anexo 1, que traz entre suas principais inovações a introdução dos mecanismos de mercado para lidar com as mudanças climáticas.</p> <p>COP 4 e 5 – Criação do Plano de Ação de Buenos Aires para fazer o Protocolo de Kyoto entrar em vigor, bem como ações para instrumentalizar o Protocolo</p> <p>COP 6 – Discussões relacionadas com sumidouros de carbono e mudança do uso da terra. Adoção dos acordos de Bonn.</p> <p>COP 7 - Fim do Mandato de Buenos Aires a partir do término das negociações técnicas sobre Kyoto. Os Acordos de Marrakesh, que são o livro de regras para a implementação de Kyoto, são aprovados. Discussão sobre os instrumentos de mercado dentro do Protocolo de Kyoto.</p> <p>COP 8 - Aprovação do Acordo de Delhi focado em desenvolvimento sustentável (com foco para energias renováveis).</p> <p>COP 9 - Decisões sobre os sumidouros de carbono, dentro do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto</p> <p>COP 10 - Criação do Programa de Trabalho de Buenos Aires para tratar de temáticas referentes à adaptação climática. Aprovação das regras para implementação de Kyoto. Discussão sobre o pós-Kyoto.</p>
De Montreal a Copenhague	2005-2009	<p>COP 11 - Discussões sobre o período pós-Kyoto. Tema das emissões oriundas de desmatamento em florestas tropicais entra na agenda.</p> <p>COP 12 - Debates a respeito do Fundo de Adaptação Climática. Negociações envolvendo regras para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.</p> <p>COP 13 - Estabelecimento do Mapa de Bali, espécie de guia envolvendo ações para combater a mudança do clima. São colocadas duas linhas de atuação principais. A temática de florestas entra no texto de uma Conferência.</p> <p>COP 14 - Discussões a respeito do financiamento de MDL, bem como uso de tecnologias e gestão de desastres.</p> <p>COP 15 - Adoção do Acordo de Copenhague, que estabeleceu uma meta de 2°C para o aumento da</p>

		temperatura no planeta.
De Cancun a Paris	2010-2015	<p>COP 16 - Confirmação da meta de contenção da temperatura em 2°C, conforme acordado em Copenhague. Estabelecimento do Fundo Verde do Clima e outros mecanismos de financiamento.</p> <p>COP 17 - Lançamento do Grupo de Trabalho Ad-Hoc da Plataforma de Durban para Ação Ampliada com o objetivo de chegar a um acordo mais amplo que Kyoto.</p> <p>COP 18 - Aprovação de uma extensão do Protocolo de Kyoto até 2020.</p> <p>COP 19 - Lançamento do Mecanismo de Perdas e Danos (usado para definição de estratégias de adaptação aos efeitos da emergência climática). Conclusão das negociações sobre o mecanismo de Redução de emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)</p> <p>COP 20 - Foi acordado o Chamado de Lima para Ação Climática, que funcionou como um “rascunho” do Acordo de Paris, trazendo critérios para submissão das NDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada), que são contribuições estipuladas por cada país membro, o que faz com que eles possam avaliar suas limitações no momento de submeter seus compromissos.</p> <p>COP 21 - Aprovação do Acordo de Paris, que reafirma a meta de contenção do aumento da temperatura do planeta abaixo de 2°C, com esforços para se chegar a 1,5°C, e que traz a ideia das NDCs de Lima. O Acordo ainda propõe um acompanhamento regular do progresso dos países em suas metas e o Apoio aos países em desenvolvimento na mitigação de suas emissões.</p>
De Marrakech Madri	2016-2019	<p>COP 22 - Avanço na operacionalização do Acordo de Paris com o estabelecimento de uma data-limite. Lançamento da Proclamação de Marrakech para Ação, Clima e Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>COP 23 - Destaque para atuação dos órgãos não-governamentais no combate à mudança do clima. Avanço na temática de emissões provenientes da atividade agrícola. Pouco avanço sobre mecanismo de perdas e danos.</p> <p>COP 24 - Lançamento do Pacote climático de Katowice, uma espécie de livro de regras para operacionalizar o Acordo de Paris. Este instrumento, contudo, não conseguiu avançar em negociações sobre mecanismos de mercado.</p> <p>COP 25 - Lançamento do Plano de Ação sobre gênero e da Plataforma de Povos Indígenas e Comunidades Locais. Inclusão das temáticas de oceanos e uso do solo no texto final. Criação de linhas gerais para que o Fundo Verde destine recursos para combater perdas e danos.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de: de Carvalho et al., 2020; Newell & Taylor, 2020; DeutscheWelle, 2019; Benjamin & Thomas & Haynes, 2018; Corsi, 2018; Ghezloun&Saidane&Merabet, 2017; Observatório do Clima, 2016; Rocha, 2016; e de Souza, 2011

Dando prosseguimento ao capítulo introdutório, a próxima seção discutirá o conceito de *Framing*, analisando sua definição e principais critérios que compõem um *frame* bem elaborado. Será feita uma breve conceituação da origem da ideia de *framing* e em seguida será discutido o conceito tal qual definido por Snow & Benford.

1.2 O *Framing* como instrumento analítico

Tendo sido introduzido enquanto teoria em 1974, o marco analítico conhecido como *Framing* tornou-se extremamente popular dentro de diversas áreas das Ciências Sociais, tais como a Psicologia (notadamente a psicologia cognitiva), Linguística e Análise do Discurso, Estudos de Mídia, bem como na Ciência Política e nas Relações Internacionais (Bryant & Miron, 2004 apud Charles, 2015; Benford & Snow, 2000). Em linhas gerais, o *framing* está ligado a um processo de atribuição de significado a partir de um enfoque ou desfoque em determinado fato. Como postula Kuypers (2009), a análise de *framing* pode ser comparada ao processo de tirar uma fotografia. Nesse sentido, a depender do enquadramento utilizado, serão percebidos diferentes padrões de cores e composições, que podem ser alterados a partir de um novo enquadramento. De maneira similar, os fatos também podem ser enquadrados de maneiras diversas e esses *frames* possuem a capacidade de moldar as percepções das pessoas (Kuypers, 2009).

Ainda que haja convergência na ideia desse método de análise como uma atribuição de significado a fatos, autores de diferentes áreas do conhecimento buscaram trazer definições para o termo. Dentro dos estudos de mídia e comunicação, a definição proposta por William Gamson diz que o “*frame* é uma ideia central de organização para dar sentido a eventos relevantes e sugerir o que está em questão” (Gamson, 1982 apud Kuypers, 2009, p.181). Além disso, ele ainda argumenta que os fatos “assumem seu significado ao serem incorporados em um enquadramento ou um enredo que os organiza e lhes dá coerência, selecionando algumas (partes) para enfatizar enquanto ignora outras” (Gamson, 1982 apud Kuypers, 2009, p. 181).

Dentro das Ciências Sociais e Políticas, os trabalhos mais importantes são os desenvolvidos por Robert Benford e David A. Snow (1986, 1998, 2000). Para eles, o ato de realizar *frames* deve ser compreendido dentro do paradigma teórico do Construtivismo, que enfatiza a construção de significados de fatos como um produto de interações sociais e não um fato dado e imutável (Benford & Snow apud Ciuriel 2017). Nesse sentido, cabe ressaltar ainda que este marco de análise se apresenta como um processo ativo e dinâmico ligado à

construção da realidade. Isso significa que, dependendo da maneira como os fatos são enquadrados, percepções a respeito da realidade podem ser alteradas.

Para além dessa ideia ligada à perspectiva construtivista, Benford & Snow ainda aprofundaram o marco do *framing*. A partir de estudos com enfoque voltado para os movimentos sociais e suas estratégias de mobilização, os autores distinguiram conceitos necessários para que o processo de enquadramento seja bem sucedido, ou, nas palavras deles, tenha ressonância. São duas as dimensões – credibilidade e saliência –, cada uma composta por três critérios (Carvalho Pinto, 2016; Benford & Snow, 2000).

A dimensão da credibilidade está intimamente relacionada com o *frame* e com seu proponente. Os critérios são consistência, credibilidade empírica e credibilidade do “articulador”, que é aquele que realiza determinado enquadramento. A consistência de um *frame* significa uma congruência/sintonia entre os elementos que compõem o frame. O fator de credibilidade empírica diz respeito a uma compatibilidade entre os enquadramentos e os fatos ocorrendo na realidade (Benford & Snow, 2000). Assim, caso determinado *frame* distoe muito do que realmente acontece, ele dificilmente terá capacidade de influenciar na percepção dos seus atores-alvo. Para Benford & Snow (1988), a questão a ser analisada não diz respeito a um entendimento dos enquadramentos como factuais / verdadeiros, mas sim se eles têm capacidade de serem lidos como “reais”. Por fim, a credibilidade do “articulador” está ligada às variáveis de status e conhecimento, o que significa dizer que um maior nível de especialidade e/ou status do formulador do frame pode, pelo menos hipoteticamente, gerar um maior nível de confiança com relação ao enquadramento (Carvalho Pinto, 2014; Benford & Snow, 2000).

Já a dimensão da saliência diz respeito ao público-alvo que se pretende atingir com determinado *frame*. Nesse caso, os critérios existentes são a centralidade, “*experiential commensurability*” e a fidelidade narrativa. O primeiro parâmetro (centralidade) pode ser entendido como o nível de importância que determinado enquadramento tem dentro de um conjunto de credos e valores pertencentes ao grupo-alvo. O segundo parâmetro (“*experiential commensurability*”), em linhas gerais, está ligado à conexão do *frame* com a visão de mundo de seus alvos (Carvalho Pinto, 2014). Finalmente, a fidelidade narrativa significa a ressonância cultural que o enquadramento possui (Carvalho Pinto, 2014; Benford & Snow, 2000).

Carvalho Pinto, ao estudar a interação entre o *Framing* e a teoria da securitização utilizando o caso da Primavera Árabe e dos protestos no Bahrein, resumiu essas dimensões e critérios, que podem ser observados na tabela abaixo.

Ator securizante → Ameaça existencial → Público-Alvo			
	Dimensões	Crítérios	Definições
Ressonância (condições para se ter sucesso)	Credibilidade	Consistência	Articulação lógica dos elementos constitutivos
		Credibilidade empírica	Conexão com os problemas percebidos pelo público-alvo
		Credibilidade do articulador (es)	Legitimidade de acordo com o proponente
	Saliência	Centralidade	Grau de importância que o frame assume dentro do sistema de valores do público-alvo
		Experiential commensurability	Conexões com a visão de mundo do público-alvo
		Fidelidade narrativa	Ressonância cultural

Fonte: Carvalho Pinto (2014), p.166, compilado a partir Snow & Benford (2000), Derichs (2004), tradução nossa

A partir do exposto, entende-se que o *framing* é uma ferramenta de análise caracterizada pela atribuição de significado a fatos e eventos a fim de levar a determinada audiência uma interpretação dos fatos. Sua importância reside justamente nessa capacidade de gerar e modificar percepções. Assim, como coloca Carvalho Pinto (2014, p.164), o *framing* é “um processo dinâmico de atribuir significado que visa organizar a experiência do público em enquadramentos interpretativos e orientar a sua ação de forma a cumprir os objetivos traçados pelo autor da estratégia”.

A próxima seção busca entender a definição de imagem dentro das Relações Internacionais. O conceito utilizado terá como base a Teoria das Imagens das Relações Internacionais, cujo principal autor é Robert Jervis. Ademais, será discutida a ideia e os critérios de *nation branding*, necessários para se compreender a ideia de promoção de imagem utilizados por esta pesquisa.

1.3 Imagem como instrumento de projeção internacional

Quando se busca definir imagens, é importante que se tenha em mente o contexto a ser utilizado, tendo em vista que a ideia de imagens é trabalhada dentro de diferentes áreas do conhecimento como Turismo, Geografia, Psicologia, Ciência Política e Relações Internacionais (Kunczik, 2010). Ainda assim, é possível se chegar a um conceito comum que coloca imagem como uma “estrutura cognitiva, afetiva e avaliativa” (Boulding, 1962 apud Ayvazyan, 2010, p.41, tradução nossa). Nesse sentido, ao se abordar o conceito de imagem evoca-se a ideia de uma percepção construída com uma finalidade específica, que depende daquele que a cultiva (Ayvazyan, 2010, Kunczik, 1997). Ayvazyan (2010, p.41) diz que “enquanto a aparência de um objeto existe naturalmente, o conceito de imagem aparece quando se tem a necessidade de ajustar a aparência dentro das mentes individuais ou coletivas”.

Dentro do campo das Relações Internacionais, o estudo das imagens acabou sendo popularizado após o término da 2ª Guerra Mundial, momento no qual os países europeus estavam desestruturados e com suas imagens internas e externas arranhadas (da Silva, 2018; Ayvazyan, 2010). Assim, eles necessitavam recuperar e promover essa imagem abalada ao mesmo tempo em que buscavam status e/ou o próprio prestígio (da Silva, 2018). Nesse sentido, uma das teorias mais importantes para se entender o estudo das imagens é a Teoria das Imagens, que é uma teoria de tomada estratégica de decisões que se baseia na identificação de imagens de outros países para a elaboração de políticas internas (Alexander et al, 2005). Para os teóricos dessa corrente, as percepções de outros países são feitas por meio de imagens, que são organizadas sistematicamente a partir de crenças sobre as motivações, liderança e características de um país (Alexander et al, 2005). Hermann (2013, p. 5) coloca que:

As imagens que as pessoas têm de outros países tornam-se blocos de construção centrais em sua identificação das ameaças e oportunidades que seu próprio país enfrenta. Essas imagens podem se tornar suposições tão dadas como certas que

produzem hábitos frequentes que definem parâmetros básicos do que é visto como do interesse de um país ou contrário a ele.

O trabalho considerado precursor da teoria das imagens é o de Boulding (1956, 1959), no qual ele aponta as relações internacionais como dependentes de um jogo de imagens, o que significaria dizer que o comportamento dos países depende diretamente da imagem que se tem de outra nação (Ametbek, 2017). Em suas obras, ele argumentava que as percepções de hostilidade e simpatia de um determinado país, aliado a entendimentos sobre fraqueza e força, eram componentes fundamentais para se ter a imagem de um país (Boulding, 1959). Tem-se assim a criação da imagem internacional mais estudada, aquela de rival/oponente. Nesse sentido, essa imagem serviria de guia para o comportamento que outras nações teriam dela. Para Boulding (1959): “nós agimos de acordo com a forma como o mundo aparece para nós, não necessariamente de acordo com a forma como ‘é’ ” (Boulding, 1959).

Outra importante contribuição dentro da teoria das imagens foi dada por Robert Jervis em *The Logic of Images in International Relations* (1970). Nesta obra, ele definiu o conceito de imagem que norteará este trabalho. Para ele, uma “imagem” é uma percepção que se tem do perfil de comportamento de um emissor. Por meio de mensagens verbais e não verbais, o comunicador transmite essa percepção para outros atores. Cabe aqui ressaltar que ele, assim como outros autores da teoria das imagens, entende que imagens são importantes na medida em que imagens positivas ajudam um país a exercer poder sobre outros e a alcançar seus próprios objetivos (da Silva; Li, 2011; Jervis, 1970). Dessa forma, ele coloca que “a imagem pode muitas vezes ser mais útil do que um incremento do poder militar e econômico. Nesse sentido, o propósito da diplomacia de qualquer estado é construir a imagem desejada” (Jervis, 1970 apud Ametbek, 2017).

Jervis (1970) ainda entende que países que cultivam determinada imagem têm a capacidade de manipular suas comunicações verbais e não-verbais de modo a alterar a percepção que outros atores terão do comunicador. Essas mensagens podem ser transmitidas de diferentes maneiras. Anholt (2007), ao trabalhar com a construção de identidades internacionais, enumera alguns instrumentos utilizados pelos países para transmitir uma imagem positiva. São elas: 1) Turismo, 2) Marcas internacionais e empresas multinacionais, 3) Política externa e diplomacia, 4) Ambiente para investimento externo, 5) Promoção cultural e 6) A percepção das elites do país. Além dos elencados acima, cabe salientar que a

imagem de um país é influenciada por outras questões como lobby¹² e diplomacia pública¹³ (Ayvazyan, 2010), bem como a mídia. Kunczik (1997, p.1) enfatiza que:

As imagens de certas nações, por mais certas ou erradas que sejam, parecem se formar, fundamentalmente, por meio de um processo de comunicação bastante complexo, envolvendo fontes de informação variadas... Mas as transmissões de rádio e TV de programas internacionais, jornais, livros, serviços de notícias são fortes influenciadores de imagem.

Nesse processo de comunicação, os países muitas vezes desenvolvem estratégias para transmitirem a imagem necessária. Para a presente pesquisa, será utilizado o conceito de *nation branding* e os seus componentes de aprimoramento de imagem. Para Ying (2005), *nation branding* está ligado à projeção de toda a imagem que um país possui, passando por dimensões políticas, econômicas, históricas, culturais e diplomáticas, para um público internacional. Esta ideia é bastante utilizada nos estudos de marketing e turismo, pois ajuda uma nação a vender seus produtos e destinos (Ying, 2005). Dentro das relações internacionais, o *branding* pode auxiliar um país a melhorar sua percepção e melhorar seu entendimento com outros países. Cabe a ressalva de que, com ou sem *branding*, as nações possuem imagens; a única mudança real proporcionada por esta técnica é adaptar a imagem e torná-la mais agradável (Hakala; Kantola; Lemmetyinen, 2013).

Anholt (2013) desenvolve os componentes para um *branding* de sucesso. Em primeiro lugar, ele menciona a importância de se ter uma estratégia, o que significa entender qual a percepção que se tem da nação internacionalmente e qual a percepção almejada. Em segundo lugar, está a substância, ou seja, a execução das atividades que trarão o avanço necessário. Por fim, há as ações simbólicas, que são ações particulares que têm grande poder comunicativo; elas são ao mesmo tempo um componente da história e jeito de contar essa história (Anholt, 2013). Estes critérios são importantes para a pesquisa, pois a partir deles será avaliada a projeção da imagem chinesa.

¹²De acordo com a Enciclopédia Britânica, lobby é “qualquer tentativa de indivíduos ou grupos de interesse privado de influenciar as decisões do governo”. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/lobbying>. Acesso em 14 de fevereiro de 2021

¹³Diplomacia pública é aquela que ambiciona alcançar o público amplo em sociedades estrangeiras, não apenas agentes de Estado. Ela está voltada para transmissão de aspectos positivos de um país para públicos estrangeiros. “A diplomacia pública, é claro, não deve ser desenvolvida independente da política externa do país, e deve estar em sintonia com os objetivos e metas de médio e longo prazo que um país possui. A diplomacia pública baseia-se na confiança e credibilidade e geralmente funciona melhor no longo prazo” (Melissen, 2005, p.15, tradução nossa).

A partir do exposto, pode-se dizer que o conceito de imagem é amplo devido às diversas áreas do conhecimento que o estudam, interpretam e aplicam. Contudo, para este trabalho, a ideia desenvolvida por Jervis (1970) enquanto parte da teoria das imagens é bastante importante. Nesse sentido, tem-se que imagem é uma percepção formada a partir do comportamento de um ator específico. É importante ainda enfatizar que uma nação é capaz de manipular as mensagens que emite de modo a alterar a percepção que outros atores têm dela.

A próxima seção enfatiza a diplomacia verde como instrumento para projeção de imagem. Nela serão explorados os conceitos de diplomacia e diplomacia verde, bem como sua relação com a projeção de uma imagem positiva.

1.4 Diplomacia verde e sua relação com imagem

Na última década, o clima levou ao aparecimento de fenômenos outrora pouco comuns, tais como: “[...] chuvas mais intensas e concentradas; secas extremas; períodos prolongados de calor e frio; choques intensos entre circulação atmosférica oceânica e terrestre em muitas regiões litorâneas; sequências de furacões e tufões [...]” (Viola & Basso, 2016, p. 3). Ademais, a não mitigação da mudança do clima pode causar falta de água e alimentos, bem como a destruição da infraestrutura existente. Assim, percebe-se que a manutenção da vida humana no planeta depende fundamentalmente de estratégias para lidar com este problema. Para Viola & Basso (2016, p. 3), “a mitigação da mudança climática é um bem comum global” e, por isso, requer soluções que envolvam o maior número possível de países.

Nesse sentido, as nações se reúnem anualmente para traçar planos e desenvolver mecanismos que funcionem como soluções para a questão climática. Surgem, assim, diversos acordos multilaterais, que funcionam como uma resposta comum na qual diferentes países assumem compromissos reais de conter as emissões de gases de efeito estufa. O instrumento fundamental para que estes acordos sejam alcançados é a diplomacia climática. De acordo com Mabey & Gallagher & Born (2013, p.6), a diplomacia climática é responsável por garantir a construção do regime internacional do clima e auxiliar em sua operacionalização de modo a enfrentar eventuais desafios. Para eles, tal diplomacia é importante, pois se caracteriza como uma interface entre debates de importância nacional com a cooperação internacional. Assim, tem-se que:

A diplomacia climática não é apenas a projeção externa de uma posição. A aplicação da diplomacia à mudança do clima é vital para incorporá-la nos processos de tomada de decisão para moldar e reformular o interesse nacional internamente e

influenciar debates em outros países. A diplomacia deve alinhar o clima com outras prioridades de interesse nacional [...]. Deve transformar a ação nacional em resultados políticos e progresso no nível internacional e, inversamente, usar o impulso internacional para conduzir e estimular a ambição no plano doméstico (Mabey; Gallagher; Born, 2013, p.9, tradução nossa).

Com o passar dos anos, a diplomacia climática evoluiu de uma abordagem focada unicamente nas discussões no âmbito das negociações entre as Partes da Convenção-Quadro para um processo mais complexo que envolve atores não-governamentais e discussões geopolíticas amplas (Mabey & Gallagher & Born, 2013; Broadhurst; Ledgerwood, 1998). Broadhurst & Ledgerwood (1998) enfatizam que há uma tendência cada vez maior em se incluir atores como empresas e ONGs em contextos anteriormente dominados por atores estatais. Assim, eles entendem que há uma disputa entre os que advogam uma concepção tradicional de diplomacia (focada no Estado como agente da diplomacia) e a ideia de um conceito expandido (que envolve atores não-estatais como possíveis agentes diplomáticos) (Broadhurst; Ledgerwood, 1998). Contudo, ainda que se reconheça a disputa entre essas duas concepções de diplomacia, o que significa que não há um conceito único, o trabalho optará por uma concepção mais tradicional, analisando apenas a atuação do governo chinês como executor da diplomacia climática chinesa. Essa escolha se dá pelo fato de a diplomacia do governo ser o objeto de estudo deste trabalho.

Além de auxiliar na construção de acordos, um exercício positivo da diplomacia climática, ou seja, aquele que busca construir consensos e chegar a resultados que de fato ataquem as causas do problema, pode ajudar um país a gerar uma imagem de prestígio internacional (Lahn; Rowe, 2015). Lahn & Rowe (2015), por exemplo, estudaram como a Noruega utilizou tal instrumento para criar uma imagem de *front-runner* e *bridge-builder* na questão climática. Em outras palavras, a Noruega busca se destacar como um país que lidera as ações contra o aumento de emissões de gases causadores do efeito estufa. Para construir tal imagem internacional, a nação nórdica utilizou diversas estratégias, que contribuíram para a consolidação de um regime global do clima. Por exemplo, Oslo se destaca como um dos mais generosos contribuidores para a CQNUMC. O caso norueguês é emblemático, pois talvez seja o caso mais evidente de um país que se utiliza da diplomacia climática com o intuito de construir uma imagem de líder internacional (Lahn & Rowe, 2015).

A diplomacia climática contribui para a construção de acordos e serve para representar um país em reuniões e compromissos multilaterais (Mabey; Gallagher; Born, 2013). Por si só, tais atividades, juntamente com a transposição dos acordos para o plano doméstico, ajudam um país a construir uma imagem de engajado e responsável

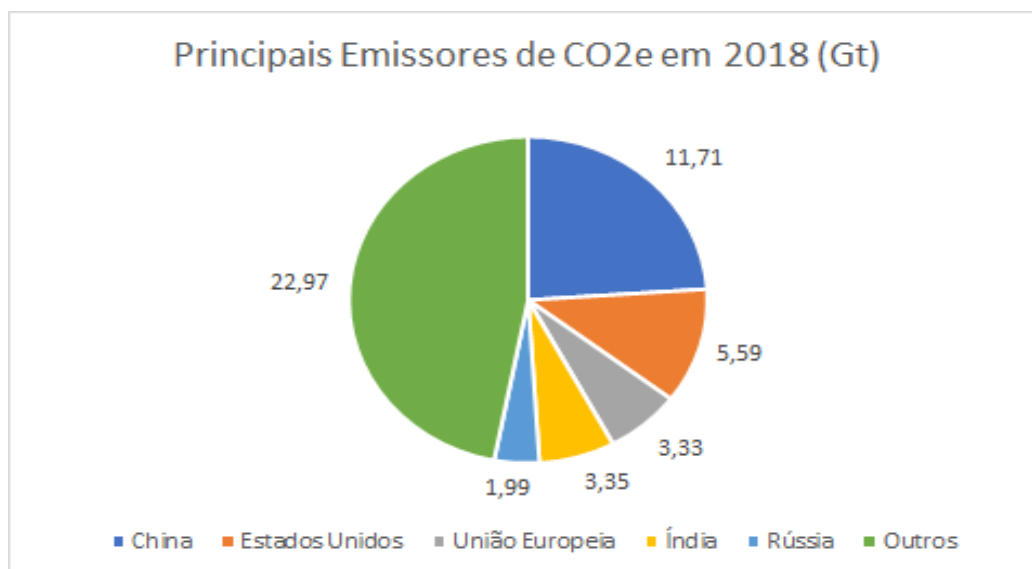
internacionalmente (Ullah, 2015). Assim, como já apontado na seção anterior, a diplomacia é um instrumento que pode ser utilizado para projetar a imagem de um país no exterior. Dessa maneira, tal mecanismo pode contribuir para a construção de percepções positivas a respeito de si no cenário internacional, como exemplifica o caso norueguês (Lahn & Rowe, 2015). No próximo capítulo, será estudado o papel da China no combate às mudanças climáticas para depois se chegar à projeção da imagem a partir da diplomacia climática.

CAPÍTULO 2 - A CHINA E O COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

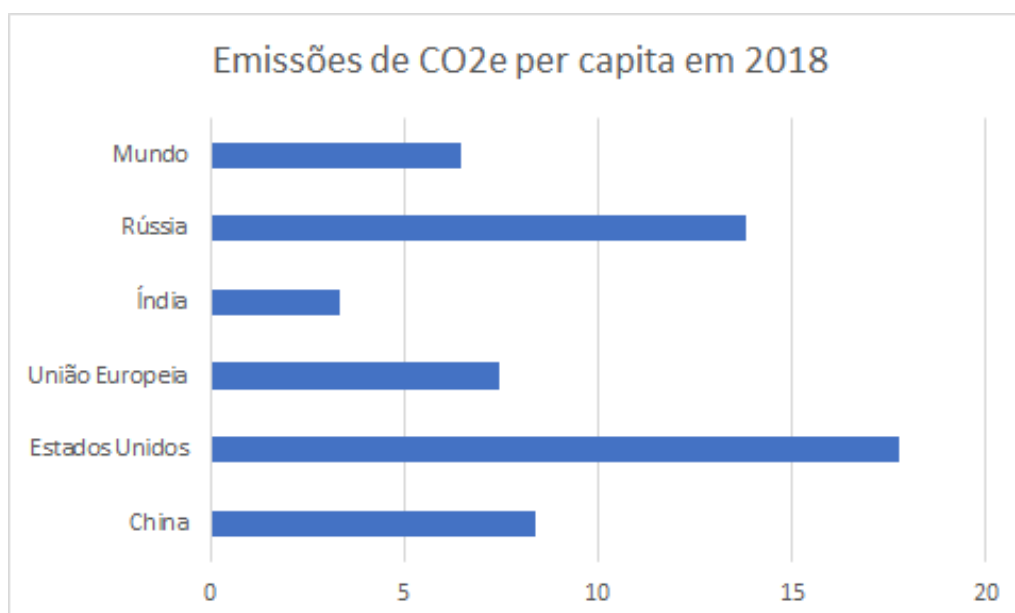
Este capítulo é composto por três seções, nas quais se discutirá como se dá a atuação chinesa para lutar contra o aumento de emissões. Na primeira, analisa-se o papel de Pequim em lidar com tal problemática, tendo em vista que se trata do maior emissor de CO₂ em termos totais no planeta. Na segunda seção, aborda-se a presença do tema de mudança do clima dentro dos planos quinquenais chineses, que são os principais instrumentos de planejamento do governo. Por fim, a terceira seção, que é dividida em três subseções, apresenta algumas das estratégias chinesas para lidar com o aquecimento global. São elas: o investimento em energias renováveis, a guerra contra a poluição e o comércio de emissões.

2.1 A China e seu papel no combate global à mudança do clima

Atualmente, a China tem a maior população do planeta e é a maior emissora bruta de gases de efeito estufa, o que está intimamente ligado à sua matriz energética altamente dependente de carvão (Climate Watch, 2018; Wulansari, 2016; Yu & Zhu, 2015). Até mesmo quando se avaliam as emissões em uma escala per capita, tem-se que a China é um dos maiores emissores globais; ainda que seja metade do nível americano, as taxas chinesas já superam a média global, como pode ser observado nos gráficos 1 e 2 a serem exibidos logo a seguir (Climate Watch, 2018; Stalley, 2016). Dessa maneira, afirma-se que a China é um dos países centrais para o combate global às mudanças climáticas no planeta. Assim, quaisquer iniciativas que almejam resultados concretos necessitam de um forte engajamento por parte de Pequim. Como aponta Kopra (2018, p.2, tradução nossa), “o engajamento da China na política internacional do clima é imperativo, pois sem sua participação, nenhum esforço global para lutar contra a mudança do clima será suficiente”.

Gráfico 1: Principais Emissores de CO₂e em 2018 (Gt)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ClimateWatch (2018). Dados disponíveis em: <https://www.climatewatchdata.org/>

Gráfico 2: Emissões de CO₂e per capita em 2018

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ClimateWatch (2018). Dados disponíveis em: <https://www.climatewatchdata.org/>

Por conta dessa situação, Pequim sofre grandes pressões da comunidade internacional, especialmente dos países mais desenvolvidos, para tomar medidas mais ambiciosas para conter suas emissões, sendo, por vezes, acusada de irresponsável e empecilho ao progresso. Kobra (2018) aponta como os países ocidentais durante muito tempo se utilizaram de um

discurso de “China environmental-threat theory”, segundo a qual as ações chinesas seriam a principal ameaça para o meio ambiente no mundo. Ao apontar essa ameaça, os países, pelo menos em teoria, fariam com que a China assumisse muitas responsabilidades e algumas acima de suas capacidades.

Em contraposição a essa visão ocidental, a China sempre enxergou seu papel na luta contra o aquecimento global a partir de uma lente de responsabilidade climática baseada na justiça histórica (Kopra, 2018). Assim, ainda que o país fosse responsável por altos níveis de emissões, estas deveriam ser levadas em consideração tendo em vista a grande quantidade de pessoas vivendo na pobreza na China. A partir disso, o país enfatizou a diferença entre suas emissões, entendidas como emissões de sobrevivência, e as de países desenvolvidos, vistas como emissões de luxo (Kopra, 2018). Vê-se que havia um questionamento ético a respeito do grau de envolvimento que a China deveria tomar com relação a essa temática. Ainda assim, cabe ressaltar que, devido às mudanças sociais e econômicas pelas quais Pequim vem passando, utilizar-se desse discurso tem ficado cada vez mais difícil (Viola & Basso, 2014). Viola & Basso (2014) apontam que entre os países em desenvolvimento já existe um movimento para pressionar a China a assumir mais responsabilidades.

Ressalta-se que, independentemente da argumentação sobre uma maior ou menor ambição da China para combater as emissões de GEE, o país vem sendo visto como líder nessa área há bastante tempo. Karlsson et al. (2012) apontam que, durante a Conferência de Cancún em 2010, a China era vista pelos participantes como o principal ator da agenda climática, superando, inclusive, os Estados Unidos. Já Yu & Zhu (2015) argumentam que diversos países em desenvolvimento veem a China como líder para defender seus interesses dentro das negociações climáticas (em geral a defesa das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”). Ao mesmo tempo, países desenvolvidos também enxergam a China como um país líder dos menos desenvolvidos, mas neste caso eles se preocupam mais com a influência positiva que a China pode exercer. Dessa maneira, compromissos estimulados por Pequim servem de incentivo para outros países em desenvolvimento fazerem o mesmo (Yu & Zhu, 2015). Por fim, Busby & Uperlainen (2020) defendem que a China é um dos poucos países capazes de exercer uma liderança positiva na esfera climática por terem o interesse e a capacidade material de exercerem esse papel. Ainda assim, eles entendem que o país manda sinais contrários a esse respeito para a comunidade internacional (Busby & Uperlainen, 2020)

Na última década, especialmente a partir da ascensão de Xi Jinping, a China tem assumido uma postura mais proativa internacionalmente, se apresentando como um membro responsável da comunidade internacional (Kopra, 2018). Kopra (2018) argumenta que

Pequim se identifica como uma grande potência na área climática e, nesse sentido, tem tomado ações para se mostrar enquanto potência responsável. A colaboração China-EUA ocorrida um ano antes da Conferência de Paris é apontada como exemplo. Além disso, a participação crescente do país em conferências multilaterais pode demonstrar como o país está se tornando mais receptivo à ideia de lidar com problemas globais, notadamente a mudança do clima. Caso o país tenha sucesso em suas iniciativas e consiga levar a cabo suas ideias de civilização ecológica e desenvolvimento verde, ele se credencia cada vez mais como um ator modelo na seara climática (Barbieri & Ferreira, 2019; Kopra, 2018).

Assim, tem-se que a China é essencial para um combate internacional efetivo às mudanças climáticas. Em primeiro lugar porque se trata de um dos países que mais contribui para as emissões no planeta atualmente. Em segundo lugar, Pequim é vista tanto por países desenvolvidos quanto em desenvolvimento como um líder dentro da questão climática, seja como inspiração para outras nações, defensor de seus interesses ou por ter a vontade e a capacidade material de liderar tal mudança. Por fim, o próprio país já almeja se colocar como uma potência responsável que lida com bens públicos globais, principal característica das mudanças climáticas (Karlsson et al., 2012). Dessa maneira, “a importância da China no ramo da energia e da governança climática não pode ser desafiada. É uma superpotência climática e suas ações têm grande impacto no ciclo global do carbono e no regime climático.” (Viola&Basso, 2014, p.185)

A próxima seção discute a presença da mudança do clima dentro dos planos quinquenais chineses. Estes planos são instrumentos essenciais para o planejamento das diretrizes e políticas governamentais. Nesse sentido, o enfoque que determinado tema tem dentro deles demonstra a preocupação das lideranças chinesas com o problema.

2.2 A Mudança do clima nos planos quinquenais da China

Publicados desde 1953, os planos quinquenais são instrumentos de planejamento utilizados pelo governo chinês para direcionar as metas e políticas que o país almeja alcançar (Britannica, 2021; Hu, 2013). Nesses planos, é estabelecida uma visão para o desenvolvimento econômico e social da China ao longo do curso de cinco anos (Britannica, 2021; Hu, 2013). Viola & Basso (2014) argumentam que, entre 1953 e 1977, Pequim não possuía capacidades técnicas para implementar os planos, o que fazia com que tivessem resultados mistos, marcados por longos períodos de crescimento e crises massivas.

A partir de 1978, contudo, essa situação mudou, com os planos servindo de base para leis e regulamentos. Hu (2013) ainda aponta que tais mecanismos de planejamento estatal evoluíram em suas temáticas, deixando de ser meramente econômicos para dar lugar a planos de relações públicas que lidam com questões como eficiência e segurança energética, redução de emissões, seguridade social e políticas macroeconômicas. Tais programas são formulados pelo Conselho de Estado chinês e devem ser aprovados pelo Congresso Nacional do Povo, sendo internalizados pelos governos locais posteriormente. Cabe mencionar que os próprios governos subnacionais podem criar e desenvolver planos quinquenais independentes (Britannica, 2021; Hu, 2013).

Tendo em vista que os planos refletem as prioridades do governo chinês para aquele período, eles servem para se detectar mudanças internas com relação ao tratamento dado a determinada temática (Hu, 2013). As mudanças climáticas são um exemplo disso. Durante muito tempo, essa problemática era vista como um assunto secundário. Com o passar dos anos, porém, passou a ganhar relevância, vide o 11º Plano Quinquenal, que aborda várias questões relacionadas com a mitigação da mudança do clima. Ademais, nos planos mais recentes, observou-se a presença de metas concretas de questões como eficiência energética, investimento em fontes de energia renováveis e redução de emissões (UNDP, 2021).

Na tabela abaixo, será possível observar como a questão ambiental antes era tratada de maneira vaga dentro dos planos quinquenais na década de 90, situação diferente da atual, na qual desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas são elementos importantes do planejamento do governo e têm metas concretas a serem alcançadas.

Planos Quinquenais	
Plano	Definições
8º Plano Quinquenal (1991-1995)	Foi o primeiro plano que trouxe uma menção à temática ambiental, tendo como foco o desenvolvimento sustentável e o controle de poluição. Apesar disso, as áreas prioritárias são a agricultura e as indústrias de base. Na parte energética, a preocupação estava voltada para diminuir os impactos ambientais da indústria do uso do carvão.
9º Plano Quinquenal (1996-2000)	Dentro deste plano, as preocupações com desenvolvimento sustentável foram definidas pela Agenda 21: Livro Branco sobre População, Meio Ambiente e Desenvolvimento da China no século XXI. A prioridade neste momento era a

		<p>questão energética, mais especificamente como reduzir a dependência de fontes não-renováveis. Naquela época, o carvão era responsável por 80% da energia consumida na China. Foi lançado o “Programa sobre o Desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis na China (1996-2010)”.</p>
10° Plano Quinquenal (2001-2005)		<p>Estava claro para as lideranças que o rápido crescimento econômico obtido por Pequim veio às custas do meio ambiente e do esgotamento de recursos naturais. Assim, o décimo plano quinquenal pontuou a necessidade de se investir mais em seguridade social e recuperar o meio ambiente. Neste plano, também há um grande enfoque na questão energética e no encorajamento ao uso de fontes renováveis de energia. Além disso, pela primeira vez há uma menção ao desenvolvimento de energias limpas por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto, bem como um aumento dos esforços para controlar as emissões de GEE.</p>
11° Plano Quinquenal (2006-2010)		<p>A elaboração deste plano veio em um momento central para a China, no qual o país estava em vias da construção de sua sociedade pacífica e harmoniosa, que dependia do equilíbrio entre diferentes áreas. Esse plano foi o primeiro a tratar da mudança do clima como uma missão de longo prazo para a China alcançar um desenvolvimento sustentável. Assim, um dos principais focos do 11° Plano Quinquenal era acelerar a transformação do modelo econômico de desenvolvimento da China e controlar as emissões de GEE por meio de uma reestruturação da indústria, aumento dos sumidouros de carbono e melhoria da matriz energética de modo a deixá-la mais verde e eficiente. Este plano introduziu o conceito de intensidade energética, que é a quantidade de energia usada por unidade de PIB.</p>
12° Plano Quinquenal (2011-2015)		<p>A principal marca desse plano é o lançamento de uma “revolução verde”, tendo em vista que é o primeiro instrumento cujo tema central é o desenvolvimento sustentável. Os setores verde e de baixo uso de carbono são parte central do desenvolvimento industrial. O plano também trouxe mais metas concretas para a questão da mudança climática. Por exemplo, são colocadas as metas de redução da intensidade de carbono entre 40-45% até 2020; reduzir a intensidade de energia em 16% até 2015; criar um mercado de carbono nacional; atingir 15% de participação de energias renováveis na matriz chinesa até 2020.</p>
13° Plano Quinquenal (2016-2020)		<p>O plano coloca como meta alcançar uma sociedade moderadamente próspera até 2020, baseada em um desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e compartilhado. Assim, ele segue a tendência estabelecida nos últimos planos de valorizar um desenvolvimento verde. A respeito do clima, o plano ambiciona alcançar uma redução de emissões de CO₂ de 18% por unidade de PIB até 2020 em comparação com níveis de 2020. Também estabelece prazos para que o país alcance o pico de emissões e consumo de água e encarrega o governo de criar regulação para os programas pilotos de comércio de emissões. Há também a intenção de diminuir as emissões de carvão e investir cada vez mais em renováveis, investir em um mais eficiente para o carvão. Por fim, ainda almeja aumentar a cobertura florestal chinesa para 23,04% dentro de cinco anos.</p>

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment (2021), Viola & Basso (2014) e UNDP (2012).

Tendo em vista que o tema da mudança do clima ganhou mais relevância para as autoridades chinesas, como pode ser visto por meio dos planos quinquenais, a próxima seção irá discutir algumas das principais iniciativas chinesas para lidar com tal problemática. Foram escolhidos para análise o investimento em energias renováveis, principal instrumento chinês para reduzir seu nível de emissões, a guerra contra a poluição e o projeto de desenvolver um mercado de carbono global.

2.3 Iniciativas Chinesas de combate à mudança clima

Na China, a formulação de políticas e estratégias para lidar com o clima é competência principalmente da *National Development and Reform Commission* (NDRC), antiga *State Development and Planning Commission*, que enxerga as mudanças do clima a partir da ótica do desenvolvimento econômico e social. Dentro desta comissão, foi criado, em 2008, o Departamento de Mudança do Clima, responsável por liderar e coordenar as políticas nacionais para lidar com o aquecimento global. Além da NDRC, também exerce influência na formulação da política climática o Ministério de Relações Exteriores. A diplomacia climática da China é conduzida pelo Ministério de Relações Exteriores, que tende a ser rígido com relação à questão da soberania chinesa, do princípio das responsabilidades comuns e da necessidade de transferência de tecnologia dentro das negociações. Por fim, o Ministério da Proteção Ambiental e o Ministério da Ciência e Tecnologia têm um papel menos importante, mas são em geral os mais engajados positivamente com o tema (Moreira & Ribeiro, 2016; Stalley, 2016; Hung & Tsai, 2012; Ong, 2012).

Em geral, as estratégias chinesas de mudança do clima estão delimitadas em alguns documentos. As principais metas e desejos são colocados nos Planos Quinquenais, como já explicado na seção anterior. Além destes, há publicações específicas sobre o tema, como o Programa Nacional sobre Mudança do Clima, lançado em 2007, os Livros Brancos sobre Mudança do Clima, lançados pelo Conselho de Estado, e o Plano Nacional para combater a Mudança do Clima (Moreira & Ribeiro, 2016; Hung & Tsai, 2012).

No Programa Nacional sobre Mudança do Clima, válido pelo período entre 2007-2010, o “governo chinês divulgou a situação do país com relação aos impactos e desafios das mudanças climáticas, os esforços internos que vêm sendo adotados, e linhas, princípios e

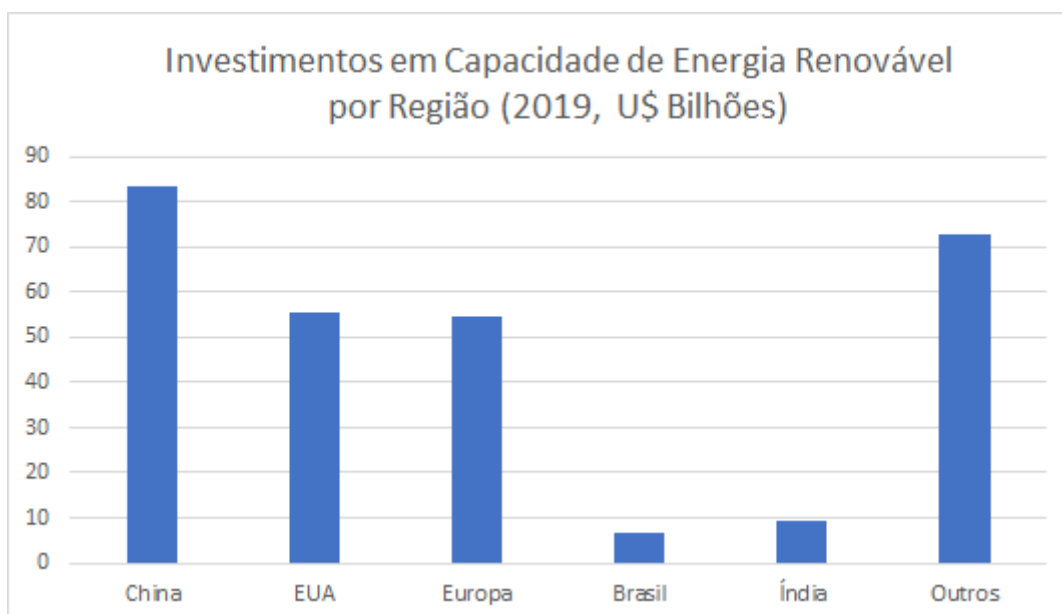
políticas nacionais e internacionais da China” (Moreira & Ribeiro, 2016, p.231). Já os livros brancos, nomeados *China’s Policies and Actions for Addressing Climate Change*, são publicados desde 2011 com o intuito de “permitir que a comunidade internacional compreenda plenamente as políticas e ações chinesas para lidar com a mudança do clima, e os resultados positivos alcançados sobre este tema” (Green Policy Platform, 2021). Por fim, o Plano Nacional para Combater a Mudança do Clima é uma estratégia do governo que abrange temas como mitigação, adaptação, pesquisa científica e conscientização do público. Ao contrário dos Livros Brancos, trata-se de um documento voltado principalmente para o planejamento interno (Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment, 2021).

Tendo em mente as agências e documentos que norteiam as políticas chinesas para mudança do clima, esta seção pretende discutir algumas das estratégias utilizadas pelo governo chinês para combater tal problema. São elas: o maior incentivo às fontes renováveis de energia, a guerra contra a poluição e o comércio de emissões.

2.3.1 Incentivo às energias renováveis

Devido a seus altos índices de crescimento econômico, a China se destaca por ser o país que mais consome energia no mundo, sendo que a principal fonte de energia utilizada no país ainda é o carvão (Chiu; 2017; Wu, 2016; Ong, 2011). Apesar disso, nos últimos anos, foi possível notar um crescimento substancial no investimento em energias renováveis e limpas pela China, sendo o país líder em 2019, como se pode observar no gráfico 3.

Gráfico 3: Investimentos em Capacidade de Energia Renovável por Região (2009, US\$ Bilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do relatório *Global Trends in Renewable Energy Investment 2019* do Centro Colaborador do PNUMA para Financiamento do Clima e Energia Sustentável da Escola de Frankfurt. Disponível em: https://www.fs-unep-centre.org/wp-content/uploads/2020/06/GTR_2020.pdf

Nesse sentido, Engels (2017) aponta que, como fruto dessas inversões, a China é atualmente uma das nações líderes em produção de tecnologia solar e eólica, e em alguns segmentos uma provedora de tecnologia para países do Norte e do Sul. Para além da produção tecnológica, em 2016, Pequim tornou-se o país com a maior capacidade instalada de geração solar e eólica no mundo (cerca de 129 GW e 43GW, respectivamente), mesmo que não utilize totalmente sua capacidade instalada (Wu & Nakano, 2016).

Alcançar tal status foi parte de uma estratégia chinesa que levou anos para se desenvolver. Desde meados dos anos 2000, a China começou a aplicar metas de energia com o intuito de diminuir sua intensidade, ou seja, o consumo por unidade de PIB. No 10º Plano Quinquenal, o governo encorajou, por meio de políticas tributárias e subsídios, o desenvolvimento de energias renováveis como a energia eólica e biocombustíveis. No 11º Plano Quinquenal (2006-2010), o país colocou o objetivo de reduzir sua intensidade energética em 20% até 2010 em comparação com níveis de 2005, o que reduziria a emissão de CO₂ em 550 milhões de toneladas. Os planos subsequentes continuaram dando atenção para fontes limpas de energia. No 12º Plano Quinquenal (2011-2015), por exemplo, apontaram-se os setores de novas energias renováveis, conservação de energia, proteção ambiental e veículos elétricos como indústrias prioritárias para o desenvolvimento chinês. Já no 13º Plano Quinquenal (2016-2020), foi estabelecida a meta de se atingir 15% de fontes de energia não-fósseis na matriz até 2020 (Geall, 2017; Qi & Wu, 2013).

Para além dos planos quinquenais, outro marco das energias renováveis na China foi o lançamento, em 2007, do Plano para o Desenvolvimento de Energias Renováveis em Médio e Longo Prazo, que ambicionava aumentar a contribuição de renováveis no consumo total de 10% para 15% até 2020. Tal plano foi essencial para o florescimento da indústria eólica no país; atualmente a China é o país com a maior capacidade instalada de energia eólica, bem como o maior fabricante de geradores eólicos. É importante mencionar que o desenvolvimento de energias renováveis na China também está ligado ao alto investimento feito por países desenvolvidos no país no âmbito do CDM do Protocolo de Kyoto (Geall, 2017; Stalley, 2016; Wu, 2016; Ong, 2012).

Em 2012, a China ultrapassou a Europa em investimentos totais em energia limpa e, desde então, tem sido o país dominante no mundo em investimento de energias renováveis,

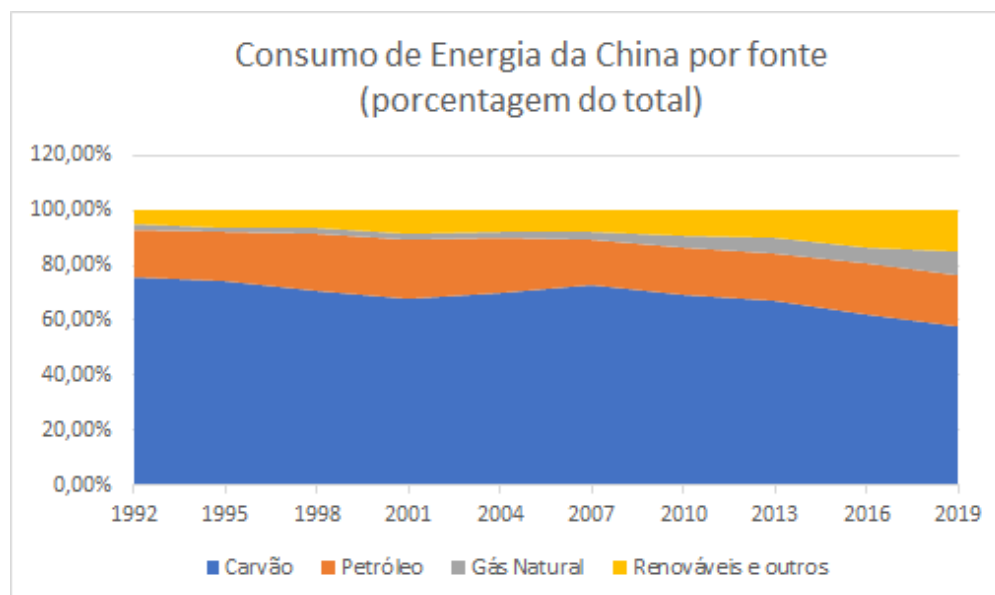
com exceção de grandes projetos hidrelétricos. A diferença entre a China e as demais localidades em termos de investimento alcançou seu pico em 2017, quando sua capacidade instalada de energia solar alcançou 53GW, ou seja, metade do alcançado no mundo naquele ano (Centro Colaborador do PNUMA, 2019). Desde então, a distância vem diminuindo. É importante mencionar que o boom de investimentos na última década não se deu de forma constante. O relatório *Global Trends in Renewable Energy Investment 2019* do Centro Colaborador do PNUMA para Financiamento do Clima e Energia Sustentável da Escola de Frankfurt aponta que:

Eles (os investimentos) avançaram anualmente até 2015, antes de cair de \$ 119,3 bilhões para US\$ 105,3 bilhões em 2016, saltando novamente para \$ 143 bilhões em 2017 graças ao desenvolvimento de projetos solares descontrolados e, em seguida, retrocederam, primeiro para \$ 91,1 bilhões em 2018 e depois para \$ 83,4 bilhões em 2019 (Centro Colaborador do PNUMA, 2019).

Ainda que esteja intimamente ligado com a política chinesa para conter a mudança do clima, o desenvolvimento da energia limpa também tem relação com questões de segurança energética e economia. Em primeiro lugar, ao diversificar sua matriz energética, Pequim consegue reduzir sua dependência de uma única fonte de energia (no caso, o carvão). Em segundo lugar, o crescimento da energia limpa auxilia o país a gerar empregos e desenvolver sua economia (Stalley, 2016; Wulansari, 2016; Qi & Wu, 2013, Ong, 2012).

Um exemplo dessa contribuição econômica são células fotovoltaicas. Qi&Wu (2013) argumentam que inicialmente essa indústria não era considerada prioritária por conta de seu alto custo financeiro e de energia. Contudo, os governos locais passaram a enxergar uma forma de ganhar economicamente tanto em termos de emprego para a população como de impostos. Como resultado, a produção chinesa é responsável por cerca de 30-45% da demanda mundial de painéis solares fotovoltaicos. É importante salientar que, como a maior parte dos painéis é exportada, essa indústria contribuiu mais para lidar com a mudança climática em países terceiros e não tanto na China (Stalley, 2016; Wulansari, 2016; Qi&Wu, 2013, Ong, 2012)

O gráfico 4 ilustra como o consumo de energia chinês mudou ao longo dos anos e como as energias renováveis têm sido cada vez mais presentes, o que ilustra o sucesso dessa estratégia chinesa. Enquanto a participação de fontes menos poluentes como gás natural e renovável cresce, o país tem diminuído seu consumo de carvão.

Gráfico 4: Consumo de Energia da China por fonte (porcentagem do total)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CSIS China Power Project e do China Statistical Yearbook 2019. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/energy-footprint/>

A próxima subseção discute a chamada guerra contra a poluição, uma estratégia chinesa para lidar com a poluição do ar e da água de modo a melhorar a qualidade de vida da população. Ainda que não tenha como objetivo principal diminuir o nível de emissões, a guerra contra a poluição auxilia no combate à mudança do clima.

2.3.2 Guerra à Poluição

O acelerado crescimento econômico ocorrido ao longo das últimas décadas teve grandes consequências ambientais para a China, sendo a mais evidente delas a poluição do ar. Tal situação fez crescer um sentimento de insatisfação dentro da população que culminou com diversos protestos ambientais na década de 2010. Xue & Shen & Zhao (2018, p.190) colocam que “os protestos ambientais compreendem a maioria das ações coletivas em larga escala na China, tendo 50% dessas ações pelo menos 10.000 manifestantes”. Ainda que muitas vezes sejam encarados como problemas separados, a poluição do ar e a mudança do clima têm causas similares e dão origem a efeitos relacionados no meio ambiente. Por exemplo, o CO₂ GEE mais importante, é produzido a partir da queima de combustíveis fósseis, como o carvão, que também é uma fonte de emissão de poluentes e materiais particulados. Dessa maneira, ao lidar com a poluição do ar, o governo chinês ataca uma das

principais causas de insatisfação da população e combate à mudança do clima (Barbieri & Ferreira, 2019; Geall, 2017; Boullenois et al. 2015; Carsalade, 2013).

Em 2012, o país revisou sua constituição e adicionou “o estabelecimento de uma civilização ecológica”, cujo intuito é enfatizar a conservação dos recursos e a proteção ambiental como políticas básicas do governo. Em 2013, foi lançado o Plano de Ação para Prevenção e Controle da Poluição do Ar, que incluía o desligamento de caldeiras de carvão e fornos industriais, bem como tecnologias de filtro em indústrias como aço, cimento e petróleo. Além disso, este plano de ação também apontava a necessidade de melhorar os padrões dos veículos de modo a equiparar com os veículos europeus, coreanos e japoneses, que têm alto padrão de qualidade. Sun (2016, p.47) aponta que o governo ambiciona “reduzir o consumo total de carvão em 65% em termos do consumo total de energia e cortar o nível de material particulado fino (PM2.5) na Província de Pequim-Tianjin-Hebei” (Barbieri & Ferreira, 2019; Geall, 2017; Wu & Nakano, 2016, Sun, 2016).

Em 2014, o premiê chinês Li Keqiang declarou que o país iria fazer uma guerra contra a poluição, momento que é considerado simbólico na luta contra a poluição. Neste mesmo ano, o país anunciou emendas à Lei de Proteção Ambiental para tornar as penas de crimes ambientais mais duras, tanto para os cidadãos quanto para funcionários públicos acusados de conduta errada. Nos anos seguintes, o Conselho de Estado chinês lançou planos para atacar a poluição da água e do solo (Barbieri & Ferreira, 2019; Geall, 2017; Wu & Nakano, 2016, Sun, 2016).

A próxima subseção debate os projetos-piloto do governo chinês para desenvolver um mercado nacional de carbono, no qual regiões que poluem mais comprariam créditos das regiões menos desenvolvidas e que preservam mais a natureza. Cabe salientar que esta iniciativa ainda está em seu início e, portanto, mensurar seu impacto ainda é difícil. De qualquer forma, trata-se de uma iniciativa bastante inovadora.

2.3.3 Comércio de Emissões

Desde o Protocolo de Kyoto, o comércio de emissões de carbono é uma estratégia defendida por diversos países para combater o aquecimento global. Tal instrumento consiste na compra de “créditos de carbono” de um país que polui menos por um que não conseguiu cumprir suas metas. Essa característica faz com que o comércio de emissões seja questionado enquanto estratégia por ser uma espécie de licença de poluição para as nações que dispõem de recursos para comprar tais créditos de carbono. Cabe salientar que o comércio de emissões é, quase sempre, feito entre diferentes países (Pessini & Sganzerla, 2016; Rocha, 2016).

Apesar disso, a China decidiu adotar esta prática entre suas iniciativas para lidar com seu elevado nível de emissões. O comércio de emissões dentro do território chinês teve início em 2013 com o comércio entre cinco cidades (Pequim, Shanghai, Chongqing, Shenzhen, Tianjin) e duas províncias (Hubei e Guangdong). Inicialmente, pensava-se que os governos locais deveriam decidir sobre os setores a serem integrados e as estratégias a serem seguidas. Além disso, foi proposta a criação de mercados focados em setores da indústria que têm uso intensivo de energia. A partir de experiências locais e empresariais, seriam colhidas boas práticas para que o programa fosse expandido em nível regional e nacional. Em 2017, o programa começou a ganhar feições nacionais com o lançamento de um plano para o setor de geração de energia. Em fevereiro de 2021, o programa foi efetivamente lançado (Zhou, 2021, Weigelin-Schwiedrzik, 2018; Wu & Nakano, 2016; Viola & Basso, 2014).

É importante deixar claro que ainda não é possível avaliar a efetividade e as consequências desse sistema por conta do pouco tempo de implementação (Wu & Nakano, 2016). Para alguns autores como Weigelin-Schwiedrzik (2018), o comércio de emissões pode levar a uma competição ferrenha entre as cidades, o que atrapalharia em princípio o desenvolvimento das províncias menos desenvolvidas. Já outros, como Basso & Viola (2014), entendem que os instrumentos de mercado são ferramentas indispensáveis para ajudar a China a cumprir suas metas nacionais e internacionais de uma maneira mais controlada e previsível.

Tendo em mente o papel e a responsabilidade da China no combate às mudanças climáticas, o próximo capítulo abordará a diplomacia climática chinesa dentro das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Combate às Mudanças Climáticas, bem como sua relação com a projeção da imagem chinesa.

CAPÍTULO 3 - PROJEÇÃO DA DIPLOMACIA CLIMÁTICA DA CHINA E PROMOÇÃO DE IMAGEM

Este capítulo irá discutir a diplomacia climática chinesa entre 1992-2019 e como ela está ligada com a promoção de imagem chinesa. Nesse sentido, será analisada a atuação da diplomacia, tendo como enfoque a diplomacia dentro das Conferências das Partes. Para tal, será utilizada a divisão de blocos temporais apresentada previamente na seção de contextualização histórica. Na segunda seção, será discutida a promoção da imagem chinesa internacionalmente e como isso está ligado com sua diplomacia verde. Por fim, serão analisados, na terceira seção, os discursos nas principais conferências para entender como a China utilizou de *frames* específicos para projetar sua diplomacia.

3.1 A Diplomacia Verde da China de 1992-2019

A contribuição da China para as mudanças climáticas em termos de emissão de gases de efeito estufa está diretamente ligada com suas estratégias de desenvolvimento econômico e combate à pobreza. Nesse sentido, na década de 1990, havia uma primazia do desenvolvimento econômico sobre questões ambientais, característica que guiou durante muito tempo as políticas climáticas e ambientais chinesas. Acreditava-se que os custos do combate à mudança climática eram extremamente elevados do ponto de vista econômico. Isso porque combustíveis não-renováveis e altamente poluentes como o carvão se consolidaram como as principais fontes de energia dentro da matriz energética da China, sendo assim imprescindíveis para alimentar o crescimento econômico do país e ajudar o país a se desenvolver. Para muitos analistas, a legitimidade do governo chinês depende de o país conseguir equacionar essas questões, aumentando o padrão de vida da população (Economy, 2018; Wu, 2016; Stalley, 2016; Lewis, 2013).

Apesar dessa situação, quando se faz uma análise histórica, é possível notar como o posicionamento da China com relação ao clima evoluiu com o passar dos anos, passando de uma abordagem focada quase exclusivamente em seu desenvolvimento econômico e resistente a assumir compromissos para uma mais flexível e cooperativa (Stalley, 2016). Questões relativas ao combate à mitigação e adaptação às mudanças do clima começaram a entrar nas preocupações dos líderes chineses, tendo tido um começo tímido durante o governo Hu Jintao (2003-2013) e passando a primeiro plano com o governo Xi Jinping (Queiroz, 2020; Economy; 2018). Economy (2018) aponta que o governo Xi Jinping ambiciona que a

China construa uma imagem de líder na questão climática sem deixar de lado preocupações econômicas.

Tal mudança de postura não tem uma causa única, mas sim está ligada a uma conjunção de diversos fatores. Em primeiro lugar, há uma grande preocupação das lideranças chinesas com o impacto da mudança do clima na segurança nacional uma vez que teria impactos fortes sobre o desenvolvimento nacional (Hung; Tsai, 2014). A China é um dos países que mais pode ter grandes prejuízos devido a alterações ambientais. Tais impactos podem gerar problemas com a perda de safras, aumento do nível do mar e maior incidência de desastres naturais (Hung; Tsai, 2014). Em segundo lugar, Beijing entende que lidar com questões ambientais também está associado com a sobrevivência do regime, da mesma forma que questões econômicas. Economy (2018) argumenta que protestos com relação a questões ambientais na China ocorrem há anos, principalmente no interior do país, mas quando eles chegaram aos grandes centros urbanos (por conta dos níveis alarmantes de poluição do ar) o governo entendeu que era necessário se preocupar com essa questão. Em terceiro lugar, há questões relacionadas aos ganhos econômicos de se combater essa problemática. Wu (2016) aponta como os projetos climáticos ligados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto fizeram com que a China fosse o principal destino desses projetos, em especial aqueles ligados aos investimentos em gás e energias renováveis. Assim, garantir o prosseguimento desse tipo de projeto passa a ser de interesse econômico da China.

Há ainda preocupação da China com sua imagem e status internacional. Wu (2016) aponta que, depois do fracasso da COP15 em Copenhague, a imagem chinesa ficou particularmente arranhada. Soma-se a isso uma maior pressão proveniente tanto de países desenvolvidos quanto de países subdesenvolvidos, em especial do grupo AOSIS¹⁴ e países africanos, para que a China tomasse atitudes mais firmes para diminuir suas emissões de GEE (He, 2010). Dessa maneira, uma maior atenção da China para a mudança do clima auxiliaria o país a projetar uma imagem sensível às demandas internacionais e responsável para com as regras do sistema climático, o que ajudaria o país a obter um status de grande potência (He, 2010). Como aponta Hallding et al. (2011, p.67, tradução nossa), “A diplomacia climática, conseqüentemente, ganhou importância na agenda da política externa chinesa e foi incorporada no objetivo de se apresentar como uma grande potência responsável”.

Por fim, independentemente das motivações que guiaram a mudança na diplomacia

¹⁴De acordo com as plataformas oficiais do grupo, “a AOSIS é uma coalizão de 44 pequenos estados insulares e costeiros em desenvolvimento, incluindo cinco observadores. Como uma voz para os vulneráveis, seu mandato é mais do que amplificar vozes marginalizadas, é também defender os interesses desses países.” (AOSIS, 2021). Disponível em: <https://www.aosis.org/about/>. Acesso em 11 de março de 2021

climática chinesa, cabe destacar que o país manteve algumas características intactas ao longo do tempo. Primeiramente, o atributo basilar da diplomacia verde chinesa continua intacto. Pequim é uma fiel defensora do compartilhamento equitativo dos fardos de se combater a mudança climática. Isso é representado pela defesa dos princípios de responsabilidade histórica das emissões de gases de efeito estufa e do princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, o que na prática coloca a maior parte dos deveres sob os países do Anexo 1 (países industrializados). Dessa forma, “a China se opôs veementemente a assumir obrigações vinculantes de redução de emissões e enfatizou sua própria necessidade de crescer e reduzir a pobreza (Wu, 2016, pp. 201-202, tradução nossa).

Outro traço marcante da diplomacia verde chinesa entre 1992 e 2019 foi a proatividade para construir e integrar coalizões dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas com o intuito de aumentar seu poder de barganha contra os países desenvolvidos. Em um primeiro momento, a China atuou como líder do G-77, o que deu grande peso ao princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. Contudo, com o passar dos anos, as divergências internas desse grupo fizeram com que a China buscasse apoio de novas coalizões com países em desenvolvimento, tais como o BASIC e o Grupo dos “*Like-Minded Developing Countries*”. Ainda assim, o país continua com um discurso de defesa do G-77 (Wu, 2016; Lewis, 2013).

De modo a aprofundar a evolução do posicionamento da diplomacia climática chinesa, as próximas subseções abordarão o avanço das posições chinesas e da atuação de Pequim nas conferências climáticas. A divisão seguirá os mesmos marcos temporais estabelecidos na contextualização histórica, 1992-1993; 1994-2004, 2005-2009, 2010-2015, 2016-2019.

3.1.1 Da Rio-92 até a COP de Berlim (1992-1993)

Como já abordado no capítulo que trata de contextualização histórica, a Rio-92 é considerada um dos marcos da questão ambiental por ter sido capaz de reunir diversos líderes ao mesmo tempo em que demonstrou a importância das agendas ambientais. Ainda assim, a China, entre a realização da Conferência no Rio de Janeiro e a COP de Berlim, seguiu uma posição relutante com relação às problemáticas ambientais no geral, podendo até mesmo ser encarada como opositora. Nessa reunião, o premiê chinês Li Peng enfatizou que as preocupações econômicas não poderiam ser abandonadas em nome da proteção ao meio

ambiente. Além disso, ele ainda apontou que a cooperação internacional não poderia ser mais importante que a soberania dos países (Lewis, 2013; He, 2010; Chen, 2009).

Além disso, a Rio-92 também foi marcante pelo lançamento da UNFCCC, cujo objetivo era alcançar a estabilização das emissões de efeito estufa, o que evitaria uma interferência desastrosa no regime climático (Chen, 2009). A China, ainda que tenha assinado tal acordo, via as mudanças climáticas como um tópico não prioritário, tendo em vista as grandes incertezas científicas que cercavam o tema (Lewis, 2013). Ademais, cabe ressaltar que Pequim, juntamente com outros países em desenvolvimento, enxergava “a mudança do clima como um assunto controverso que envolve problemas de equidade entre Norte e Sul (global)” (Chen, 2009, p. 229). Esta visão estava baseada no princípio das "responsabilidades comuns, mas diferenciadas", que era fortemente contra as metas de redução de emissões legalmente vinculativas para os países em desenvolvimento uma vez que entendia que os países desenvolvidos eram os principais culpados pelos problemas ambientais. Assim, desde o início dos debates relacionados ao tema, os líderes chineses conclamavam para que os países industrializados (pertencentes ao Anexo 1 da UNFCCC) tivessem maiores responsabilidades e auxiliassem os países em desenvolvimento com recursos e transferência de tecnologia para mitigar suas emissões (Chen, 2014; Lewis, 2013, Chen, 2009).

3.1.2 De Berlim a Buenos Aires (1994-2004)

Na Primeira Conferência das Partes realizada em Berlim, no ano 1994, “a China teve um bom desempenho, enviando dezenove delegados – mais do que os nove da Rússia ou do Brasil, mas um pouco menos do que o número enviado pelo Japão, Estados Unidos e Austrália” (Lewis, 2013, p.207). Apesar disso, a China questionou diretamente as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que serviam de base para argumentos que discutiam a ineficácia dos compromissos assumidos. Essa posição era ecoada pelos Estados Unidos e por países como Brasil e Índia (Chen, 2009). Ao invés de se criar um protocolo, como era defendido em Berlim, diplomatas chineses defendiam a implementação de compromissos assumidos durante a criação da CQNUMC (Moreira & Ribeiro, 2016).

Anos depois, na COP-3 em Kyoto em 1997, foi assinado o protocolo de Kyoto, principal instrumento do regime climático durante muitos anos. Ao longo das negociações, a China manteve seu posicionamento alinhado àquele do G-77, que entendia a necessidade de se continuar advogando em favor do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. O lobby feito por esses países foi efetivo e contribuiu para que o princípio

fosse incluído no protocolo, o que possibilitou a criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que tinha como intuito incentivar os países mais desenvolvidos a ajudar os menos desenvolvidos. Na COP 5, ocorrida em 1999, momento no qual os países negociavam a implementação do Protocolo de Kyoto, Pequim continuava com a defesa de que não poderia assumir grandes compromissos porque ainda tinha muito a se desenvolver. Nesse momento, o país passou a defender mais iniciativas como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e a cooperação win-win (Moreira & Ribeiro, 2016; Chen, 2014; Lewis, 2013; He, 2010; Chen, 2009).

Logo após a ratificação do Protocolo em 2002, a China urgiu outros países a fazerem o mesmo. Somente em 2005 o Protocolo começou a valer, com 38 países tendo que reduzir seus níveis de emissões. Salienta-se que durante todo este período, desde a COP até a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, a diplomacia climática chinesa manteve uma linha de atuação quase uniforme, baseada na defesa das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” e na atuação ao lado de países em desenvolvimento (Moreira & Ribeiro; Chen, 2014; Lewis, 2013; He, 2010; Chen, 2009).

3.1.3 De Montreal a Copenhagen (2005-2009)

Em 2005, a China se juntou a uma ação coletiva juntamente com Austrália, Índia, Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos para estabelecer a Parceria Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento limpo e Clima (AP6), que enfatizava a importância de aumentar a eficiência energética e cooperação tecnológica ao invés de cortes mandatórios de emissões. As partes acordaram a necessidade de se trabalhar para alcançar “segurança energética, redução da poluição do ar e mudança climática de forma a promover um crescimento econômico sustentável e redução da pobreza” (Chen, 2009, p.237).

Em 2007, a consciência internacional com relação ao tema aumentou consideravelmente. Isso porque a publicação do quarto relatório do IPCC demonstrou a conexão entre a mudança do clima e as ações humanas. Além disso, na mesma época, a China se tornou a maior emissora de gases de efeito estufa em termos absolutos, ultrapassando os Estados Unidos. Assim, o país passou a ser mais pressionado a assumir compromisso de redução de emissões. Nesse mesmo ano, começou a haver uma sinalização de mudança por parte de Pequim com o lançamento do “Programa Nacional sobre Mudança Climática”, no qual o país documentava todos os esforços feitos até aquele momento e projetava tendências e políticas com relação ao aquecimento global. Apesar disso, o

documento ainda indicava a preferência da economia no lugar do meio ambiente. Na COP realizada em 2007, a China demonstrou essa abertura ao concordar, ao menos na teoria, que os países em desenvolvimento tomassem medidas para medir, reportar e quantificar suas ações de mitigação, o que representou uma mudança do posicionamento chinês (Stalley, 2016; Chen, 2014; Lewis, 2013; Conrad, 2012; Mochizuki & Zhang, 2011, He, 2010).

Em 2009, na Conferência de Copenhague, a diplomacia climática chinesa continuou com a defesa das responsabilidades históricas, mas com um novo argumento: a defesa da justiça de emissões (tendo em vista o baixo nível per capita). Ainda que em um primeiro momento a posição chinesa possa ter sido vista apenas como uma continuidade, houve mudanças significativas no que diz respeito ao comprometimento de Pequim. Para além de alterações no plano interno, já exemplificadas no parágrafo anterior, o país, antes do início da COP15, anunciou a intenção de reduzir em 40-45% as emissões de carbono em comparação com os níveis de 2005 até 2020, em conjunto com medidas para tornar a matriz energética mais verde e eficiente (Chen, 2014; Lewis, 2013; Conrad, 2012; Mochizuki & Zhang, 2011, He, 2010).

Já com a Conferência iniciada, observou-se um ímpeto inicial chinês de trabalhar por um acordo ambicioso, porém logo apagado por uma falta de coordenação entre as equipes diplomáticas do país. A China tinha voltado a uma posição mais inflexível e baseada em seus argumentos tradicionais, o que levou a um longo impasse nas negociações. Ao final da reunião, os países do grupo BASIC, dentre os quais está a China, se opuseram de maneira firme à introdução de metas obrigatórias de emissões para as nações em desenvolvimento, demandando cortes mais ambiciosos das nações desenvolvidas (Chen, 2014; Lewis, 2013; Conrad, 2012; Mochizuki & Zhang, 2011, He, 2010).

Esse grupo, juntamente com os EUA, foi responsável pela redação da declaração final da Conferência, na qual mais uma vez se enfatizava o princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” e colocava a meta de conter o aumento da temperatura no planeta em até 2°C. Tendo em vista a expectativa que se criou em torno de Copenhague, o acordo é tido como um fracasso, sendo que a culpa ficou em grande parte com a China. Do ponto de vista chinês, Copenhague também é tida como uma oportunidade perdida, pois, mesmo tendo evitado um acordo vinculante com metas obrigatórias, a China não conseguiu aumentar o compromisso dos países desenvolvidos em suas emissões nem dar mais suporte tecnológico (Chen, 2014; Lewis, 2013; Conrad, 2012; Mochizuki & Zhang, 2011, He, 2010).

3.1.4 De Cancún a Paris (2010-2015)

Na COP de Cancún, em 2010, após o desânimo de Copenhague, criou-se novamente um ambiente positivo com a decisão dos países em desenvolvimento de aumentar a frequência de suas comunicações referentes às ações de mitigação de emissão e inventários de emissão de carbono (Lewis, 2013). Em 2011, a posição chinesa mais uma vez foi flexibilizada e, pela primeira vez, o país sinalizou sua disposição para começar a discutir um acordo internacional com compromissos vinculantes para o pós-2020, que ainda deveria seguir os princípios de equidade de responsabilidades históricas. As mudanças internas pelas quais vinha passando desde 2007 e a aprovação do 11º Plano Quinquenal colocaram a China em uma posição mais confortável para a COP de Durban, reunião na qual o país aderiu ao Grupo de Trabalho Ad Hoc da Plataforma de Durban. Em termos de alianças, a diplomacia chinesa deixou de lado o G-77 e passou a atuar junto ao grupo do BASIC e, principalmente, do grupo *like-minded* (Moreira & Ribeiro, 2016; Stalley, 2016; Viola & Basso, 2014; Lewis, 2013).

Na Conferência de Doha (2012), a diplomacia chinesa voltou a insistir em seus posicionamentos marcados pela importância de apoio tecnológico e financeiro aos países em desenvolvimento. Pequim também continuou enfatizando a necessidade de as nações menos desenvolvidas superarem a pobreza e se desenvolverem. Um novo argumento, bastante semelhante à ideia de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, passou a ser defendido pela diplomacia chinesa: o respeito às condições nacionais de cada país durante as negociações de um acordo climático. Isso significa que as prioridades nacionais e a capacidade de cada país contribuir na luta contra a mudança do clima devem ser levadas em conta. Em Doha, os chineses também fizeram um forte apelo para que os países desenvolvidos ratificassem o segundo período de compromissos do Protocolo de Kyoto e estabelecessem metas mais ambiciosas. Apesar disso, o país não se comprometeu a reduzir suas próprias emissões a partir de 2020 (Moreira & Ribeiro, 2016; Stalley, 2016; Viola & Basso, 2014; Lewis, 2013).

Em 2014, a diplomacia climática chinesa obteve grande destaque por conta de diversas reuniões realizadas entre membros das altas cúpulas de China e EUA. Esses encontros foram uma forma dos países expandirem suas relações no âmbito do combate à mudança do clima, que tiveram início com o encontro de *Sunnyland* em 2013. No final daquele ano, em um encontro próximo da realização de um encontro da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), os presidentes Xi Jinping e Barack Obama fizeram um anúncio

conjunto a respeito da necessidade de se combater as mudanças climáticas, o que foi altamente valorizado internacionalmente. O engajamento dos dois maiores emissores de gases de efeito estufa é tido por muitos como uma das principais razões para o sucesso da Conferência de Paris, que viria acontecer no ano seguinte (Stalley, 2016; Boullenois et al., 2015; Yu & Zhu, 2015; The George Washington University, 2014).

Na Conferência de Paris, a China continuou atuando em conjunto com os países do BASIC usando dos mesmos princípios e argumentos que guiaram a atuação de sua diplomacia nos anos anteriores (“responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, “respectivas capacidades nacionais”). Ainda assim, o país adotou uma nova postura, tendo feito concessões para que se chegasse a um acordo final. Para criar um momentum para a chegada de Paris, a China fez declarações conjuntas com diversos países, tais como Índia, Brasil, França, Reino Unido e a União Europeia. Ao atuar em conjunto com diversos países antes e durante a Conferência de Paris, Pequim teve um papel central em ajudar na construção de um consenso em Paris (Clini, 2017; Gao, 2016; Li, 2016; Zhang, 2016).

Em termos de compromissos nacionais, a China anunciou como Contribuição Nacionalmente Determinada: 1) Alcançar o pico de emissões de carbono até 2030 e se esforçar para alcançá-lo antes da referida data; 2) Reduzir a emissão de CO₂ em 60-65% por unidade de PIB dos níveis de 2005 até 2030; 3) Aumentar os sumidouros de carbono em aproximadamente 4.5 bilhões de m³ em comparação com os níveis de 2005 e; 4) Aumentar a participação de combustíveis não fósseis no consumo de energia primária para cerca de 20% (Clini, 2017; Gao, 2016; Li, 2016; Zhang, 2016).

Além disso, Pequim também anunciou contribuições financeiras para países em desenvolvimento, como um Fundo de Cooperação Sul-Sul para o Clima de RMB 20 bilhões (US\$3.1 billion), que buscava ajudar países em desenvolvimento a lidar com a mudança do clima e possibilitar que eles tivessem acesso a verbas do Fundo Verde do Clima (Clini, 2017). Por conta dessa nova forma de atuação, a participação da diplomacia climática chinesa em Paris é considerada “um exemplo de sucesso de sua participação ativa e construtiva na governança internacional e nos processos multilaterais” (Gao, 2016, p.239). Cabe ressaltar, contudo, que as metas colocadas pela China ainda são vistas como insuficientes para contribuir com a meta de manter a temperatura do planeta abaixo de 2°C (Climate Action Tracker, 2021).

3.1.5 De Marrakech a Madrid (2016-2019)

Na COP-22, a China continuou se projetando como uma liderança dentro da governança climática internacional ao apresentar seu plano de combate às mudanças climáticas e o Fundo Sul-Sul para Cooperação Climática. Após o anúncio da saída dos Estados Unidos, então presididos por Donald Trump, Pequim viu oportunidade de se tornar a principal liderança desse regime, ao mesmo tempo em que o mundo espera que os chineses exerçam tal papel (Hodzi & Chen, 2018; Geall, 2017; Li & Wolters & Yang, 2017; Swaine, 2017).

Contudo, durante os trabalhos da COP-23, Dröge & Rattani (2018) colocam que a ambição de liderança chinesa ainda estava mais no discurso do que em ações práticas. Nessa reunião, os chineses continuaram com sua posição de tradicional alinhamento ao grupo dos *Like-Minded Developing Countries* (LMDC) e do G-77. Além disso, o país ainda cobrava dos países desenvolvidos que financiassem ações nos países em desenvolvimento. Esse posicionamento se repetiu na COP-24, cujo principal tópico foi a criação do livro de regras para operacionalizar as metas de Paris. A China e seus aliados mais próximos tentaram criar um livro de regras que tratassem das Contribuições Nacionalmente determinadas de forma diferente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, se baseando no princípio das responsabilidades históricas (Li & Healy, 2018).

Em Madrid, na COP-25 ocorrida em 2019, a China e os outros membros do grupo BASIC enfatizaram a falta de progresso das nações desenvolvidas em apoiar os países em desenvolvimento, o que é uma pré-condição para se discutir compromissos mais amplos por parte dos países do BASIC. Em termos de políticas, Pequim defendeu que a revisão das metas do Acordo de Paris deveria ser feita a partir do desejo dos próprios países e não de um modo impositivo. Outro movimento assertivo por parte da China foi um comentário sobre “a insensibilidade do primeiro-ministro australiano em relação aos apelos das Nações do Pacífico por ações climáticas” (Kaneti, 2020) e uma crítica “à Austrália por agir como um mestre condescendente” (Kaneti, 2020). Nesse sentido, a China se utilizou de um discurso de justiça climática para se apresentar como uma defensora incondicional dos países em desenvolvimento (Kaneti, 2020; Sharma et al. 2020).

Enquanto a atuação ativa dos chineses em Paris é um marco, as últimas COPs demonstram que o país não abandonou totalmente seu comprometimento com nações em desenvolvimento e com o CBDR. Kaneti (2020) pontua que a evolução da diplomacia climática chinesa não se deu de maneira brusca como se pensa, mas sim gradualmente. Para os chineses, lidar com o aquecimento global é uma forma de alcançar um desenvolvimento econômico de alta qualidade ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente.

A próxima seção busca estudar a projeção da imagem de Pequim no sistema internacional, almejando evidenciar as diferentes percepções que os países têm da China. Será feita uma explanação a respeito dos motivos pelos quais há essa diferença de percepção de imagem e como a China tem feito para mudar essa concepção a respeito de si mesma.

3.2 A Projeção da Imagem Chinesa no Cenário Internacional

Diferentes regiões do planeta têm uma imagem distinta com relação à China, de acordo com a pesquisa *Global Attitudes* do *Pew Research Center*, publicada em 2019. Dentre os 34 países analisados, uma mediana de 40% tem uma percepção positiva da China, em comparação com 41% que possuem uma visão negativa. Cabe salientar que existe uma divisão clara entre aqueles que têm uma posição favorável e aqueles que têm uma posição desfavorável com relação à China. Enquanto os EUA, países da Europa Ocidental e Ásia (Japão, Coreia do Sul, Índia e Filipinas) tendem a ter uma percepção ruim, nações do Oriente Médio, África, América Latina e algumas da Europa Oriental enxergam a China com bons olhos. Na mesma pesquisa, embora muitos entrevistados tenham reconhecido que a influência chinesa no mundo cresceu, eles não viam essa influência como sendo necessariamente positiva (Silver & Devlin & Huang, 2019).

A imagem que outros países têm de Pequim é um ponto central para as lideranças chinesas. Rabinovich (2008) coloca que essa preocupação surgiu por conta da teoria *China Threat*, que enxerga a China como uma preocupação à segurança tanto nacional quanto internacional. Já Tao & Page (2013) apontam que a maior ameaça estratégica para a China é a sua imagem internacional, porque tal questão influenciará no desenvolvimento do país. Negócios com empresas chinesas podem ser bloqueados, por exemplo, caso a nação seja vista como uma ameaça à segurança de outro país.

Ao longo dos anos, a China projetou diferentes imagens para o mundo, a saber, país amante da paz, vítima de agressão estrangeira, país socialista, bastião da revolução, força anti-hegemônica, país em desenvolvimento, grande potência, cooperante internacional, ator autônomo (Pu, 2017; Wang, 2003). Cada uma dessas imagens está inserida dentro de um contexto histórico e é direcionada a determinada audiência. Contudo, nem sempre esses esforços são bem sucedidos tendo em vista que diferentes regiões e países enxergam a China de maneira distinta (Pu, 2017). Para o público americano, por exemplo, imagens de cooperante e país amante da paz não são bem absorvidas (Tao & Page, 2013; Wang, 2003).

Essa discrepância com relação à imagem emitida e a recebida foi investigada por Tao & Page (2013). Para eles, o principal fator de influência é o desenvolvimento econômico e social de um país. Países em desenvolvimento, especialmente aqueles que não são vizinhos da China, tendem a ter uma imagem mais positiva dela, uma vez que a percebem como um modelo de desenvolvimento e também uma oportunidade de crescer economicamente. Já países desenvolvidos, por já terem populações com um alto nível de renda e qualidade de vida, tendem a não ser influenciados por essa visão positiva trazida pela economia chinesa. Ao contrário, muitos ainda possuem uma visão baseada na teoria *China Threat*, de que enquanto ascende para se consolidar como potência global, a China seria uma ameaça ao sistema internacional (Tao & Page, 2013; Zhang, 2009).

Nesse sentido, a China tem buscado estratégias para construir uma imagem positiva internacionalmente, o que, tal como pontuou Jervis (1970), é feito a partir das mensagens verbais (palavras, discursos) e não-verbais (ações, projetos, programas, forma de atuação). Alguns dos instrumentos utilizados para isso são os Institutos Confúcio, a criação de veículos de mídia em inglês, investimentos em cinema e organização de grandes eventos (Pu, 2017; Tao&Page, 2013).

Outra estratégia notável da China é o engajamento em temáticas de relevância global, com Pequim participando ativamente da criação de novos regimes internacionais (Zhang, 2009). A partir disso, Pequim começou a se projetar como um membro responsável e construtivo da comunidade internacional. Men (2020a) e Pu (2017) enfatizam que essa nova imagem projetada por lideranças chinesas está ligada tanto a dinâmicas externas (no caso, com vistas a melhorar a imagem para outros países) quanto internas (o país passou a se identificar como potência emergente e como tal precisa assumir certas responsabilidades). Ao se apresentar como um membro responsável da comunidade internacional, o país combate sua imagem negativa e ao mesmo tempo ganha mais status (Men, 2020a; Scott, 2013; Yong, 2007). Men (2020b) aponta que:

A China participa construtivamente da comunidade internacional, enfatizando o compartilhamento, a prosperidade e o desenvolvimento *win-win* e evitando um jogo de soma zero no tratamento dos assuntos internacionais, ao fornecer ativamente bens públicos globais e regionais, assistência aos países em desenvolvimento, e aumentando a contribuição material para organizações internacionais (Men, 2020b, p. 29, tradução nossa).

A China também entendeu que negligenciar essas demandas e atuar de modo a contrariá-las é negativo para sua imagem (Men, 2020b). Na Conferência das Partes de Copenhague em 2009, a imagem da China saiu extremamente desgastada, com a percepção

geral de que o país era um *deal-blocker* e que não estava interessado em lidar com o problema das mudanças climáticas. Scott (2010) aponta que:

A China foi duramente criticada no Ocidente por ter liderado uma coalizão de nações em desenvolvimento (o BASIC) e por bloquear movimentos para que as altas metas de redução de emissões fossem pelo menos fixadas para os países ocidentais. Da China, a resposta foi novamente uma refutação clara, rejeição e contra-ataque a tais críticas de serem responsáveis pelo fracasso de Copenhague (Scott, 2010, tradução nossa).

A partir desse momento, a atuação da diplomacia climática da China passa, gradualmente, a ficar mais engajada positivamente ao lidar com o aquecimento global. Wu (2016) e Chen (2009) enfatizam que a participação ativa da diplomacia chinesa nas negociações sobre mudança do clima também está ligada com o objetivo de o país preservar sua imagem de ator responsável. Chen (2009, p. 237, tradução nossa) coloca que “o tema da mudança climática tem proporcionado uma oportunidade sem precedentes para a China aumentar seu prestígio e escorar o apoio dos países em desenvolvimento, bem como aprimorar seu relacionamento com países desenvolvidos”.

A partir do entendimento da diplomacia climática chinesa, a próxima seção realizará uma breve análise dos discursos feitos por lideranças chinesas em Conferências Climáticas com o intuito de analisar aspectos importantes de algumas das principais mensagens verbais emitidas pelo país.

3.3 Análise dos discursos nas principais conferências

Como argumentado na seção 1.3, a construção de imagens no cenário internacional se dá a partir da projeção de mensagens verbais e não-verbais (Jervis, 1970). No contexto deste trabalho, as mensagens não-verbais emitidas pela China são a atuação prática de sua diplomacia climática nas Conferências (tema discutido na última seção) e suas estratégias nacionais para lidar com o tema das mudanças climáticas. Já no caso das mensagens verbais, estas seriam os discursos realizados em conferências internacionais com relação à temática das mudanças climáticas.

Nesse sentido, esta seção irá se debruçar sobre discursos e declarações feitas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima. Deu-se preferência para os encontros de alto-nível realizados durante as COPs, mas também foram analisadas algumas declarações feitas em conjunto com o BASIC e o G-77. Além disso, alguns discursos emblemáticos, como o discurso da Cúpula da Terra em 1992, o discurso no

Encontro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 2009 e o discurso no 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, também foram objeto de análise. Esses discursos são ilustrativos das mensagens que a China busca transmitir sobre seu papel no combate ao aquecimento global.

Schlatter (2019, p.10) aponta que a partir dos discursos é possível extrair “indícios de como a China atua no regime climático; como se relaciona com outros atores centrais (Estados Unidos, União Europeia e G77) no tema; e se busca ou não uma posição de liderança”. Nos discursos chineses, é significativa a presença das ações realizadas no plano doméstico, bem como do lugar do combate à pobreza na política econômica. Ademais, na maior parte dos discursos, o país enfatiza seu apoio ao princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” e das respectivas capacidades nacionais. A partir disso, Pequim consegue projetar diferentes imagens no cenário internacional, tais como líder dos países em desenvolvimento e potência responsável. No caso dos critérios estabelecidos para uma projeção bem sucedida (*branding*) apontados por Anholt (2007), observa-se que a diplomacia climática vem cumprindo um papel de ser instrumento de imagem. A estratégia seria a ideia da China se colocar como um país responsável, a substância seria a atuação mais ativa da diplomacia climática e as ações domésticas e simbólicas seriam os discursos.

Os discursos dentro das conferências demonstram as mudanças pelas quais a diplomacia climática chinesa passou ao longo dos anos. Schlatter (2019) aponta que a China deixou de lado um “tom (crítico e assertivo) e de postura (proponente) em prol da tomada de ações concretas pelos Estados e pela comunidade internacional como um todo” (p.10). Observações similares às de Schlatter foram percebidas também nesta análise.

Durante a Cúpula da Terra em 1992, o premiê chinês Li Peng apresentou em seu discurso a perspectiva do país com relação a assuntos ambientais. Segundo ele, “proteger o meio ambiente é uma tarefa comum da humanidade, mas as nações economicamente desenvolvidas deveriam assumir maiores responsabilidades” (Li Peng, 1992 apud Chen, 2009, p. 230). No pronunciamento, ele ainda fez menção à precedência da soberania nacional sobre a cooperação ambiental internacional. Como será indicado em detalhes logo a seguir, esta linha de argumentação foi mantida pela China ao longo dos anos, pois o país buscava passar uma imagem de nação em desenvolvimento, o que significaria, portanto, que Pequim não deveria assumir grandes compromissos com relação à problemática. Ademais, naquele momento, a China baseava sua estratégia na ideia de *keeping a low profile*, ou seja, evitar chamar grande atenção para si. Como o país ainda não almejava um *status* de potência no

cenário internacional, o envolvimento dos chineses em questões de cooperação global se caracterizava como ativo, mas não necessariamente positivo.

Em 2000, durante a COP 6, a China demonstrou-se engajada na defesa dos mecanismos de combate às emissões, notadamente a CQNUMC e o Protocolo de Kyoto. Pequim defendia que Kyoto entrasse em vigor rapidamente, demonstrando uma postura de cobrança para com os países desenvolvidos. Ainda nesse discurso, Liu Jiang, chefe da delegação chinesa e vice-presidente da *State Development Planning Commission of China*, enfatizou como “a China é o país em desenvolvimento com a maior população no mundo e um baixo nível de renda” (China, 2000). Mesmo com essas condições, o chefe da delegação destacou como “governos de todos os níveis na China têm empreendido grande trabalho para combater a mudança climática” (China, 2000). A partir disso, o país cobra os países desenvolvidos a atuarem de maneira mais firme.

Em 2007, a China continuou se projetando como uma nação em desenvolvimento e enfatizou que esses países são “inocentes em termos de responsabilidade das causas da mudança do clima” (China, 2007, p. 2). Xie Zhenhua, vice-presidente da *National Development and Reform Commission* e negociador chefe da China em negociações climáticas, se utilizou de uma retórica de coexistência harmônica entre ser humano e natureza para se alcançar uma sociedade amiga do meio ambiente e um desenvolvimento orientado pela preocupação com pessoas, harmônico e sustentável. No discurso, ele ainda aponta que a China irá “tentar seu melhor para fazer esforços positivos para lidar com a mudança climática de maneira responsável” (China, 2007, p. 4). Nota-se a aparição da palavra responsável quando se fala em combater o aquecimento global, o que parece indicar que temas de desenvolvimento ainda têm maior precedência (China, 2007).

Em 2009, o presidente chinês Hu Jintao, durante o encontro das Nações Unidas para Mudança do Clima, proferiu um discurso importante, tendo em vista que nele a China assume, pela primeira vez, compromissos tangíveis para lidar com a questão climática. Durante sua fala, o mandatário chinês conclamou os países a se unirem para lidar com o tema da mudança do clima. Além disso, ao mesmo tempo em que reforçava os princípios clássicos defendidos pelos chineses, sinalizou uma mudança de discurso ao pedir que nações em desenvolvimento trabalhem duro para se adaptar às mudanças climáticas e reduzam as emissões de gases de efeito estufa (em anos anteriores o discurso dizia que os países já faziam muito). Para Hu Jintao, “países em desenvolvimento precisam encontrar um equilíbrio entre o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental, (...) e evitar o velho caminho de “poluir primeiro e limpar depois” (China, 2009). É interessante

mencionar ainda como ele reafirma a imagem da China como nação em desenvolvimento, mas que irá ajudar outros países em condições similares, o que reforça uma imagem de responsabilidade dentro do cenário internacional. Naquele mesmo ano, durante a COP15 de Copenhague, o premiê Wen Jiabao pontuou:

[...] i) a manutenção da consistência dos resultados obtidos na UNFCCC e no PK e a necessidade do avanço nas negociações, incluindo a Bali Roadmap; ii) a justa aplicação das regras, com destaque para os princípios norteadores citados acima (CDB; iii) a necessidade de se atentar à adoção de objetivos práticos, mirando uma perspectiva de longo prazo; iv) garantir a efetividade dos mecanismos já adotados (Schlatter, 2019).

Nos encontros subsequentes (Cancun e Durban), a China enfatiza a importância de se solidificar os avanços alcançados até o momento dentro do regime climático (Schlatter, 2019). Em seu discurso na COP-16, Xie Zhenhua afirmou a necessidade de se seguir o Mapa do Caminho de Bali para alcançar resultados concretos em Cancun. Além disso, em seu discurso, ele enfatizou a China enquanto país em desenvolvimento que está disposto a contribuir positivamente para as negociações. Ainda assim, aponta-se que “os países em desenvolvimento deveriam (*should*) liderar uma redução substancial de emissões” (China, 2010, p.3, tradução nossa). É necessário salientar que a linguagem utilizada pelos chineses (deveriam) traz um caráter de recomendação. Já na COP-17, Xie Zhenhua, para além de reafirmar o que foi dito na reunião anterior, apontou as ações da China relacionadas ao combate à mudança do clima e salientou que a China iria “fortalecer a cooperação sul-sul em adaptação, construção de capacidades, eficiência energética (...) e auxiliaria os países em desenvolvimento (...)” (China, 2010, p.3, tradução nossa).

Na COP-18, Pequim fez declarações em conjunto com o G-77 e o BASIC defendendo o princípio da CBDR, a importância da cooperação internacional e transferência de tecnologia dos países mais desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento. Além disso, Schlatter (2019) aponta que Xie Zhenhua cobra ações mais efetivas dos países, como, por exemplo, um avanço no segundo período de compromissos do Protocolo de Kyoto. Em Varsóvia, durante a COP-19, os chineses usaram palavras mais incisivas, ao fazer cobranças aos países desenvolvidos. Em um documento conjunto com o G77, é apontado que os “países desenvolvidos devem demonstrar um compromisso de liderança claro e incondicional nas áreas de mitigação, adaptação, finanças, desenvolvimento e transferência de tecnologia” (G-77&China, 2013, p.2). Nota-se uma mudança de posição ao empregar uma linguagem mais imperativa (devem). Nessa mesma Conferência, em outro posicionamento, a China se

reafirmou enquanto país em desenvolvimento, mas apresentou uma série de iniciativas realizadas dentro dessa seara (China, 2013). Schlatter (2019) enfatiza que se manteve um tom cooperativo dentro das negociações.

Anos depois, durante a COP 21 ocorrida em 2015, realizada em Paris, o presidente chinês realizou um discurso cooperativo e harmonioso, sem, contudo, abandonar sua defesa dos princípios de equidade e capacidades nacionais. Nesse discurso, chamado de “trabalhar juntos para construir um mecanismo de governança para as mudanças climáticas de ganhos mútuos, equitativos e equilibrados” (CHINA, 2015, tradução nossa), o presidente chinês falou da importância de se alcançar uma “visão do futuro” para a humanidade (para a China, trata-se da visão da Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade).

Para além de enfatizar os já frequentes temas de transferência tecnológica e cooperação internacional, Xi Jinping buscou salientar como “os valores culturais chineses valorizam harmonia entre o ser humano e a natureza” (China, 2015, p.4). Também é interessante ressaltar como o presidente mencionou em seu discurso e reconheceu os impactos ambientais trazidos pelo rápido crescimento econômico da China. Nesse sentido, “tendo aprendido a lição, a China está empreendendo vigorosos esforços ecológicos para promover um crescimento verde, circular e com baixo teor de carbono” (China, 2015, p. 4). No ano seguinte, em Marrakesh, o discurso chinês teve como título: “Implementar o Acordo de Paris, consolidar a confiança mútua, fazer maiores contribuições ao desenvolvimento global verde e de baixo carbono”. Schlatter (2019) aponta que neste discurso:

Pequim faz um chamamento mais forte aos países desenvolvidos para revisitar suas metas e aumentar sua ambição de redução (...) novamente, o financiamento do combate às mudanças climáticas é destacado, assim como a importância de se avançar em inovação tecnológica nos países em desenvolvimento para diminuir (...) emissões de GEE (CHINA, 2016 apud Schlatter, 2019)

Após o anúncio da saída dos EUA do acordo de Paris, em 2017, o embaixador da China para as Nações Unidas declarou, em um evento de alto-nível intitulado Mudanças Climáticas e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que “quaisquer que sejam as vicissitudes da situação internacional, a China permanecerá comprometida com seus conceitos de desenvolvimento, inovação, coordenação, sustentabilidade, (...) e resposta ativa às mudanças climáticas” (China, 2017, tradução nossa). Nesse mesmo discurso, ele aponta como tais comprometimentos são de responsabilidade da China para construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade. Nota-se o uso da palavra vicissitudes, ou seja, situações desfavoráveis causadas pela saída dos EUA do acordo. Ao

mesmo tempo, ele coloca Pequim como sendo responsável ao valorizar o acordo e seguir esses princípios.

Naquele mesmo ano, o presidente Xi Jinping, em um pronunciamento no Congresso do Partido Comunista, afirmou que o país estava “tomando o assento do motorista na cooperação internacional para responder a mudança climática” (China, 2017 apud Beeler, 2017, tradução nossa), bem como “um membro importante, contribuinte, e carregador da tocha no esforço global para uma civilização ecológica” (China, 2017 apud Beeler, 2017, tradução nossa). Esses dois discursos tomados em conjunto receberam grande apoio da comunidade internacional e demonstram a ambição chinesa de estar na vanguarda do combate às mudanças climáticas. Neste contexto, Geall (2017) aponta que em outros pronunciamentos feitos por autoridades chinesas há uma emergência de novos termos retóricos para enfatizar a importância do meio ambiente para a China. São eles: “civilização ecológica, águas limpas e montanhas verdes são tão valiosas quanto montanhas de ouro e prata, *greenisation*, guerra contra a poluição” (Geall, 2017, p.3, tradução nossa)

Em seu posicionamento mais recente, realizado na COP 25 em conjunto com o G-77, Pequim e os demais países em desenvolvimento enfatizaram, em discurso, seu direito ao desenvolvimento e erradicação da pobreza. Além disso, o discurso das CBDR voltou a ser bastante utilizado sob a luz das diferentes circunstâncias nacionais. No discurso, eles solicitaram “aos seus parceiros desenvolvidos que demonstrem maior ambição em assumir a liderança para reduzir as suas emissões e serem mais ambiciosos na prestação de apoio aos países em desenvolvimento” (G-77&China, 2019, p. 1). O motivo deste pronunciamento mais assertivo, principalmente do lado chinês, explica-se pelo desejo chinês de fazer os países desenvolvidos se comprometerem firmemente com suas emissões históricas, antes do país assumir seus compromissos (China&BASIC, 2019).

A próxima seção buscará entender como se deu a recepção da imagem projetada pela China a partir da análise de três periódicos internacionais, a *Al Jazeera English*, o *The Economist* e o *The Guardian*. Estes periódicos foram escolhidos por sua disponibilidade em língua inglesa, facilidade de acesso online e representatividade ideológica.

CAPÍTULO 4- RECEPÇÃO DA IMAGEM DA CHINA A PARTIR DA DIPLOMACIA: ANÁLISE DE PERIÓDICOS

A presente seção analisará alguns periódicos com o intuito de entender como se dá a recepção da imagem projetada pelos chineses. O objetivo central é compreender como a imagem transmitida pelas lideranças chinesas a partir de sua diplomacia climática está sendo recebida internacionalmente. Por critérios de disponibilidade em língua inglesa e de facilidade de acesso, assim como por seu lugar de destaque na mídia internacional, foram escolhidos os seguintes periódicos e revistas: *Al Jazeera English*, *The Economist* e *The Guardian*. A pesquisa foi feita por meio dos mecanismos de busca próprios dos veículos de imprensa e incluiu textos produzidos de 2009 até 2019, tendo em vista a dificuldade de se encontrar produções escritas anteriores. Em seguida, as matérias relacionadas à diplomacia climática foram divididas em três categorias referentes ao tema: compromissos internacionais, medidas domésticas e a participação em negociações. Por fim, foi analisado o enquadramento dado pelas reportagens às ações chinesas de diplomacia climática.

4.1 Al Jazeera English

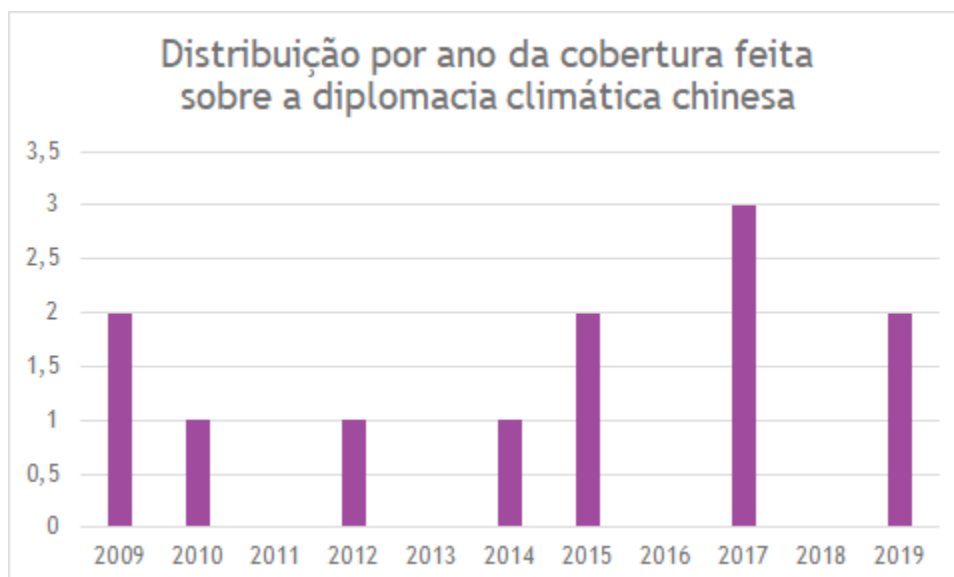
A *Al Jazeera* é uma organização de mídia que tem participação do governo do Qatar. (Al Jazeera, 2021). A linha editorial do veículo, que postula ser uma voz alternativa na mídia internacional, dá “um enfoque que coloca as pessoas de volta ao centro da agenda de notícias” (Al Jazeera, 2021). A análise desta seção se deu a partir de matérias obtidas na versão do jornal *Al Jazeera English*, que integra o conglomerado *Al Jazeera*. Ao todo, foram encontradas treze produções escritas que discutem a diplomacia verde de Pequim. Os gráficos 5 e 6 ilustram a distribuição das coberturas feitas com relação à diplomacia climática do país, segundo critérios selecionados, bem como da relação por anos.

Gráfico 5: Tipo de Cobertura dada à Diplomacia Climática China (Al Jazeera English)



Fonte: Elaboração própria a partir de reportagens publicadas entre 2009 e 2019 com coletadas no site <https://www.aljazeera.com/>

Gráfico 6: Distribuição por ano da cobertura feita sobre a diplomacia climática chinesa



F

Fonte: Elaboração própria a partir de reportagens publicadas entre 2009 e 2019 com coletadas no site <https://www.aljazeera.com/>

No gráfico 5, é possível ver um equilíbrio na cobertura realizada pela *Al Jazeera English*. Quatro artigos discutiram os compromissos ambientais internacionais assumidos pela China, o que engloba tanto redução de metas quanto compromisso em se manter parte do Acordo de Paris. Outros quatro abordaram medidas tomadas no território chinês, tanto ações

com potencial para aumentar o nível das emissões quanto aquelas que reduzem a liberação de gases na atmosfera. Por fim, cinco artigos trataram da participação da China em negociações multi e bilaterais, trazendo grande enfoque para as negociações China-EUA que antecederam o Acordo de Paris. Em um dos artigos, por exemplo, a atuação chinesa é ressaltada como representando uma “mudança de paradigma” (Al Jazeera, 2015)

Já no gráfico 6, que diz respeito à distribuição de matérias publicadas entre 2009-2019, observa-se uma inconstância na cobertura realizada, com quatro anos sem quaisquer menções à diplomacia climática chinesa. Em 2017, ano do anúncio da saída dos EUA do Acordo de Paris, ocorreu o pico de notícias veiculadas sobre a diplomacia verde conduzida por Pequim, com matérias que abordavam o compromisso das lideranças chinesas com o Acordo de Paris e com a necessidade de se combater as mudanças climáticas.

Por fim, as matérias jornalísticas veiculadas pela *Al Jazeera English* apresentam pouco juízo de valor a respeito da diplomacia climática chinesa. Ainda assim, nas reportagens analisadas, é constante (nove dos treze artigos analisados) a presença de trechos que enfatizam a contribuição chinesa para o alto nível das emissões no planeta, como, por exemplo, “China is the world’s top producer of Green house emissions” (Al Jazeera, 2017).

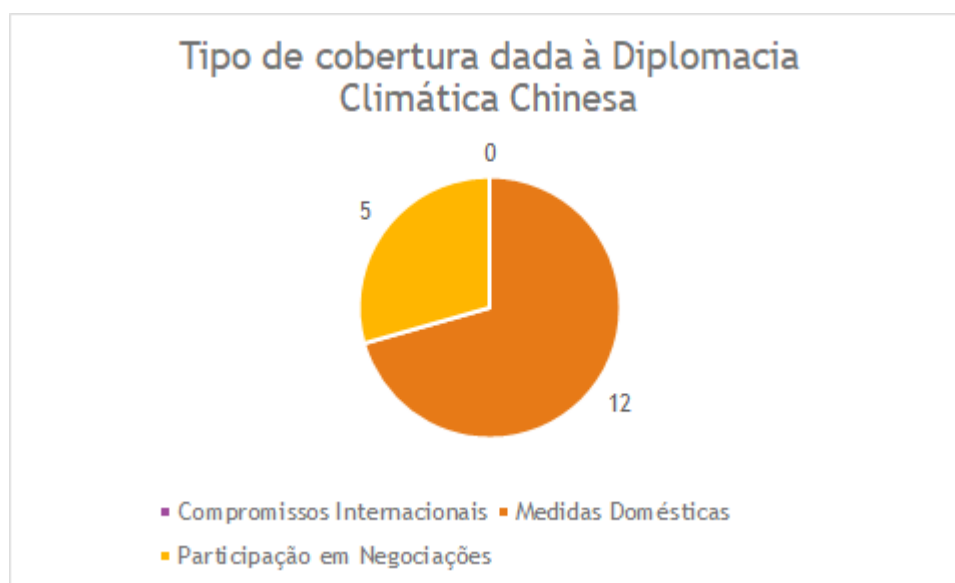
Cabe salientar que foram encontrados dois artigos de opinião no universo das produções publicadas pela *Al Jazeera English* que permitem ter uma visão, ainda que não conclusiva, a respeito da percepção do jornal sobre a diplomacia climática chinesa. O primeiro artigo encontrado data de 2014 e tem como título *The US-China emissions deal likely meaningless*. Já o segundo chama-se *Climate change and China: The indispensable nation*. Em ambos os artigos, os autores argumentam em defesa do princípio da CBDR, colocando que, por exemplo, “muito do fardo da redução de emissões deveria recair sobre os ombros dos Estados Unidos e de outras nações desenvolvidas” (Haydarian, 2015). Ademais, nos dois textos, é enfatizado o engajamento chinês com energias renováveis. Contudo, os autores apresentam uma convergência na cobrança por maiores compromissos chineses em virtude do seu elevado nível de emissões. Nesse sentido, há um alinhamento com o restante das reportagens veiculadas que também trazem esta constatação.

4.2 The Economist

O *The Economist* é um periódico inglês que aborda notícias e assuntos de relevância internacional. A linha editorial do jornal segue o liberalismo clássico do século XIX e se baseia em um autodenominado “centro radical” (The Economist, 2021). Para esta seção,

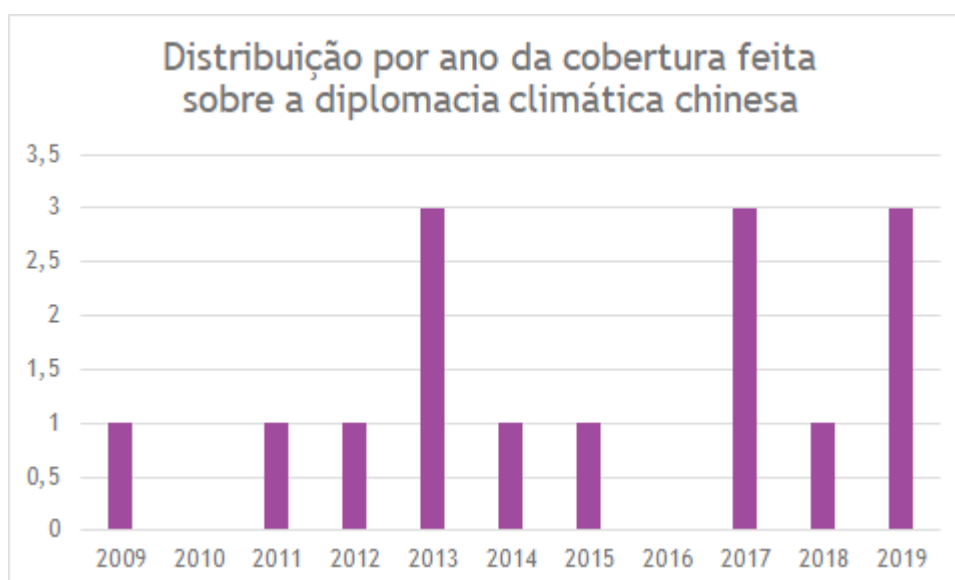
foram analisadas dezessete matérias veiculadas entre 2009 e 2019 que abordam a diplomacia verde chinesa. Nos gráficos 7 e 8, é possível observar um perfil da recepção da imagem projetada por Pequim a partir de sua diplomacia verde.

Gráfico 7: Tipo de cobertura dada à Diplomacia Climática Chinesa (The Economist)



Fonte: Elaboração própria a partir de reportagens publicadas entre 2009 e 2019 com coletadas no site <https://www.economist.com/>

Gráfico 8: Distribuição por ano da cobertura feita sobre a diplomacia climática chinesa (The Economist)



Fonte: Elaboração própria a partir de reportagens publicadas entre 2009 e 2019 com coletadas no site <https://www.economist.com/>

No gráfico 7, é possível observar uma prevalência de artigos sobre as medidas adotadas internamente pela China para lidar com as mudanças climáticas. Essa linha que discute as fases de tradução dos compromissos assumidos internacionalmente em políticas domésticas é seguida por outras onze matérias veiculadas. A reportagem *The East is Grey*, publicada em 2013, é um exemplo. Na peça, o periódico aponta que: “[a China] deu início ao primeiro mercado de carbono do país, facilitou processar crimes ambientais e tornou as autoridades locais mais responsáveis pelos problemas de qualidade do ar em suas áreas” (The Economist, 2013). Contudo, pontua-se que este jornal, em reportagens recentes, dá um enquadramento diferente daquilo que é projetado pelos chineses. Ainda que reconheça as medidas adotadas pelos chineses, o periódico questiona duramente o modelo chinês, transferindo o debate da diplomacia climática para uma discussão política. Nas peças *China’s authoritarian approach won’t save the environment* e *Are dictatorships better than democracies at fighting climate change?*, discute-se a efetividade das estratégias chinesas com base na ideia de ambientalismo autoritário, que seria efetivo para produzir políticas, mas em resultados não teria a mesma eficiência das democracias. Segundo a revista The Economist, o modelo chinês não é efetivo e não deveria ser um modelo a ser seguido por conta de suas características impositivas.

Além dos temas domésticos, a cobertura da *The Economist* também abordou, ainda que em menor escala, a participação chinesa em negociações internacionais. Dentro destas reportagens, o jornal aponta a diplomacia climática chinesa como uma ferramenta para liderança. Em *Is China challenging the United States for global leadership?*, o jornal discute a busca da China por sua própria solução para o aquecimento global dentro das negociações climáticas, o que simbolizaria uma busca por liderança no cenário internacional que questiona a liderança americana.

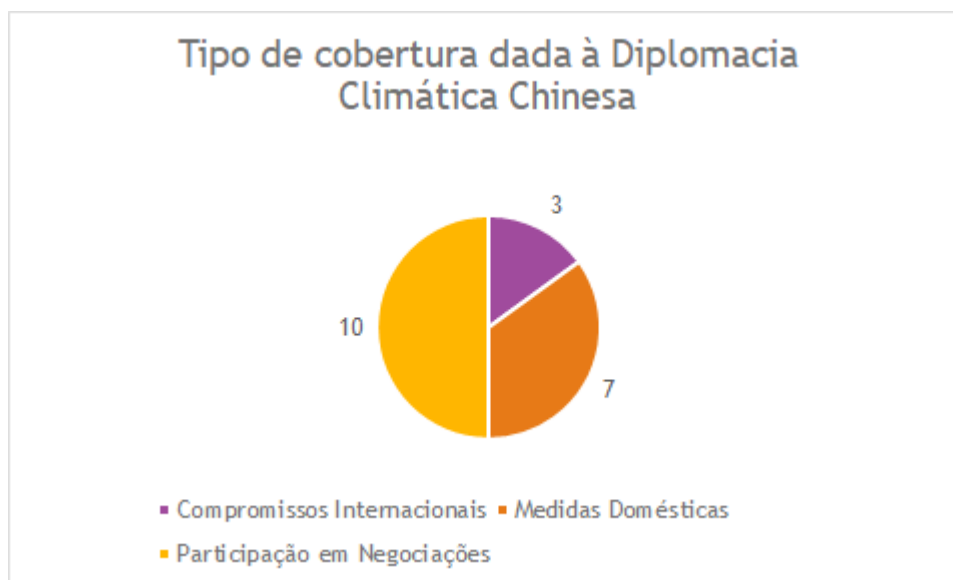
Por fim, no gráfico 8, observa-se a distribuição da cobertura feita ao longo dos anos. Percebe-se que o periódico realizou uma cobertura mais frequente sobre o tema. Ao longo de onze anos, a revista não publicou reportagens em apenas dois anos, sendo que em três (2013, 2017 e 2019) houve um pico de cobertura.

4.3 The Guardian

O *The Guardian* é um dos principais veículos jornalísticos *online* do Reino Unido e pertence ao *Guardian Media Group*. O jornalismo praticado pelo jornal é reconhecido por seu papel de estabelecer e propagar novas agendas. O jornal indica que possui uma “linha

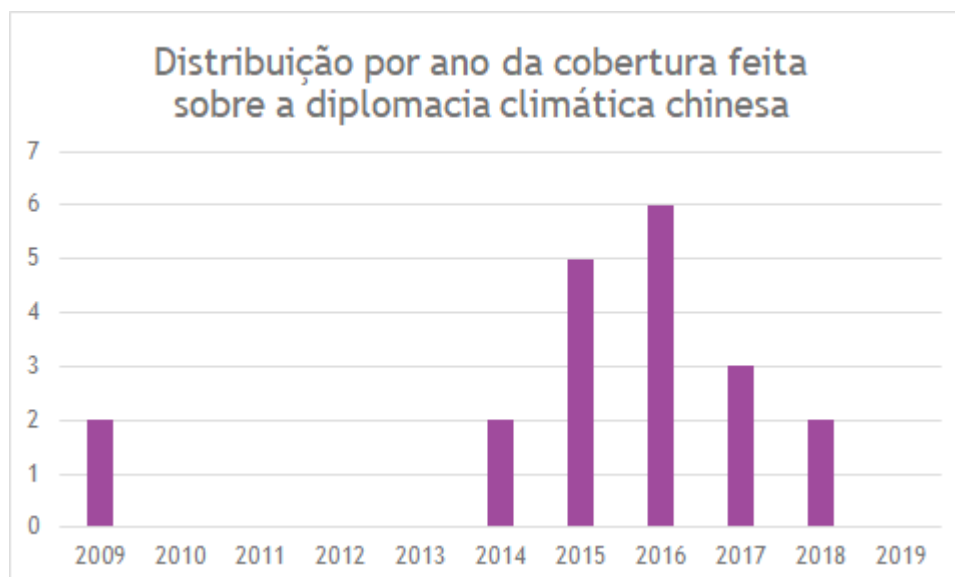
editorial liberal e livre de influências políticas” (The Guardian, 2021). Assim como nas últimas seções, esta parte do trabalho traz um panorama das matérias publicadas entre 2009 e 2019 relacionadas à diplomacia climática chinesa.

Gráfico 9: Tipo de cobertura dada à Diplomacia Climática Chinesa (The Guardian)



Fonte: Elaboração própria a partir de reportagens publicadas entre 2009 e 2019 com coletadas no site <https://www.theguardian.com/international>

Gráfico 10: Distribuição por ano da cobertura feita sobre a diplomacia climática chinesa



Fonte: Elaboração própria a partir de reportagens publicadas entre 2009 e 2019 com coletadas no site <https://www.theguardian.com/international>

No gráfico 9, verifica-se que a cobertura feita pelo *The Guardian* deu grande destaque à participação da diplomacia climática chinesa nas Conferências Climáticas. Em 2009, o jornal retratou Pequim como o país que destruiu o acordo de Paris na publicação *How do I know China wrecked the Copenhagen deal? I was in the room*. Nessa matéria, enquadrou-se a diplomacia chinesa negativamente, tendo, por exemplo, “humilhado intencionalmente Barack Obama, e insistido em um péssimo "acordo" para que os líderes ocidentais fossem embora carregando a culpa” (Lynas, 2009). Contudo, no mesmo texto, o jornal salienta que tal posicionamento pode não significar falta de preocupação da China com a questão climática visto que, mesmo com sua dependência de carvão, Pequim possui uma forte indústria de renováveis.

Outro destaque feito pelo jornal foi a cobertura da participação da China nas Conferências, a exemplo da COP21, na qual houve a assinatura do Acordo de Paris. Foram feitas três publicações sobre o tema, notadamente *Breakthrough as US and China agree to ratify Paris climate deal*, *China ratifies Paris climate change agreement ahead of G20* e *The Guardian view on the US-China climate change deal: two cheers*. A ratificação do Acordo de Paris foi encarada pelo jornal como um reconhecimento por parte da China de que a mudança climática é um problema de escala global.

O *The Guardian* ainda mostrou atuação da diplomacia chinesa como uma forma de liderança do país, especialmente após o anúncio da retirada dos EUA do Acordo de Paris. A pesquisa encontrou quatro artigos publicados entre 2016 e 2017 que discutiam esse tema. São eles: *Climate change a Chinese hoax? Beijing gives Donald Trump a lesson in history*, *China emerges as global climate leader in wake of Trump's triumph*, *China eyes an opportunity to take ownership of climate change fight* e *Trump warming to reality of climate change, says senior Chinese official*. As reportagens sobre liderança enumeram as atitudes levadas a cabo pelo governo chinês para lidar com a questão climática e como o país tem solidificado seu papel enquanto ator responsável.

Nas categorias sobre medidas domésticas e compromissos internacionais, a cobertura feita pelo jornal teve um viés positivo, que destacava a possibilidade de o modelo chinês de capitalismo gerencial ser uma alternativa ao modelo capitalista anglo-saxão. Além disso, no artigo intitulado *Stop using China as na excuse for inaction on climate change*, o autor argumenta que o modelo ocidental é o verdadeiro culpado pelas mudanças climáticas e que evocar as emissões chinesas, ainda que seja algo relevante, é uma tentativa de transferência de culpa.

Por fim, na distribuição temporal observada no gráfico 10, nota-se uma concentração da cobertura nos anos de 2015 e 2016. Tal fato pode ser explicado pela proeminência da atuação chinesa no Acordo de Paris e a eleição de Donald Trump à presidência dos EUA, que exibiu comportamentos negacionistas com relação à mudança do clima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto neste trabalho, entende-se que a diplomacia climática de Pequim cumpre, dentre muitas outras funções, o papel de instrumento de projeção de imagem. Como Jervis (1970) definiu, as imagens são percepções formuladas a partir da emissão de mensagens verbais e não-verbais, sendo as primeiras representadas por discursos/palavras e as segundas representadas por ações práticas. Ao se transpor tal entendimento para a diplomacia climática chinesa como veículo de imagem, argumenta-se que os discursos proferidos pelas autoridades chinesas no contexto das Conferências das Partes da CQNUMC são as mensagens verbais. Além disso, as mensagens não-verbais são simbolizadas pela atuação da diplomacia climática nas reuniões, assim como pelas ações internas de combate à mudança climática.

Assim, a pesquisa buscou analisar, a partir do marco teórico do *Framing* definido por Snow & Benford (1986), como a China projetou a imagem e como a projeção realizada foi percebida pela mídia internacional. Tal conceito entende que determinados acontecimentos e ações podem ser enquadrados em *frames* interpretativos, que precisam da conjunção da credibilidade (congruência entre as mensagens emitidas e o enquadramento desejado) com ressonância (recepção do *frame* junto ao público-alvo) para serem efetivos.

A partir das discussões realizadas, entende-se que a dimensão da credibilidade do enquadramento foi atendida uma vez que se observou um alinhamento com relação às mensagens verbais proferidas pelas lideranças chinesas e as ações práticas da diplomacia climática chinesa, tanto em termos de proatividade nos fóruns quanto em ações conduzidas domesticamente. Por exemplo, a atuação chinesa para a construção do Acordo de Paris é considerada importante e, na COP-21, o presidente chinês fez uma defesa da importância do Acordo como instrumento global para contenção das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que enfatizou o tema como essencial para um futuro conjunto da humanidade. Outro ponto a ser observado sobre a credibilidade dos *frames* é que as mensagens verbais da diplomacia climática são proferidas por lideranças importantes da China. Ao emitirem tais sinais, outros membros do sistema internacional tendem a ver os compromissos como críveis.

No que diz respeito à dimensão da saliência, contudo, não foi possível obter uma avaliação precisa a respeito da projeção da imagem chinesa junto aos periódicos avaliados, por conta de uma quantidade baixa de reportagens associadas à temática da diplomacia climática. Logo, seria necessário realizar mais estudos com um número maior de periódicos e, provavelmente, utilizar um marco temporal mais amplo. Na análise dos jornais escolhidos,

não foi possível achar uma mesma percepção da diplomacia climática praticada por Pequim, devido às diferenças ideológicas entre os jornais selecionados. Ainda assim, algumas percepções epidérmicas podem ser apresentadas.

No jornal *Al Jazeera English*, houve um equilíbrio das temáticas da cobertura, ou seja, o periódico teve uma cobertura uniforme em termos numéricos com relação aos compromissos internacionais, medidas domésticas e participação em negociações. Com relação à distribuição temporal das peças jornalísticas produzidas entre 2009-2019, houve uma divisão bastante irregular, com o pico ocorrendo em 2017, ano do anúncio da saída dos EUA do Acordo de Paris. Em termos de enquadramento, o jornal enfatizou em quase todas as reportagens que a China é o principal emissor de poluentes no planeta, mas que, ao mesmo tempo, defendia o princípio da CBDR.

No *The Economist*, observou-se que o jornal deu grande destaque para as medidas domésticas tomadas pela China e, em menor medida, para a participação do país em negociações internacionais. Em termos temporais, *The Economist* realizou uma cobertura mais constante sobre a diplomacia climática chinesa, com apenas dois anos sem matérias sobre o tema. Por fim, cabe salientar que, mesmo reconhecendo as medidas adotadas pelos chineses, o periódico questiona o modelo chinês, trazendo em reportagens recentes a discussão a respeito do caráter autoritário das políticas tomadas para produção de políticas públicas eficazes. O jornal também discutiu a participação em negociações internacionais como uma forma de buscar liderança, trazendo uma contestação à liderança americana.

Finalmente, no *The Guardian*, foi possível identificar uma mudança de cobertura, ainda que não seja possível obter um resultado conclusivo pela pouca quantidade de reportagens. Em 2009, o jornal retratou a atuação chinesa na Conferência de Copenhague como de um ator intransigente e responsável pelo fracasso das negociações. Com o passar dos anos, a cobertura do jornal começou a abordar a China de maneira mais positiva, e a identificar o país como liderança no combate à mudança do clima, em especial como forma de contraposição à política dos EUA de Donald Trump. Houve ainda diversos textos críticos ao modelo capitalista anglo-saxão como causador da mudança climática. Em termos de divisão por temática, o jornal discutiu principalmente a participação chinesa em negociações internacionais de clima e, em seguida, as medidas domésticas tomadas pelo país. Os compromissos internacionais tiveram uma cobertura de pouco destaque. Por fim, mencionase que a cobertura do jornal esteve concentrada nos anos de 2015 e 2016.

O trabalho ainda pretendeu entender as mudanças e continuidades nas estratégias do governo chinês para combater o aquecimento global e entender como ocorre a atuação de sua

diplomacia climática. Nesse sentido, observou-se que, embora alguns dos princípios norteadores tenham se mantido constantes, como, por exemplo, a defesa do princípio das CDBR e a atuação em conjunto com países subdesenvolvidos, a diplomacia climática chinesa começou a incluir maiores preocupações com questões ambientais e climáticas. Tal fato ocorreu a partir do lançamento de ações domésticas para combater o aquecimento global e a proatividade da diplomacia em negociações climáticas, como pode ser observado nas seções que discutiram esses temas. Durante a década de 1990 e a década de 2000, a China era duramente criticada por ser um país insensível às demandas climáticas e focada excessivamente em seu crescimento econômico. Contudo, graças a fatores como potencialidade econômica, pressões internas, preocupação com o clima e questão de imagem, as lideranças chinesas entenderam a alta relevância do papel desempenhado pela diplomacia climática. Dessa forma, a atuação de Pequim junto a Washington foi primordial para a construção do Acordo de Paris.

Buscou-se, na presente pesquisa, de modo mais específico, contribuir com a área de conhecimento da diplomacia climática chinesa e de sua percepção internacional, uma das principais preocupações de Pequim atualmente. Ademais, buscou-se contribuir com os estudos de China no Brasil. Entender a China é essencial para uma melhoria das relações com o país e para entender como ele se apresenta no cenário internacional uma vez que imagens positivas são primordiais para um relacionamento benéfico. Por fim, espera-se que o trabalho tenha contribuído para o avanço dos estudos a respeito da dimensão da projeção da imagem nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abranches, Sérgio. **A COP15: apontamentos de campo**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 24, n° 68, 2010.

Al Jazeera. **About us**. Al Jazeera, 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/about-us>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **China: Bordertaxwilldamage global climatechangeefforts**. Al Jazeera, 2019a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/27/china-border-tax-will-damage-global-climate-change-efforts>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **China, EU rally for climate action as Trump backs away**. Al Jazeera, 2017a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/3/29/china-eu-rally-for-climate-action-as-trump-backs-away>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **China and US to cap emissions in climate change deal**. Al Jazeera, 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2015/9/25/china-and-us-to-cap-emissions-in-climate-change-deal>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **China blamed for surge in ozone-depleting emissions**. Al Jazeera, 2019b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/5/24/china-blamed-for-surge-in-ozone-depleting-emissions>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **Chinaflexibleon UN climate target**. Al Jazeera, 2010. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2010/12/7/china-flexible-on-un-climate-target>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **China unveils carbon intensity cuts**. Al Jazeera, 2009a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2009/11/27/china-unveils-carbon-intensity-cuts>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **China vows to commit to Paris climate accord**. Al Jazeera, 2017b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/6/1/china-vows-to-commit-to-paris-climate-accord>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **China's Xi pledges to support Paris climate agreement**. Al Jazeera, 2017c. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/5/9/chinas-xi-pledges-to-support-paris-climate-agreement>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **Macron says Europe-China climate cooperation 'decisive'**. Al Jazeera, 2019b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/5/macron-says-europe-china-climate-cooperation-decisive>. Acesso em 21 de abril de 2021

_____. **US-China talksseekclimateaction**. Al Jazeera, 2009b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2009/7/28/us-china-talks-seek-climate-action>. Acesso em 21 de abril de 2021

Alexander, Michele G.; Levin, Shana; Henry, P. J. **Image Theory, Social Identity, and Social Dominance: Structural Characteristics and Individual Motives Underlying International Images.** *Political Psychology*, vol. 26, n.º 1, 2005

Alves, José Augusto Lindgren. A Rio-92 como Conferência Social. In: **Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências.** Brasília. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001, cap 3.

Ametbek, Dinmammed. **Perception and Image theory of International Relations.** Ankara Center for Crisis and Policy Research, 2017. Disponível em: https://www.ankasam.org/en/perception-and-image-theory-of-international-relations/#_ednref5. Acesso em 14 de fevereiro de 2021

Anholt, Simon. **Beyond the Nation Brand: the Role of Image and Identity in International Relations.** *The Journal of Public Diplomacy*, vol. 2, 2013, p.1-7

_____.The theory of Competitive Identity. In: **Competitive identity: The New Brand Management for Nations, Cities, and Regions.** PalgraveMacmillan, Nova York, 2007, cap.2

Avzaradel, Pedro Curvello Saavedra. **Princípios do direito ambiental e mudanças climáticas.** *Revista Eletrônica do Ministério Público Federal*, Ano I, N.º. 1, p. 1-25, 2009.

Ayzazyan, Lianna. **The country image and international relations: 21st century environment.** *21st century*, n. 1, v. 7, 2010.

Barbi, Fabiana. **Governing Climate Change in China and Brazil.** *Mitigation Strategies. Journal of Chinese Political Science*, vol. 21, 2016, p. 357–370

Barbieri, Mariana Delgado; Ferreira, Leila da Costa. **China e Governança Ambiental Global: Desafios rumos à liderança.** *Papel Político*, vol. 24, n.º 2, 2019,

Beeler, Carolyn. **Is China really stepping up as the world's new climate leader?** *The World*, 2018. Disponível em: <https://www.pri.org/stories/2017-11-08/china-really-stepping-world-s-new-climate-leader>. Acesso em 04 de outubro de 2020

Benford, Robert; Snow, David A. **Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization.** *International Social Movement Research*, vol.1, p. 197-217, 1998

_____.**Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment.** *Annual Review of Sociology*, vol. 26, p. 611-639, 2000

Benjamin, Lisa; Adelle, Thomas; Haynes, Rueanna. **An 'Islands' COP? Loss and Damage at COP23.** *Review of European, Comparative & International Environmental Law (RECIEL)*, 2018, 00, p. 1-9

Bernad, Jessie. Jervis, Robert. **The Logic of Images in International Relations**. Princeton University Press, 1970, pp. 277. Book Review, Pennsylvania State University, 1970

Boullenois, Camille et al. **China: Taking Stock Before the Climate Paris Conference**. European Council on Foreign Relations, n° 142, 215, p. 1-13

Boulding, Kenneth E. **National Images and International Systems**. The Journal of Conflict Resolution, vol. 3, n°. 2, 1959, p. 120-131

_____. **The Image: The Knowledge in Life and Society**. Ann Arbor Paperbacks, The University of Michigan Press, 1969, p. 6.

BritannicaEncyclopedia. **Lobbying**. 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/lobbying>. Acesso em 14 de fevereiro de 2021.

Broadhurst, Arlene I.; Ledgerwood, Grant. **Environmental diplomacy of states, corporations, and non-governmental organizations: the worldwide web of influences**. International relations, vol. XIV, n°2, 1998, p. 1-19

Cai, Shouqiu; Voigts Mark. **The Evolution of China's Environmental Diplomacy**. Pacific Rim Law & Policy Journal, vol.3, edição especial, 1994, p.18-42

Carrington, Damian. **China's coal peak hailed as turning point in climate change battle**. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2016/jul/25/china-coal-peak-hailed-turning-point-climate-change-battle>. Acesso em 23 de abril de 2021

Carsalade, Ana Monteiro. **Interações entre Mudanças Climáticas Globais e Poluição Atmosférica Local: Implicações para a Expansão do Setor Elétrico Brasileiro**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Planejamento Energético- COPPE), Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2013

Carvalho Pinto, Vânia. **Em busca de estatuto: A participação emirati na missão ISAF-Afganistão da OTAN**. Submetido. 21 p. 2016.

_____. **Exploring the interplay between Framing and Securitization theory: the case of the Arab Spring protests in Bahrain**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 57, p.162-176, 2014

Centro colaborador do PNUMA para Financiamento do Clima e Energia Sustentável da Escola de Frankfurt. **Global Trends in Renewable Energy Investment 2019**. Disponível em: https://www.fs-unep-centre.org/wp-content/uploads/2020/06/GTR_2020.pdf. Acesso em 19 de março de 2021

Charles, Asheida. **An Analysis of China's National Image in BBC News. A Perspective of News Framing.** Tese de Mestrado em Communications - Media and Politics na Communication University of China, Grin publishing, 2016

Chen, Gang. China's Climate diplomacy and its soft power. In: Mingjiang, Li. **Soft power: China's emerging strategy in international politics.** Lexington Books, 2009

_____. Climate Change Diplomacy: Challenges and Prospects for Researching a Global Agreement. In: Hofmeister, Wilhelm; Rueppel, Patrick. **Climate Change Diplomacy: The way forward for Asia and Europe.** Bruxelas, Konrad-Adenauer Stiftung, East Asian Institute e European Union Centre in Singapore, 2014

CHINA, Xi Jinping (2015 - Xi Jinping). **Work Together to Build a Win-Win, Equitable and Balanced Governance Mechanism on Climate Change.** Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic Of China At the Opening Ceremony of The Paris Conference on Climate Change. Paris, 20 nov 2015, 6f. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/cop21cmp11_leaders_event_china.pdf Acesso em: 18 abril de 2021.

_____. Xie Zhenhua (2010). **Statement by the People's Republic of China at the high-level segment of COP16/CMP6.** Cancún, 08 dez 2010, 11f. Disponível em: 15 https://unfccc.int/files/meetings/cop_16/statements/application/pdf/101208_cop16_hls_china.pdf. Acesso em: 18 abril de 2021.

_____. Xie Zhenhua (2011 – Hu Jintao). **Statement by the People's Republic of China at the high-level segment of COP17/CMP7.** Durban, 06 dez 2011, 11f. Disponível em: 15 https://unfccc.int/files/meetings/durban_nov_2011/statements/application/pdf/111207_cop17_hls_china.pdf Acesso em: 18 abril de 2021.

_____. Xie Zhenhua (2012 – Hu Jintao). **Statement by China on behalf of Brazil, India, South Africa and China at COP 18.** Doha, 26 nov 2012, 3f. Disponível em: https://unfccc.int/resource/docs/cop18_cmp8_hl_statements/BASIC%20STATEMENT%20AT%20COP18.pdf. Acesso em: 18 abril de 2021.

_____. Xie Zhenhua (2013 - Xi Jinping). **Speech on the High Level Segment of Warsaw Climate Change Conference.** Warsaw, 20 nov 2013, 3f. Disponível em: https://unfccc.int/files/meetings/warsaw_nov_2013/statements/application/pdf/cop19_hls_people_republic_of_china.pdf Acesso em: 18 abril de 2021.

_____. Xie Zhenhua (2016 - Xi Jinping). **Implementing the Paris Agreement, Consolidating Mutual Trust, Making Greater Contribution to Global Green and Low Carbon Development.** Statement by Mr. Xie Zhenhua, Special Representative on Climate Change Affairs of China at the HLS of Marrakech Conference on Climate Change.

Marrakech, 16 nov 2016, 4f. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/china_cop22cmp12cma1_hls.pdf Acesso em: 18 abril de 2021.

_____. Wen Jiabao (2009 – Hu Jintao). **Build Consensus and Strengthen Cooperation to Advance the Historical Process Of Combating Climate Change**. Address by H.E. Wen Jiabao Premier of the State Council of the People’s Republic of China At the Copenhagen Climate Change Summit. Copenhagen, 18 dez de 2009, 6f. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/24278538/Wen-Jiabao-speech-to-COP15-Copenhagen-December18> Acesso em: 18 abril de 2021.

China&BASIC. **Statement by China on Behalf of BASIC at the opening plenary of COP25**.

Madrid, 2019, 2 dez de 2019. Disponível em: <https://www4.unfccc.int/sites/SubmissionsStaging/Documents/201912111926---STATEMENT%20BY%20CHINA%20ON%20BEHALF%20OF%20BASIC%20AT%20THE%20OPENING%20PLENARY%20OF%20COP25.pdf>. Acesso em 18 abril de 2021.

China&G-77. **Statement on Behalf of the G77 and China at the opening plenary of the 18th Conference of the Parties to the UNFCCC**. Doha, Qatar. 26 nov de 2012. Acesso em: https://unfccc.int/resource/docs/cop18_cmp8_hl_statements/STATEMENT%20ON%20BEHALF%20OF%20G77.pdf. Acesso em: 18 abril de 2021.

_____. Dr. Riad Al-Malki (2019- Dr. Riad Al-Malki). **G77 and China Statement for the Opening of the COP25 High Level Segment**. Madrid, 10 dez de 2019. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/STATE_OF_PALESTINE_G77_AND_CHINA_cop25cmp15cma2_HLS_EN.pdf. Acesso em: 18 abril de 2021.

China Power Project. **How is China’s Energy Footprint Changing?** Disponível em: <https://chinapower.csis.org/energy-footprint/> Acesso em 19 de março de 2021.

Chiu, Dominic. **The East is Green: China’s Global Leadership in Renewable Energy**. New Perspectives in Foreign Policy n°13, 2017, Center for Strategic and International Studies. Disponível em: <https://www.csis.org/east-green-chinas-global-leadership-renewable-energy>. Acesso em 07 de março de 2021

Ciuriel, Daniel. **The Framing of Protest**. Professional communication and translation studies, p.7-15, 2018

Conrad, Bjorn. **China in Copenhagen: Reconciling the “Beijing Climate Revolution” and the “Copenhagen Climate Obstinacy”**. The China Quarterly, n° 210, 2012, pp. 435–455

Corsi, Giulio. **COP 23: A critical assessment of the Conference's outcome**. ClimateInstitute, 2018

Da Silva, Flávia Batista. **Megaeventos esportivos como ferramenta de soft power e de projeção internacional: o Brasil e a Copa do Mundo de Futebol de 2014**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais)- Instituto de Relações Internacionais da UnB, Brasília, 2018

de Carvalho, Amanda. et al. O combate às mudanças climáticas como desafio compartilhado: Uma análise sobre o Acordo de Paris, as responsabilidades compartilhadas e a educação ambiental.. In: DA ROCHA, A. et al. **Além Mares: educação para transpor distâncias e interconectar vivências**. Brasília: Editora Art e Letras, 2019.

De Carvalho, Benjamin; Neumann, Iver B. Small States and status. In: De Carvalho, Benjamin; Neumann, Iver B. **Small States and Status Seeking: Norway's Quest for Higher Standing**. Londres e Nova York, Routledge, 2015, introdução

De Souza, Monique Alves Frederico. **COP 15- Copenhagen: turning point no cenário internacional para as negociações climáticas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais)- Instituto de Relações Internacionais da UnB, Brasília, 2011

Dimitrov, Radoslav. Climate diplomacy. In: Bäckstrand, Kari; Lövbrand, Eva. **Research Handbook on Climate Governance**. Elgar, 2016, cap. 9

Duggan, Jennifer. **China makes carbon pledge ahead of Paris climate change summit**. The Guardian, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2015/jun/30/china-carbon-emissions-2030-premier-li-keqiang-un-paris-climate-change-summit>. Acesso em 23 de abril de 2021

_____. **China timber trade 'fuels climate change'**. Al Jazeera, 2012. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2012/12/5/china-timber-trade-fuels-climate-change>. Acesso em 21 de abril de 2021

Elliot, Larry. **Capitalism can crack climate change. But only if it takes risks**. The Guardian, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/aug/16/capitalism-climate-change-risks-profits-china>. Acesso em 23 de abril de 2021

Elliot, Lorraine. From Stockholm to Rio. In: **The global politics of the environment**. Mc Millan Press, Londres, 1998, cap. 1.

Engels, Anita. **Understanding how China is championing climate change mitigation**. Palgrave Communications, v.4, n. 101, 2018

Geall, Sam. **Clean Waters and Green Mountains: Will Xi Jinping Take the Lead on Climate Change?**. Lowy Institute for International Policy, Analysis, 2017. Disponível em:

<https://www.lowyinstitute.org/publications/clear-waters-and-green-mountains-will-xi-jinping-take-lead-climate-change>. Acesso em 09 de março de 2021

Georgetown University U.S- China Dialogue on Global Issues. **U.S- China Dialogue on Climate Change**. 2017.

Ghezloun, A; Saidane, A.; Herabet, H. **The COP 22: New commitments in support of the Paris agreement**. Energy Procedia, 2017, vol.119, p. 10-16

Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment. **Climate Change Laws of the World: 13th Five-Year Plan**. Disponível em: <https://www.climate-laws.org/geographies/china/policies/13th-five-year-plan>. Acesso em 15 de março de 2021

_____. **National Plan For Tackling Climate Change 2014-2020**. Disponível em: <https://climate-laws.org/geographies/china/policies/national-plan-for-tackling-climate-change-2014-2020>. 2021. Acesso em 19 de março de 2021

Green Policy Platform. **China's Policies and Actions for Addressing Climate Change 2018**. Disponível em: <https://www.greengrowthknowledge.org/national-documents/chinas-policies-and-actions-addressing-climate-change-2018>. 2021. Acesso em 19 de março de 2021

Jervis, Robert. **The Logic of Images in International Relations**. Columbia University Press. A Morningside Book, 1970.

Haas, Benjamin. **Climate change: China calls US 'selfish' after Trump seeks to bring back coal**. The Guardian, 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/30/climate-change-china-us-selfish-trump-coal>. Acesso em 23 de abril de 2021

Hakala, Ulla; Kantola, Satu-Paivi; Lemmetyien, Arja. **Country-image as a nation-branding tool**. Marketing Intelligence & Planning, vol. 31, n°. 5, 2013, pp. 538-556

Hallding, Karl et al. **Together Alone: Basic Countries and the Climate Change Conundrum**. Nordic Council of Ministers, 2011

Harvey, Fiona; Phillips, Tom; Yuhas, Alan. **Breakthrough as US and China agree to ratify Paris climate deal**. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2016/sep/03/breakthrough-us-china-agree-ratify-paris-climate-change-deal>. Acesso em 23 de abril de 2021

Harvey, Fiona; Doherty, Ben. **China demands developed countries 'pay their debts' on climate change**. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/2018/dec/13/china-demands-developed-countries-pay-their-debts-on-climate-change>. Acesso em 23 de abril de 2021

Harvey, Fiona. **China pledges to become carbon neutral before 2060**. The Guardian, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/sep/22/china-pledges-to-reach-carbon-neutrality-before-2060>. Acesso em 09 de março de 2021

He, Lichao. **China's Climate-Change Policy from Kyoto to Copenhagen: Domestic Needs and International Aspirations**. Asian Perspective, vol. 34, n° 3, 2010, pp. 5-33

Hermann, Richard K. et al. **Images in International Relations: An Experimental test of Cognitive Schemata**. International Studies Quarterly, vol. 41, 1997, p. 403-433

Hermann, Richard K. Perceptions and Image Theory in International Relations. In: Huddy, Leonie; Sears, David O.; Levy, Jack S. **The Oxford Handbook of Political Psychology**. Oxford University Press, Nova York, 2013, cap. 11

Heydarian, Richard Javad. **Climate change and China: The indispensable nation**. Al Jazeera, 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2015/12/15/climate-change-and-china-the-indispensable-nation>. Acesso em 21 de abril de 2021

Hilton, Isabel. **China emerges as global climate leader in wake of Trump's triumph**. The Guardian, 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2016/nov/22/donald-trump-success-helps-china-emerge-as-global-climate-leader>. Acesso em 04 de outubro de 2020

Hodzi, Obert; Wen-Yu, Chen. **Following the Flow: China's Approach to Global Leadership**. China Quarterly of International Strategic Studies, vol. 4, n° 1, pp. 1-21, 2018

Hu, Angang. **The Distinctive Transition of China's Five-Year Plans**. Modern China, vol.39, n° 6, p. 629-639, 2013

Hung, Ming-Te; Tsai, Tung-Chieh. **Dilemma of Choice: China's response to Climate Change**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.55, edição especial, 2012, p. 104-124

Karakir, Irem Askar. **Environmental Foreign Policy as a Soft Power Instrument: Cases of China and India**. Journal of Contemporary Eastern Asia, vol. 17, No. 1, pp. 5-26, 2018

Karlsson, Christer et al. **The legitimacy of leadership in international climate change negotiations**. Ambio, vol. 41, n° 46, 2012, p.46-55

Keckskemeti, Paul. **The Logic of Images in International Relations**. Book Review, The American Political Science Review, 1972, vol. 66, p. 285-286

Kunczik, Michael. **Images of Nations and International Public Relations**. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1997, p. 1.

Kuypers, Jim A. "**Framing Analysis**". In Kuypers, Jim A. *Rhetorical Criticism: Perspectives in Action*. Lexington Books, 2009

Lahn, Bard; Rowe, Elana Wilson. How to be a 'front-runner'- Norway and international climate politics. In: De Carvalho, Benjamin; Neumann, Iver B. **Small States and Status Seeking: Norway's Quest for Higher Standing**. Londre e Nova York, Routledge, 2015, cap.7

Lewis, Joanna I. China's environmental diplomacy: Climate change, domestic politics, and international engagement. In: Foot, Rosemary. **China across the divide**. Oxford University Press, 2013

Li, Lina; Wolters, Steve; Yang, Fuqiang. **China and its Climate Change Leadership in a Changing World- From Passive Follower to Constructive Shaper of the Global Order**. Climate Diplomacy, Discussion Paper, Adelphi, 2017. Disponível em: <https://climate-diplomacy.org/magazine/environment/china-and-its-climate-leadership-changing-world-passive-follower-constructive>. Acesso em 07 de março de 2021

Li, Shuo. **China eyes an opportunity to take ownership of climate change fight**. The Guardian, 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jan/20/china-eyes-an-opportunity-to-take-ownership-of-climate-change-fight>. Acesso em 23 de abril de 2021

Li, Yifei. **China's Coercive Environmentalism**. Webinar, China Environment Forum of Wilson Center. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/event/webcast-chinas-coercive-environmentalism>> Acesso em: 02 de outubro de 2020

Li, Zhang. Soft Power, Country Image, and Media-Policy Interrelations in International Politics. In: **News Media and EU-China Relations**, Palgrave Macmillan, Nova York, 2011, cap. 2.

Lynas, Mark. How do I know China wrecked the Copenhagen deal? I was in the room. 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2009/dec/22/copenhagen-climate-change-mark-lynas>. Acesso em 23 de abril de 2020

Mabey, Nick; Gallagher, Liz; Born, Camilla. **Understanding Climate Diplomacy - Building diplomatic capacity and systems to avoid dangerous climate change**. E3G (Third Generation Environmentalism), Londres, 2013

Mallapaty, Smriti. **How China could be carbon neutral by mid-century**. Nature, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-020-02927-9>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021

Melissen, Jan (Ed.). **The new public diplomacy: soft power in international relations**. Springer, 2005.

Milman, Oliver; Leavenworth, Stuart. **China's plan to cut meat consumption by 50% cheered by climate campaigners.**The Guardian, 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/jun/20/chinas-meat-consumption-climate-change>. Acesso em 23 de abril de 2021

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Compromissos Estabelecidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).** Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/component/k2/item/15142-contribui%C3%A7%C3%B5es-para-o-documento-base.html#:~:text=O%20princ%C3%ADpio%20das%20responsabilidades%20comuns%2C%20por%C3%A9m%20diferenciadas%2C%20afirma%20que%20as,conformidade%20com%20suas%20respectivas%20capacidades>> Acesso em 04 de outubro de 2020

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Conferência das Partes.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/conferencia-das-partes>. Acesso em: 21 jan./2021.

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **Statement by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the General Debate of the 75th Session of The United Nations General Assembly.** 2020. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1817098.shtml. Acesso em 15 de fevereiro de 2021

Mochizuki, Junko; Zhang, ZhongXian. **Environmental Security and Its Implications for China's Foreign Relations.** East-West Center Working Papers, Economic Series, nº116, 2011

Monbiot, George. **Stop using China as an excuse for inaction on climate change.** The Guardian, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/georgemonbiot/2015/jun/12/china-excuse-inaction-on-climate-change>. Acesso em 23 de abril de 2021

Moreira, Helena Margarido; Ribeiro, Wagner Costa. **A China na Ordem Ambiental das Mudanças Climáticas.** Estudos Avançados, vol. 30, p.87, 2016, p. 213-233

Myers, Steven Lee. **China's Pledge to Be Carbon Neutral by 2060: What It Means.** The New York Times, 2020. Disponível: <https://www.nytimes.com/2020/09/23/world/asia/china-climate-change.html>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021

Newell, Peter; Taylor, Olivia. **Fiddling while the planet burns? COP25 in perspective.** Globalizations, 2020, p. 1-13.

Observatório do Clima. **COP-21 Modo de usar: um guia para a cobertura jornalística da conferência do clima.** 2015

Ong, Lynette H. **The Apparent “Paradox” in China’s Climate Policies: Weak International Commitment on Emissions Reduction and Aggressive Renewable Energy.** *Asian Survey*, Vol. 52, Number 6, pp. 1138–1160

Pereira, José Alberto Gonçalves. **Radar Rio +20: Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.** Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP; Instituto Socioambiental; Vitae Civilis, São Paulo, 2011.

Pessini, Léo; Sganzerla, Anor. **Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da ONU sobre o clima e o meio ambiente.** *Revista Iberoamericana de Bioética*, 2016, n° 1, p.1-14

Phillips, Tom. **China and France say Paris climate pact should have five-year reviews.** *The Guardian*, 2015. Disponível: <https://www.theguardian.com/environment/2015/nov/02/china-and-france-say-paris-climate-pact-should-have-5-year-reviews>. Acesso em 23 de abril de 2021

_____. **China ratifies Paris climate change agreement ahead of G20.** *The Guardian*, 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/sep/03/china-ratifies-paris-climate-change-agreement>. Acesso em 23 de abril de 2021

_____. **Trump warming to reality of climate change, says senior Chinese official.** *The Guardian*, 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2017/jan/17/trump-warming-to-reality-of-climate-change-says-senior-chinese-official>. Acesso em 23 de abril de 2021

Pu, Xiaoyu. **Rebranding China: contested status signaling in the changing global order.** Stanford University Press, 2019

Qi, Ye; Wu, Tong. **The politics of Climate Change in China.** *WIREs Clim Change*, 2013, vol. 4, pp.301-313

Quadros, Thiago. **O histórico dos principais encontros e acordos climáticos mundiais.** 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2017/11/17/O-hist%C3%B3rico-dos-principais-encontros-e-acordos-clim%C3%A1ticos-mundiais>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

Rabinovich, Simon. **The rise of an image-conscious China.** *China Security*, vol. 4, No. 3 Summer 2008

Rauchfleisch, Adrian. **Climate change and China’s window of opportunity to gain soft power.** Zurich Institute of Public Affairs Research, 2017. Disponível em: <https://zipar.org/current-events/climate-change-and-chinas-window-of-opportunity-to-gain-soft-power/#easy-footnote-bottom-25-690>. Acesso em: 04 de outubro de 2020

Rocha, Rebeca Santos. **Uma análise do Acordo de Paris: a Convenção-Quadro e a nova fase do regime multilateral de mudança do clima**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais)- Instituto de Relações Internacionais da UnB, Brasília, 2016

Schlatter, Camila Fernandes. **A China no Regime Internacional do Clima: Uma Análise do Posicionamento de Pequim a Partir de 2008 nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**. 7º ENCONTRO DA ABRI, 2019.

Scott, David. **China and the “Responsibilities” of a “Responsible” Power—The Uncertainties of Appropriate Power Rise Language**. *Asia-Pacific Review*, vol. 17, nº1, pp. 72-96, 2010

Stalley, Phillip. China. In: Bäckstrand, Kari; Lövbrand, Eva. **Research Handbook on Climate Governance**. Elgar, 2016, cap. 9.

Stiefelmann, Gessika Caldeira. **Mudanças na visão de sobre Ambiente entre Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92) e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais)- Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2012

Sun, Yixian. **The changing role of China in Global Environmental Governance**. *Rising Powers Quarterly*, vol. 1, nº 1, 2016, pp.43-53

Swaine, Michael D. **Chinese attitudes toward the U.S. Withdrawal from the Paris Climate Accords**. Carnegie Endowment for International Peace, China Leadership Monitor, nº 54, 2017.

Taylor, Lenore; Branigan, Tania. **US and China strike deal on carbon cuts in push for global climate change pact**. *The Guardian*, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2014/nov/12/china-and-us-make-carbon-pledge>. Acesso em 23 de abril de 2021

The Economist. **A Gust of Chinese Hot Air**. *The Economist*, 2011. Disponível em: <https://www.economist.com/newsbook/2011/12/07/a-gust-of-chinese-hot-air>. Acesso em 22 de abril de 2021.

_____. **About us**. *The Economist*, 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/help/about-us>. Acesso em 22 de abril de 2021.

_____. **Are dictatorships better than democracies at fighting climate change?**. *The Economist*, 2019. Disponível em:

<https://www.economist.com/asia/2019/09/21/are-dictatorships-better-than-democracies-at-fighting-climate-change>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **Can China clean up fast enough?**. The Economist, 2013. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2013/08/10/can-china-clean-up-fast-enough>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **China is surprisingly carbon-efficient—but still the world’s biggest emitter**. The Economist, 2019. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2019/05/25/china-is-surprisingly-carbon-efficient-but-still-the-worlds-biggest-emitter>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **China moves towards banning the internal combustion engine**. The Economist, 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/business/2017/09/14/china-moves-towards-banning-the-internal-combustion-engine>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **China’s authoritarian approach won’t save the environment**. The Economist, 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2020/09/10/chinas-authoritarian-approach-wont-save-the-environment>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **China wants to clear the air with a market-based approach to pollution**. The Economist, 2015. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2015/09/24/china-wants-to-clear-the-air-with-a-market-based-approach-to-pollution>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **Great Green Wall**. The Economist, 2014. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2014/08/23/great-green-wall>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **How China cut its air pollution**. The Economist, 2018. Disponível em: <https://www.economist.com/the-economist-explains/2018/01/25/how-china-cut-its-air-pollution>. Acesso em 22 de abril de 2021.

_____. **Is China challenging the United States for global leadership?**. The Economist, 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2017/04/01/is-china-challenging-the-united-states-for-global-leadership>. Acesso em 22 de abril de 2021.

_____. **The East is grey**. The Economist, 2013. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2013/08/10/the-east-is-grey>. Acesso em 22 de abril de 2021.

_____. **To prevent catastrophic global warming, China must hang tough**. The Economist, 2019. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2019/09/21/to-prevent-catastrophic-global-warming-china-must-hang-tough>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **Trump's indifference to climate change has not changed China's view.** The Economist, 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2017/04/20/trumps-indifference-to-climate-change-has-not-changed-chinas-view>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **Warmed-up numbers.** The Economist, 2012. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2012/06/23/warmed-up-numbers>. Acesso em 22 de abril de 2021

The Guardian. **About the Guardian.** The Guardian, 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/about>. Acesso em 22 de abril de 2021

_____. **The Guardian view on the US-China climate change deal: two cheers.** The Guardian Editorial, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/nov/13/guardian-view-us-china-climate-deal-unblocks-paris>. Acesso em 23 de abril de 2021

Ullah, Chaudhry Saeed. **China's Soft Power: Changing the World Perception.** Tese de Mestrado (Master of Science in Defense Analysis e Master of Arts in Security Studies- Naval Postgraduate School, Monterey, 2015

United Nations Convention on Climate Change (UNFCCC). **Climate: Get the Big Picture.** UNFCCC Handbook, novembro de 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/bigpicture/> Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. **The Paris Agreement.** Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement> Acesso em: 16 dez. 2018.

Viola, Eduardo; Basso, Larissa. **Chinese Energy Policy Progress and Challenges in the Transition to low Carbon Development, 2006-2013.** Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 57, edição especial, 2014, p. 174-192

Viola, Eduardo; Basso, Larissa. **O sistema internacional no antropoceno.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 31, nº92, 2016

Watts, Jonathan. **China and India agree to cooperate on climate change policy.** The Guardian, 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2009/oct/22/china-india-climate-change-cooperation>. Acesso em 23 de abril de 2021

Watts, Jonathan; Vidal, John. **China blamed as anger mounts over climate deal.** The Guardian, 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2009/dec/20/china-blamed-copenhagen-climate-failure>. Acesso em 09 de março de 2021

Weigelin-Schwiedrzik, Susanne. **Doing things with numbers: Chinese approaches to the Anthropocene.** Int. Commun. Chin. Cult, vol. 5, nº 1, 2018, pp. 17-37

Weissman, Robert. **The US-China emissions deal likely meaningless.** Al Jazeera, 2014. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2014/11/20/the-us-china-emissions-deal-likely-meaningless/>. Acesso em 21 de abril de 2021

Wu, Fuzuo. **Shaping China's Climate Diplomacy: Wealth, Status, and Asymmetric Interdependence.** Journal of Chinese Political Science, n° 21, 2016, pp. 199-215.

Wu, Kang; Nakano, Jane. **Environmental Degradation and Climate Change.** Center for Strategic and International Studies, 2016. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/changing-political-economy-energy-china>. Acesso em 09 de março de 2013

Wulansari, Ica. **China's Climate Change Policy: Strengthening its Diplomacy.** Jurnal Hubungan Internasional, vol 5, ed. 1, 2016.

Ye, Qi; Tong, Wu. **The politics of Climate Change in China.** WIREs Climate Change, vol. 4, 2013

Ying, Fan. **Branding the nation: What is being branded?** Journal of Vacation Marketing, vol.12, n° 1, 2006, p.5-14

Yu, Hong-Yuan; Zhu, Song-Li. **Towards Paris: China and Climate Change Negotiations.** Advances in Climate Change Research, vol. 6, 2015, pp. 56-66

Zicheng, Ye. **Inside China's Grand Strategy: The Perspective from the People's Republic.** Lexington: The University Press of Kentucky, 2011

Zhao, Suisheng. **Chinese Foreign Policy as a Rising Power to find its rightful place.** Perceptions, vol. XVIII, n° 1, pp.101-128, 2013

Zhou, Oceana. **China to launch national carbon emissions trading scheme on Feb 1.** 2021. Disponível em: <https://www.spglobal.com/platts/en/market-insights/latest-news/coal/010621-china-to-launch-national-carbon-emissions-trading-scheme-on-feb-1>. Acesso em 16 de março de 2021